

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

PRISCILA RODRIGUES NONATO

**FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E A LÓGICA DA EXPANSÃO DO
ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UM ESTUDO DOS CURSOS NA
MODALIDADE A DISTÂNCIA EM GOIÁS**

**GOIÂNIA
2018**

PRISCILA RODRIGUES NONATO

**FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E A LÓGICA DA EXPANSÃO DO
ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UM ESTUDO DOS CURSOS NA
MODALIDADE A DISTÂNCIA EM GOIÁS**

Dissertação defendida no Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Serviço Social, sob a orientação da Prof. Dra. Sandra de Faria.

**GOIÂNIA
2018**

FOLHA DE APROVAÇÃO

PRISCILA RODRIGUES NONATO

**FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E A LÓGICA DA EXPANSÃO DO ENSINO
SUPERIOR BRASILEIRO: UM ESTUDO DOS CURSOS NA MODALIDADE A
DISTÂNCIA EM GOIÁS**

Prof^a Sandra de Faria
Orientadora

Prof^a Dr^a Tereza Cristina P. Favaro
UFG

Prof^a Maria Conceição Padial Machado
PUC Goiás

Prof^a. Máisa Miralva Silva
PUC GOIÁS
Suplente

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas que amo: em especial
ao meus familiares, meu namorado e
minha orientadora.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo fortalecimento da minha fé, força, coragem e determinação em momentos de dificuldade, desânimo e, sobretudo, de superação diante da vida.

À minha família – Elaine Rodrigues, minha mãe, Deciomar Nonato, meu pai e minha irmã Ludmylla Rodrigues.

Ao meu namorado Pedro Henrique, que sempre esteve presente com palavras de incentivo, amor e respeito às minhas escolhas e à trajetória trilhada em busca de melhores condições de trabalho e de vida.

À Sandra de Faria, minha orientadora, que esteve ao meu lado me dando força, compreendendo meus momentos e minhas dificuldades com orientações e cuidados constantes, pela amizade, respeito, confiança e orientação acadêmica criteriosa, que me levaram a superar limites teóricos e práticos, tornando possível a realização desta pesquisa.

Aos professores e amigos do Mestrado em Serviço Social da PUC Goiás: Dr^a. Darci Roldão de Carvalho Sousa, Dr^a. Denise Carmen de Andrade Neves, Dr^a. Lúcia Maria Moraes, Dr^a. Maisa Miralva da Silva, Dr^a. Maria Conceição Sarmento Padial Machado, Dr^a. Maria José Pereira Rocha, Dr^a. Sandra de Faria e Dr^a. Vannuzia Leal Andrade Peres.

Aos amigos e companheiros de mestrado: Amanda Francielle, Camila Lorrane, Elaine de Moura, Jefferson Alves, Layla Fernanda, Reginaldo Aparecido, Sônia de Sousa e tantos outros por esses representados.

Compartilho este trabalho com todas as pessoas que, direta ou indiretamente, colaboraram para a sua realização e que, de algum modo, estiveram presentes em suas várias etapas. Certamente, essa presença contribuiu para que as dificuldades enfrentadas fossem vivenciadas em um clima de amizade e profissionalismo.

RESUMO

O objeto de estudo da pesquisa que integra esta dissertação incide sobre o exame da formação profissional em Serviço Social na modalidade de Educação a Distância (EaD) e a lógica da expansão do ensino superior brasileiro, com base no exame do perfil dos cursos e matrizes curriculares ofertados nessa modalidade de ensino com efetivo funcionamento no Estado de Goiás. Com fundamentação histórica e teórico-metodológica, são examinadas a trajetória do ensino superior brasileiro e as tendências das políticas educacionais predominantes no século XX e nas primeiras décadas do XXI: o debate e o posicionamento das entidades profissionais e estudantis do Serviço Social brasileiro – ABEPSS, CFESS e ENESSO - e os estudos bibliográficos de referência sobre a temática, com prioridade para obras, publicações e pesquisas de autores das áreas de Serviço Social e Educação. A análise sobre a configuração do ensino superior brasileiro contextualiza as reflexões sobre o projeto de formação do Serviço Social, expresso nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social (ABEPSS), de 1996, e as formas de resistência da categoria frente à crescente privatização mercantil do ensino superior. Os procedimentos metodológicos compreendem pesquisas de natureza bibliográfica e documental sobre a temática da educação superior e a modalidade de ensino a distância. As análises empreendidas apontam no sentido de que, no Serviço Social, a oferta de cursos na modalidade a distância causa rebaixamento e barateamento da formação, com a sua multiplicação em rápida velocidade, sendo responsável por um perfil profissional que instala uma contradição para o projeto ético-político e a cultura intelectual crítica da profissão, abrindo lacunas tanto na compreensão da sociabilidade burguesa como na autorrepresentação da profissão, com remissão ao conservadorismo teórico, político e cultural.

Palavras-chave: Formação Profissional. Serviço Social. Educação a Distância.

ABSTRACT

The object of study of the research that integrates the present dissertation fall on the examination of the professional formation in Social Work in the modality of Distance Education (EAD) and the logic of the expansion of the Brazilian higher education, based on the examination of the profile of the courses and matrices In the historical and theoretical-methodological foundation. We examine the trajectory of Brazilian higher education, the trends of educational policies prevailing in the twentieth century and the first decades of the twenty-first century: the debate and positioning of the professional and student organizations of the Brazilian Social Service - ABEPSS, CFESS and ENESSO - and the bibliographic studies of reference on the subject, with priority for works, publications and researches of authors of the areas of Social Work and Education. The analysis of the configuration of Brazilian higher education contextualizes the reflections on the project of formation of Social Work, expressed in the Curriculum Guidelines of the Brazilian Association of Teaching and Research of Social Work (ABEPSS) of 1996, and the forms of resistance of the category against growing commercial privatization of higher education. The methodological procedures include bibliographical and documentary research on the subject of higher education and distance learning. The analyzes carry out indicate that in the Social Service the offer of courses in the distance modality causes lowering and lowering of the training in Social Work, with its multiplication in rapid speed, being responsible for the formation of a professional profile that installs a contradiction to the ethical-political project and the critical intellectual culture of the profession, opening gaps both in the understanding of bourgeois sociability and in the self-representation of profession, with reference to conservatism - theoretical, political and cultural.

Key words: Professional qualification. Social service. Distance Education

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Aparato legal para reformulação da educação superior – a partir dos anos 2000	51
Quadro 2 – Cursos de Serviço Social Presencial em Goiás.....	77
Quadro 3 – Número de cursos de graduação em Serviço Social em EaD, número de matrículas e número de concluintes em âmbito nacional.....	79
Quadro 4 – Das Instituições de ensino superior não presencial no Estado de Goiás	82
Quadro 5 – IES: Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)	84
Quadro 6 – IES: Universidade Anhanguera (UNIDERP)	84
Quadro 7 – IES: Universidade Pitágoras (UNOPAR)	85
Quadro 8 – IES: Universidade Paulista (UNIP)	85
Quadro 9 – IES: Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).....	85
Quadro 10 – IES: Centro Universitário Planalto Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) .	86
Quadro 11 – IES: Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN)	86
Quadro 12 – IES: Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR).....	86
Quadro 13 – IES: Universidade Estácio de Sá (UNESA)	87
Quadro 14 – IES: Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO).....	87
Quadro 15 – IES: Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto (Estácio Ribeirão Preto)	87
Quadro 16 – IES: Centro Universitário Potiguar (UNP)	88
Quadro 17 – IES: Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR)	88
Quadro 18 – IES: Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)	88
Quadro 19 – IES: Centro Universidade de Franca (UNIFRAN)	89
Quadro 20 – IES: Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).....	89
Quadro 21 – IES: Centro Universitário Internacional (UNINTER).....	89
Quadro 22 – IES: Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (UNIPLAN)	90
Quadro 23 – IES: Centro Universitário Campos de Andrade (UNIANDRADE).....	90
Quadro 24 – Inscrições no CRESS 19ª Região do Estado de Goiás	92
Quadro 25 – As Instituições de Ensino e as disciplinas que não são ofertadas no curso de Serviço Social.....	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Oferta de vagas nas IES públicas e IES privadas.....	38
Tabela 2 - Crescimento das IES públicas e privadas – 2002 a 2010.....	52
Tabela 3 – Dados do EaD - 2009-2016	70
Tabela 4 – Número de polos educacionais por região.....	78
Tabela 5 – Número de polos educacionais	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evasão.....	80
Gráfico 2 – Polos de EaD na região Centro-Oeste.....	81
Gráfico 3 – Instituições privadas no Estado de Goiás.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABMES	Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior
ANDES/SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEDERJ	Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Rio de Janeiro
CES	Câmara de Educação Superior
CEUCLAR	Centro Universitário Claretiano
CF	Constituição Federal
CFE	Conselho Federal de Educação
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DRE	Desvinculação de Receita nos Estados
DRM	Desvinculação de Receita nos Municípios
DRU	Desvinculação de Receitas da União
EaD	Ensino a Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
FACCIDADE	Faculdade Cidade de Aparecida de Goiânia
FAC-MAIS	Faculdade de Inhumas
FACUNICAMPS	Faculdade Unida de Campinas
FAMA	Faculdade Metropolitana de Anápolis
FAN	Faculdade Noroeste
FANAP	Faculdade Nossa Senhora Aparecida

FCFAS	Fórum dos Conselhos Federais da Área de Saúde
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMB	Faculdade Montes Belos
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituto de Ensino Superior
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IUESO	Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PEP	Parcelamento Estudantil Privado
PNE	Política Nacional de Estágio
PPP	Parcerias Público-Privadas
PROUNI	Programa Universidades para Todos
PUC-GOIÁS	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
SEED	Secretaria de Educação à Distância
SESU	Secretaria de Educação Superior
TCI	Tecnologia de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco

UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESA	Universidade Estácio de Sá
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIASSELVI	Centro Universitário Leonardo da Vinci
UNICESUMAR	Centro Universitário de Maringá
UNICSUL	Universidade Cruzeiro do Sul
UNIDERP	Universidade Anhanguera
UNIGRAN	Centro Universitário da Grande Dourados
UNINTER	Centro Universitário Internacional
UNIP	Universidade Paulista
UNIPLAN	Centro Universitário Planalto do Distrito Federal
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIVERSO	Universidade Salgado de Oliveira
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
URJ	Universidade do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....	22
3 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E A MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA EM SERVIÇO SOCIAL	60
3.1 A formação em Serviço Social e a oferta de cursos no Estado de Goiás	72
4 SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO DO PERFIL DOS CURSOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA EM GOIÁS	78
4.1 A educação superior e o Serviço Social na modalidade EaD em Goiás no período de 2007 a 2018	78
4.2 Perfil dos cursos de Serviço Social em EaD e os desafios à concepção de formação das Diretrizes Curriculares Nacional da ABEPSS	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS.....	114
APÊNDICE.....	122

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa e a dissertação de mestrado desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC Goiás são fruto do interesse pelo tema de estudo e das inquietações como estudante do curso de graduação em Serviço Social, concluído em 2015, na PUC Goiás. A monografia de conclusão do curso refletiu sobre o estágio no processo de formação profissional do assistente social no curso de graduação em Serviço Social da PUC-Goiás.

O estudo monográfico motivou o ingresso no Mestrado em Serviço Social da mesma Universidade com projeto de pesquisa integrado à linha de Pesquisa de Teoria Social e Serviço Social.

O projeto de pesquisa teve por finalidade aprofundar a investigação sobre a concepção de formação em Serviço Social das Diretrizes Curriculares Nacional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que orienta o planejamento curricular das instituições de ensino. Entende-se que a formação profissional em Serviço Social busca contemplar uma base teórica metodológica reflexiva sobre o fazer profissional, propiciando o conhecimento crítico da realidade bem como a criação de estratégias de ações a partir de uma visão avaliativa da dinâmica das relações sociais capitalistas.

Atualmente, nos vários debates da categoria profissional sobre a precarização de ensino superior, especialmente sobre a expansão do Ensino a Distância (EaD) no âmbito do Serviço Social, identifica-se uma clara posição contrária à oferta de graduação nessa modalidade, publicamente assumida e divulgada pelas entidades da categoria e dos estudantes – ABEPSS, conjunto dos Conselhos da profissão CFESS/CRESS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO.

O marco fundamental para a expansão dessa modalidade está na Lei de Diretrizes e Bases - LDB, de 1996, que legaliza o surgimento de programas, posteriormente regulamentados pelo Decreto n. 2494/1998 do Ministério da Educação, que caracteriza o ensino a distância como uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem pela mediação de materiais didáticos organizados e veiculados em vários meios de comunicação, assim como pelo Decreto nº. 2561/1998, que trata do credenciamento dos cursos a distância, complementado por outras portarias e documentos do Ministério da Educação (MEC).

A LDB de 1996, por sua flexibilidade, é a base legal de abertura para a sustentação desse “mercado educacional” em detrimento de uma educação presencial. Essa abertura justificou a criação da Secretaria de Educação a Distância (SEED) no MEC em 1996.

Os dados da Secretaria evidenciam a prevalência de autorização de cursos superiores na modalidade EaD nas áreas de humanidades e de ciências sociais aplicadas, com destaque para Serviço Social, Pedagogia, Letras e Administração. Esses são os cursos mais procurados pelo mercado da educação principalmente por não necessitarem de grandes investimentos e também por disporem de uma grande aceitação no mercado educacional (IAMAMOTO, 2011).

O objeto de estudo da pesquisa que integra a presente dissertação é o exame da formação profissional em Serviço Social na modalidade de Educação a Distância (EaD) e a lógica da expansão do ensino superior brasileiro com base no exame do perfil dos cursos e matrizes curriculares com efetivo funcionamento no Estado de Goiás ofertados nessa modalidade de ensino.

A investigação norteia-se por um conjunto de indagações que se relacionam, fundamentalmente: quais interesses essa modalidade atende? Qual é o perfil que se almeja formar? Qual o seu papel na política educacional? Como esses programas se estruturam? Qual a consequência do EaD como estratégia na meta do governo? É garantido ao estudante um ensino de qualidade como é de direito? O EaD é uma estratégia de políticas públicas e essa estratégia é democrática? A modalidade de ensino atende às Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996? Quais as consequências para o projeto ético-político do Serviço Social? Não se pretende responder essas questões, mas problematizá-las à luz dos estudos sobre o ensino superior e as tendências das políticas educacionais no país.

Nesse sentido, para aprofundar a investigação, faz-se necessário apreender a contextualização e a fundamentação histórica sobre a trajetória do ensino superior brasileiro, as tendências das políticas educacionais predominantes no século XX e nas primeiras décadas do XXI. Na fundamentação histórica e teórico-metodológica, examinar também o debate e o posicionamento das entidades profissionais e estudantis do Serviço Social brasileiro – ABEPSS, CFESS E ENESSO - e os estudos bibliográficos de referência sobre a temática, com prioridade para obras, publicações e pesquisas de autores das áreas de Serviço Social e Educação.

A análise da configuração do ensino superior brasileiro contextualiza reflexões sobre o projeto de formação do Serviço Social, expresso nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social (ABEPSS), de 1996, e as formas de resistência da categoria frente à crescente privatização mercantil do ensino superior.

Os procedimentos metodológicos compreendem pesquisas de natureza bibliográfica e documental sobre a educação superior e a modalidade de ensino a distância. A pesquisa bibliográfica compreende o estudo em obras especializadas nas áreas de Educação, Serviço Social e áreas afins.

A pesquisa documental se deu em instituições e banco de dados, com destaque para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Sistema do e-mec, responsável pelo credenciamento, recredenciamento e autorização para o funcionamento dos cursos superiores, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira - INEP, o Ministério da Educação - MEC, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, o Conselho Regional de Serviço Social/GO-CRESS e a Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED).

Ainda, a pesquisa documental percorreu fontes eletrônicas, em especial, os sítios das dezenove IES com autorização e reconhecimento de cursos na modalidade EaD no estado de Goiás. Procedeu também ao levantamento de dados sobre o registro de bacharéis formados em Serviço Social na modalidade a distância, instituição formadora e ano em que concluíram o curso, com registro no Conselho Regional de Serviço Social, 19ª Região.

A dissertação corrobora a perspectiva das entidades profissionais de que o objetivo não é, pela investigação, culpabilizar e discriminar os diversos sujeitos inseridos no processo de formação a distância, “mas relacionar a lógica de mercantilização do ensino superior brasileiro com a precarização da formação e sua consequente desvalorização profissional” (CFESS et al., 2014). Assim, segue as análises de VIDAL (2016) sobre “O Ensino a Distância: um reflexo da expansão mercantilizada da Educação Superior e os impactos no Serviço Social do Mestrado em Serviço Social”, dissertação de mestrado defendida no PPG em Serviço Social da PUC/São Paulo, em 2016, que objetivou um aprofundamento teórico sobre o EaD no processo de expansão da educação superior, utilizando documentos oficiais que

possibilitam identificar o processo de expansão em curso a partir da incursão do projeto neoliberal no Brasil, além de reflexões sobre as expressões desse processo para a profissão do Serviço Social. A pesquisa de Vidal apoiou-se no processo histórico e considera em sua análise as dimensões sociais, políticas e econômicas do contexto analisado.

O perfil do ensino superior brasileiro, nas duas últimas décadas, passou por uma relativa expansão no acesso à educação, fruto de uma clara ação política estatal. No governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002), o Estado brasileiro alinhou-se aos princípios e diretrizes neoliberais, defendendo a redução/contenção do uso do fundo público para políticas públicas e sociais de caráter universal, proporcionando um ciclo vital de expansão do nível superior de ensino sobre o comando das IES privadas.

Essa estratégia de expansão da educação superior nos governos do campo popular, governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, se intensificou com a manutenção e o aprofundamento do setor privado mercantil como hegemônico, fortalecendo novas aberturas de mercado na área da educação para o capital em 2016, com 82% do crescimento de instituições privadas. A modalidade de curso em EaD foi e continua sendo adotada como estratégia de ampliação do acesso da população a esse nível de ensino, baseado em um projeto societário apoiado em uma sociabilidade individualista e voltado para o atendimento às necessidades mercantis.

No momento em que essa modalidade de ensino foi introduzida na formação em Serviço Social, as entidades profissionais, em uma ação unitária entre o CFESS, ABEPSS e ENESSO, se posicionaram contrariamente. O posicionamento das entidades resultou na elaboração de dois volumes do documento intitulado “Sobre a Incompatibilidade entre Graduação a Distância e Serviço Social”, publicados em 2014 e 2015.

As entidades assim se expressam:

Seguimos denunciando a mercantilização da educação e desmascarando a falácia do discurso da ‘democratização do ensino’ que conduz a uma política que reforça as desigualdades sociais e regionais do país; que assegura aos/às ricos/as o ensino de qualidade e, aos/às que não possuem condições para acessar as poucas Instituições de graduação públicas presenciais ou de custear a sua própria formação de qualidade, são ofertados os cursos de ensino à distância (EaD) – expressão máxima da precarização e da mercantilização da educação (CFESS *et al.*, 2014, p.8).

A flexibilização das modalidades de oferta de cursos na educação superior no Brasil, sobretudo por meio da EaD, alcançou vários cursos superiores, dentre eles o curso de Serviço Social - o que remete à importância desta pesquisa sobre essa realidade e suas configurações, sua dinâmica interna e seus vínculos com a mercantilização da educação sobre a égide do capital financeiro.

No presente estudo, a pesquisa se interessa por essa modalidade de ensino superior, autorizada pelo MEC, suscitando indagações sobre a formação em Serviço Social e a lógica da expansão privatista mercantil. Questiona a oferta dessa modalidade diante da ausência de uma efetiva relação pedagógica e da participação do discente na vida acadêmica, ausência de fundamento que articule ensino-pesquisa-extensão e a inserção do aluno/profissional em movimentos sociais.

Há índices de que os cursos de Serviço Social na modalidade EaD levam ao rebaixamento e ao barateamento da formação em Serviço Social, devido à sua multiplicação em rápida velocidade e quantidade, apontando para a hipótese diretriz de que representam uma contradição ao Projeto Ético-Político do Serviço Social e a uma cultura intelectual crítica da profissão. À medida que não é garantida uma formação teórica e histórica ancorada na perspectiva da totalidade do modo de produção capitalista e da profissão, abrem-se lacunas na compreensão da sociabilidade burguesa e tende-se a reforçar uma visão que remete ao (neo) conservadorismo e suas expressões na profissão.

Como analisado pelas entidades profissionais ao afirmarem a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social,

A expansão desse tipo de ensino corresponde a uma estratégia política de legitimação porque se dá em nome da democratização do acesso ao ensino superior como forma de chegar ao emprego, o que tem um forte poder de mobilização da sociedade brasileira, que está entre as mais desiguais do planeta em todos os acessos, historicamente. A maior perversidade desse projeto é essa: estamos produzindo um exército de reserva de trabalhadores de formação superior limitada e que mal tem condições de competir no mercado de trabalho, como mostram os processos de seleção pública e concursos, mas que caem no canto de sereia do acesso, que na verdade é a forma de o governo brasileiro corresponder aos parâmetros internacionais de competitividade e atratividade no contexto da mundialização, no mesmo passo em que reproduz seu projeto político (CFESS *et al*, 2015, p. 16).

Essa expansão acelerada do ensino superior privado tem vetores estruturais e políticos pelas investidas também junto ao setor público, como a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Não é a primeira vez que acontecem

mudanças estruturais no Brasil e que requisitam um novo perfil do ensino superior.

A ditadura militar, com sua modernização conservadora, criou a universidade tecnocrática, buscando adaptá-la às requisições do “milagre brasileiro”, de força de trabalho qualificada em determinados níveis e calar preventivamente a juventude das camadas médias urbanas que queriam mais vagas no ensino superior. Esse processo prenhe de contradições inverteu a relação entre ensino público e privado no Brasil – ou seja, a saída naquele momento também foi a privatização. Mas a universidade tecnocrática pública, ainda que tenha sido fragmentada, comportou o crescimento da pesquisa e, no processo de redemocratização e ascensão dos movimentos sociais, foi possível democratizá-la e construir espaços de resistência (CFESS *et al.*, 2015, p. 16).

O Serviço Social se inseriu e se construiu na universidade brasileira como um desses espaços de resistência ao longo dos anos de 1970, apesar do ambiente hostil da ditadura. Entende-se, assim, que:

É verdade que as características atuais são nitidamente mais destrutivas e ameaçadoras para os que veem a educação como direito e não como mercadoria e a querem pública, gratuita e de qualidade, quando se quebra a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, inclusive no setor público. É a requisição estrutural de uma tecnocracia limitada ao preenchimento de cadastros e a realização de metas quantitativas em detrimento da qualidade do atendimento aos usuários. Tal requisição é elevada à enésima potência e respondida por uma universidade operacional, como diz Marilena Chauí, sem qualquer autonomia relativa em relação à dinâmica do mercado (CFESS *et al.*, 2015, p. 16).

Os documentos com os posicionamentos das entidades profissionais, acadêmicas e estudantis trazem a realidade do EaD em Serviço Social no Brasil, evidenciando a dinâmica dessa modalidade de ensino. Sustentam a posição dos órgãos de representação do Serviço Social que a graduação a distância é incompatível com a formação profissional dessa área.

Diante do exposto, esta pesquisa se propõe a cotejar as propostas de onze cursos de Serviço Social na modalidade EaD com as Diretrizes Curriculares Nacionais de 1996, a partir de dez elementos que integram a formação profissional, o conhecimento ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, como requisito para problematizar a expansão na oferta da graduação em Serviço Social no Estado de Goiás, nos marcos da precarização do ensino superior.

Embasada na investigação sobre o perfil dos cursos de Serviço Social na modalidade EaD em Goiás e as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, problematiza-se a formação profissional no contexto da EaD e o processo de

banalização dos conteúdos, da qualidade do ensino oferecido, que não assegura o perfil das Diretrizes Curriculares. A abertura de cursos de Serviço Social no Brasil e em Goiás, orientada por interesses mercantilizados, apresenta-se subordinada à expansão dos interesses lucrativos dos grupos e de corporações privadas.

À luz desses elementos problematizados, esta dissertação objetiva: analisar a formação profissional na modalidade de ensino a distância, oferecendo elementos críticos sobre as matrizes curriculares e os projetos de formação das instituições de ensino superior que atuam no Estado de Goiás; problematizar o processo histórico da Educação Superior no Brasil, analisando a inserção do ensino a distância nesse processo; analisar o ensino a distância no curso de Serviço Social em Goiás, relacionando os seus projetos político-pedagógicos com as Diretrizes Curriculares Nacional da ABEPSS; investigar as formas de resistência da categoria no país e, em especial, em Goiás, frente à precarização do ensino superior; e apreender o processo de formação em Serviço Social e o perfil curricular implementados pelos cursos na modalidade EaD.

A dissertação está estruturada em três capítulos, compreendendo, inicialmente, a sistematização dos fundamentos históricos e políticas educacionais que possibilitam apreender a trajetória da Educação Superior no Brasil, em particular a origem e a consolidação da universidade e os interesses em cena. Na sequência, analisa a trajetória da Educação a Distância no Brasil, seu processo histórico e configuração na educação brasileira.

As reflexões empreendidas nesse tópico encaminham, posteriormente, para um ensaio analítico sobre a educação superior e o Serviço Social na modalidade EaD em Goiás, no período de 2007 a 2018, objeto de estudo, compondo-se de dimensões e mediações reflexivas lógicas e históricas.

Em termos de síntese, apreende-se que os cursos de Serviço Social na modalidade EaD tendem ao rebaixamento e barateamento da formação em Serviço Social, o que os torna incompatíveis com o projeto de formação profissional propugnado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996, que promove a defesa do projeto de formação profissional.

A formação profissional ofertada representa uma contradição ao Projeto Ético-Político do Serviço Social e à cultura intelectual da profissão consolidada ao longo do seu movimento de renovação teórico-metodológica e ético-política. Tal aponta para a

hipótese de estudo: na medida em que não é garantida uma formação teórica e crítica sobre os fundamentos das relações sociais capitalistas, abrem-se lacunas na compreensão da sociabilidade burguesa que reforçam uma visão que remete ao conservadorismo e suas expressões na arena da profissão.

2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

No Brasil, a educação superior tem origem no século XIX, com a criação de cursos superiores no país, embora, somente no século XX, tenha surgido a primeira universidade. As tentativas de implantação de uma universidade brasileira no período monárquico não tiveram nem o aval da Coroa Portuguesa nem o apoio da elite local, formada nas universidades europeias. Para Fávero,

Todos os esforços de criação de universidades, nos períodos colonial e monárquico, foram malogrados, o que denota uma política de controle por parte da metrópole de qualquer iniciativa que vislumbresse sinais de independência cultural e política da colônia (2006, p. 20).

A ideia de implantação de uma universidade no Brasil representava uma ameaça aos interesses da monarquia ainda que fosse destinada apenas à elite da sociedade. De outro lado, no entanto, a atuação nos quadros do aparato estatal exigia alguma formação e, por isso, as “escolas superiores de caráter profissionalizante” (FÁVERO, 2006, p.20) mantinham a responsabilidade pela formação da elite local para ocupar tais postos.

Para Trindade (2000), numa retrospectiva histórica sobre a instituição universitária, é possível identificar quatro períodos:

1. Do século XII até o Renascimento, caracterizado como “período da invenção da universidade em plena Idade Média e em que se constituiu o modelo da universidade tradicional a partir das experiências precursoras de Paris e Bolonha, e sua implantação em todo território europeu sob a proteção da Igreja.”
2. No século XV, época em que a universidade renascentista recebe o impacto das transformações comerciais do capitalismo e do humanismo literário e artístico, mas sofre também os efeitos da Reforma e da Contra-Reforma.
3. A partir do século XVII, período marcado por descobertas científicas em vários campos do saber, e do Iluminismo do XVIII, [quando] a universidade começou a institucionalizar a ciência.
4. No século XIX, [quando] implantou-se a universidade estatal moderna e essa etapa, que se desdobra até os nossos dias, introduz uma nova relação entre Estado e universidade, estabelecendo suas variantes institucionais. (TRINDADE, 2000, p. 122).

O autor sinaliza que, enquanto a universidade se alastrava na Europa em todas as suas latitudes - da Península Ibérica à Rússia e do Sul da Itália aos países nórdicos -, a instituição regressou nas Américas.

Os conquistadores espanhóis transferiram para o Caribe, no início do século XVI, a primeira universidade (Santo Domingo, 1538), inspirada no modelo de Salamanca, e, até fins do século XVII, constituíram uma rede de mais de uma dezena de instituições "públicas e católicas" de Norte ao Sul do continente.

Observa-se, a partir dessa periodização, que os respectivos contextos políticos, econômicos, sociais e culturais influenciaram, em maior ou menor grau, a trajetória da instituição universidade. Isso ocorreu também na história do ensino superior brasileiro

No período monárquico¹ (1822-1889), à Coroa Portuguesa não interessava a criação de instituições de ensino, muito menos universidades, pois não julgava importante a autonomia da Colônia. Assim, no Brasil, foram introduzidos alguns cursos, cuja conclusão ocorria em Portugal. "As primeiras instituições de ensino superior foram criadas apenas em 1808 e as primeiras universidades, mais recentes, ocorreriam na década de 1930" (DURHAM, 2005, p.201). A história do ensino superior brasileiro começou em 1808, com a transferência da corte para a Colônia. Nesse ano, foram fundadas as escolas

a) de Cirurgia e Anatomia (mais tarde: Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia); b) a de Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro (posteriormente: Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e c) Academia de Guarda da Marinha, também no Rio de Janeiro. (DURHAM, 2005, p.201).

Dessa forma, inicialmente, surge o Curso Médico de Cirurgia na Bahia; posteriormente, pelo Decreto² de 23 de fevereiro de 1808, a cadeira de Ciência

¹ Período Monárquico divide-se em 3 fases bem distintas. A primeira, chamada 1º Reinado vai da Independência em 1822, a abolição de Dom Pedro I; em 1831 a segunda conhecida como Regência cobre os anos de 1831 a 1840; A última denominada 2º Reinado vai da antecipação da maioria de Dom Pedro II em 1840 a Proclamação da República em 1889.

² Foi instituída a cadeira de Ciência Econômica, a ser ministrada no Rio de Janeiro por José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, seguidor do liberalismo clássico de Adam Smith e perito na disciplina econômica: "Sendo absolutamente necessário o estudo da Ciência Econômica na presente conjuntura em que o Brasil oferece a melhor ocasião de se pôr em prática muitos dos seus princípios, para que os meus vassallos sendo melhor instruídos nele, me possam servir com mais vantagem; e por me constar que José da Silva Lisboa, Deputado e Secretário da Mesa da Inspeção da Agricultura e Comercio da Cidade da Bahia, tem dado todas as provas de ser muito hábil para o ensino daquela ciência sem a qual se caminha às cegas e com passos muito lentos, e às vezes contrários nas matérias do Governo, lhe faço mercê da propriedade e regência de uma Cadeira e Aula Publica, que por este mesmo Decreto sou servido criar no Rio de Janeiro, com o ordenado de 400\$000 para ir exercitar, conservando os

Econômica e, em 5 de novembro do mesmo ano, o Hospital Militar do Rio de Janeiro e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica. Tais acontecimentos coincidem com a chegada da família real ao Brasil.

A implantação do Curso de Direito no convento de São Francisco, em São Paulo, e no Mosteiro de São Bento, em Olinda, no ano de 1817, foram também dois marcos na história do ensino superior brasileiro. As duas instituições tornaram-se centros de formação intelectual das elites brasileiras e “provedores[as] de quadros para as assembleias, para o governo das províncias e também para o governo central” (FÁVERO, 2006, p.21).

O Príncipe Regente Dom João VI, quando chegou à Bahia, criou estabelecimentos isolados nas regiões Norte e Sul do país para atender às necessidades do momento. Por exemplo, a criação do Curso de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro teve como propósito a formação de médicos para a Marinha e para o Exército; também, em 1810, fundava-se a Academia Real Militar para o preparo na carreira militar e para a formação de engenheiros - mais tarde, transformada em Escola Central, depois, em Escola Politécnica, e, posteriormente, em Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nessa época, a preocupação era implantar um modelo de escola autônoma com formação para carreiras liberais, como as de advogados, engenheiros e médicos, para atender às necessidades governamentais e, ao mesmo tempo, à elite local.

Após a Proclamação da República (1889), a Carta Magna assegurou a descentralização do ensino superior e, com isso, surgiram novas instituições tanto de caráter público (estaduais e municipais) como de iniciativa privada. Vem desse período a criação de estabelecimentos confessionais no país.

Entre 1889 e 1918 foram criadas no Brasil 56 novas escolas superiores, a grande maioria privada. Era assim dividido o cenário da educação naquele momento: de um lado, instituições católicas, empenhadas em oferecer uma alternativa confessional ao ensino público, e, de outra, iniciativas de elites locais que buscavam dotar seus estados de estabelecimentos de ensino superior. Desses, alguns contaram com o apoio dos governos estaduais ou foram encampados por eles, outros permaneceram essencialmente privados (DURHAM, 2005, p. 202).

No Brasil, historicamente, a universidade surge na Primeira República por meio

ordenados dos dois lugares que até agora tem ocupado na Bahia. As Juntas da Fazenda de uma e de outra Capitania e tenham assim entendido e fação executar”.

do Decreto nº 14.343³, de 07 de setembro de 1920, e a partir da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, de cuja junção resultou a criação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ), atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), primeira instituição universitária criada legalmente pelo governo federal.

Segundo Fávero (2006, p.22), “não obstante todos os problemas e incongruências existentes em torno de sua criação, um aspecto não poderá ser subestimado: sua instituição teve o mérito de reavivar e intensificar o debate em torno do problema universitário no país.”

Nos anos 20 do século passado, esse debate adquiriu expressão através da atuação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Suas pautas compreendiam: a concepção de universidade; as funções que deveriam caber às universidades brasileiras; a autonomia universitária; e o modelo de universidade a ser adotado no Brasil.

A década de 1920 demarcou o movimento de modernização do ensino e da industrialização do país, com transformações econômicas culturais e urbanas, propostas de reformas do ensino como um todo, colocando o ensino primário público, universal e gratuito como sua grande bandeira

Conforme Durham (2005, p. 202), “as mesmas pessoas que reformaram o ensino primário mais um grupo de cientistas propuseram a reforma do ensino superior.

³ Institui a Universidade do Rio de Janeiro Art. 1º Ficam reunidas, em «Universidade do Rio de Janeiro», a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, dispensada esta da fiscalização.

Art. 2º A direção da Universidade será confiada ao presidente do Conselho Superior do Ensino, na qualidade de reitor, e ao Conselho Universitário, com as atribuições previstas no respectivo regulamento.

§ 1º O «Conselho Universitário» será constituído pelo reitor, com voto de qualidade, pelos diretores da Escola Politécnica e das Faculdades de Medicina e de Direito, e mais seis professores catedráticos, sendo dois de cada congregação, eleitos em escrutínio secreto, por maioria absoluta de votos.

§ 2º O regulamento da Universidade será elaborado no prazo de trinta dias, por uma comissão composta do presidente do Conselho Superior do Ensino e dos diretores da Escola Politécnica e das Faculdades de Medicina e de Direito, seguindo-se a sua aprovação, dentro do prazo de quinze dias, pelas três congregações reunidas, para esse fim convocadas pelo dito presidente.

§ 3º O presidente do Conselho Superior do Ensino expedirá as necessárias instruções para aprovação do regulamento, que entrará em vigor depois do revisto e aprovado pelo Governo.

Art. 3º À Escola Politécnica do Rio de Janeiro, à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e à de Direito do Rio de Janeiro será assegurada a autonomia didática e administrativa, de acordo com o decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915, devendo o regulamento da Universidade adaptar a sua organização aos moldes do aludido decreto.

Art. 4º A Faculdade de Direito do Rio de Janeiro continuará a prover todas as suas despesas exclusivamente com as rendas do respectivo patrimônio, sem outro auxílio oficial ou vantagem para os professores além dos que lhes são outorgados pelos seus estatutos.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

A proposta seria substituir todo o sistema já existente”:

o que se propunha era bem mais que a simples criação de uma universidade: era a ampla reforma de todo o sistema de ensino superior, substituindo as escolas autônomas por grandes universidades, com espaço para o desenvolvimento das ciências básicas e pesquisas (...) (DURHAM, 2005, p. 202).

Em 13 de janeiro de 1925, por meio do Decreto 16.782-A, também conhecido como Juvenil da Rocha Vaz, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi deflagrado o processo de des-democratização do ensino superior brasileiro, dificultando o acesso ao ensino superior público ao instituir “ as seguintes contas a pagar para os alunos matriculados nos estabelecimentos federais: taxa de exame vestibular, taxa de matrícula e de frequência por série, taxa de frequência por cadeira, taxa de exame e taxa de transferência” (FLORES, 2017, p. 409).

Tal processo resultou no primeiro movimento de empoderamento estudantil - a União Nacional dos Estudantes (UNE - VANGUARDA) -, que defendia a universidade aberta a todos, a diminuição das taxas de exame e matrícula, liberdade de pensamento, independência da universidade diante do Estado, elaboração do currículo por professores especializados e representantes dos estudantes, e o aproveitamento de alunos como monitores e estagiários (FLORES, 2017, p. 409).

Na década de 1930, ocorre o fortalecimento do setor privado, especialmente o confessional⁴. As primeiras estatísticas educacionais de 1933, conforme Durham (2005), “demonstram que as instituições privadas respondiam por cerca 44% das matrículas e por 60% dos estabelecimentos de ensino superior. Embora a clientela para essa estrutura fosse muito pequena, contabilizava 33.732 o número de alunos.”

No governo de Vargas (1930- 1945), marcado pela centralização do poder, ocorre a ampliação das ações estatais no campo da educação, com a criação, em 1931, do Ministério da Educação e Saúde Pública e a efetivação da Reforma Francisco Campos. De acordo com Amaral (2009), um dos principais pontos da reforma Francisco Campos era a adoção,

[...] como regra, [d]a organização do ensino superior em universidades,

⁴ Refere-se à escola vinculada ou pertencente a igrejas ou confissões religiosas. A escola confessional baseia os seus princípios, objetivos e forma de atuação numa religião, diferenciando-se, portanto, das escolas laicas. As escolas confessionais ficaram caracterizadas no passado por atuar com uma educação programática.

abandonando-se o modelo colonial de faculdades isoladas; a universidade não seria mais o local onde só se ensinava, mas passaria a ser um local em que a pesquisa pura 'desinteressada' e a ampliação do saber teriam lugar assegurado; a instituição universitária deveria interagir com a sociedade, desenvolvendo projetos de extensão, atuando sobre e com a sociedade, com o objetivo de analisar, discutir e resolver os problemas que a afligiam. O documento tratava ainda, do estabelecimento da autonomia para a universidade (p. 120).

A partir da reforma, segundo Durham (2005), a universidade já nasceu conservadora: o modelo de universidade proposto consistia, em grande parte, numa confederação de escolas que preservaram muito de sua autonomia anterior.

Não obstante, foi criado o Estatuto das Universidades Brasileiras em 1931. Em suas análises, Fávero aponta

que a ampliação da ação do Estado no controle da educação incidiu principalmente sobre a educação superior, por entendê-la como uma arma fundamental por seu poder ideológico⁵. Se a difusão do pensamento por meio da educação formal poderia representar uma ameaça ao status quo, seria importante exercer o máximo de controle sobre as instituições educacionais (2006, p. 25).

Na Era Vargas, ocorreu ainda uma cisão no ensino secundário, com a existência de dois sistemas distintos, de acordo com a classe social dos estudantes: os cursos profissionalizantes, voltados para o mercado, e os de formação geral, preparatórios para o ingresso no ensino superior, destinados aos estudantes das classes socialmente mais elevadas (CUNHA, 1989).

Nesse mesmo sentido, o Estatuto das Universidades Brasileiras (1931) instituiu os exames vestibulares para o ingresso no ensino superior, privilegiando os estudantes que frequentavam o ensino secundário privado, ou seja, os mais favorecidos economicamente.

No entanto, é importante ressaltar que, nessa época, ocorreram também alguns avanços no acesso ao ensino superior: não só a ampliação dos gastos públicos, mas também absorção, pelo governo federal, de estabelecimentos de ensino superior públicos antes mantidos pelos estados e municípios, assim como de instituições privadas, a partir da Lei nº 1.254 de dezembro de 1950, que dispunha sobre o sistema federal de ensino superior. Tal lei propunha a integração de estabelecimentos

⁵ Um dos aparelhos ideológicos privilegiados da formação social capitalista, tanto na reprodução das condições materiais e da divisão social do trabalho intelectual e manual, quanto para garantir as funções de inculcação e ideológica dos grupos e classes dominantes.

mantidos pela União, pelas esferas estaduais e municipais e pelos estabelecimentos privados subvencionados pela União (BRASIL, 1950, p.1).

Com a reforma promovida pelo governo Vargas, além da instituição de universidades, foi-se definindo o formato legal a que deveriam obedecer todas as instituições que viessem a ser criadas no Brasil, sem a eliminação das escolas autônomas e sem negar a liberdade à iniciativa privada. A era Vargas foi pródiga com o setor privado em expansão: além de estabelecer isenção fiscal para as instituições educacionais privadas em todos os níveis, a atuação do governo foi, predominantemente, de caráter controlador em relação ao setor público de ensino superior.

Porém, apesar dos avanços, a tendência centralizadora das políticas varguistas seria altamente questionada após a sua saída do poder. O movimento pela redemocratização⁶ do país trouxe implicações para as universidades, que não só apoiaram as mudanças que se engendraram nas esferas sociais e políticas do Brasil como também lutaram contra o controle governamental excessivo em seu interior, ou seja, por mais autonomia.

É importante ressaltar que o movimento pela ampliação de vagas no ensino superior não foi iniciativa apenas dos governos populistas do período, mas também de vários setores da sociedade, das elites e das camadas populares. Além da ampliação de vagas, segundo Fávero (2006), havia a luta pela qualidade do ensino ministrado e o questionamento do “caráter arcaico e etilista das instituições universitárias” (p. 29). A autora afirma que, a partir da década de 1950, especialmente por ocasião da proposição do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, “surge, de forma mais ou menos explícita, a tomada de consciência, por vários setores da sociedade, da situação precária em que se encontravam as universidades no país” (2006, p.29).

Durante esse período, o ensino superior cresceu lentamente e só obteve mais vigor na década de 1960, com a formação da rede de universidades federais e a criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (a primeira de uma série de universidades católicas).

⁶ Redemocratização do Brasil foram dois processos de transição política que acabaram com regimes ditatoriais. A primeira redemocratização ocorreu em 1945, com o fim do Estado Novo (1937-45), golpe militar implementado pelo governo de Getúlio Vargas. A segunda transição aconteceu em 1985, com o fim do Regime Militar (1964-85).

Ainda nesse período, deu-se o processo de federalização das instituições privadas, com as faculdades estaduais e privadas transformadas em universidades, processo realizado mediante entendimento dos seus mantenedores com o governo federal. Também deu-se a expansão do sistema universitário estadual paulista e o surgimento de instituições estaduais e municipais de ensino de menor porte em todas as regiões do país. Entre 1946 e 1960, foram criadas dezoito universidades públicas, dez privadas de maioria confessional católica e presbiteriana (SAMPAIO, 2000).

Com o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)⁷, explicitaram-se as contradições em torno da educação no país. O projeto foi aprovado em 1961 e a LDBEN foi fundamental para a ampliação do acesso às universidades, pois flexibilizou as regras de autorização de funcionamento de novos cursos superiores, o que favoreceu o surgimento de instituições particulares no governo de João Goulart.

Por outro lado, o conservadorismo explicitado na LDBEN fortaleceu o surgimento de organizações e movimentos populares que lutavam pela ampliação do acesso à educação, especialmente os oriundos das camadas populares. O movimento estudantil era aliado ao movimento popular por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE) e reivindicava reformas universitárias no âmbito nacional.

Fávero (2006) destaca a pauta de reivindicações da UNE, que foi fundamental nas reformas universitárias ocorridas na década de 1960:

[...] a) autonomia universitária; b) participação dos corpos docente e discente na administração universitária, através do critério de proporcionalidade representativa; c) adoção do regime de trabalho em tempo integral para docentes; d) ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas; e) flexibilidade na organização dos currículos. (p. 29)

Assim, na década de 1950, o movimento estudantil entrou em cena para reformar todo o sistema educacional. Para o movimento, o mais importante era alterar a estrutura existente e romper com o modelo resultante dos compromissos com o Estado Novo. Logo em seguida, também se criou o Movimento Estudantil Secundarista. O movimento foi chamado Secundarista por estar relacionado ao nível

⁷ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), votada em 1961, atendeu aos anseios dos setores privatistas e conservadores, o que acabou por legitimar e ampliar o sistema existente. A LDBEN se preocupou basicamente em estabelecer mecanismos de controle da expansão do ensino superior e do conteúdo a ser trabalhado.

de ensino do segundo grau (atualmente, denominado ensino médio). Em São Paulo, assim como os movimentos universitários, ele foi praticamente extinto pelo Regime Militar de 1964 e só ressurgiu em 1967, nas setembradas de 1967, a primeira ocasião em que estudantes do segundo grau foram à rua protestar contra o regime militar.

A Constituição de 1967 deixou claro o descomprometimento do Estado com relação ao financiamento da educação pública e seu compromisso com o incentivo à privatização do ensino. Ela extinguiu os percentuais mínimos de recursos a serem aplicados na educação pela União, Distrito Federal e Estados. Apenas manteve a obrigatoriedade financeira dos municípios, no montante de 20% da receita tributária municipal por ano a serem investidos no ensino primário. A União, segundo essa Constituição, deveria prestar assistência técnica e financeira aos Estados e ao Distrito Federal para o desenvolvimento dos seus sistemas de ensino, mas não houve referência aos percentuais mínimos a serem despendidos. O que o documento assegurava era o ensino livre à iniciativa popular, com amparo técnico e financeiro dos poderes públicos, inclusive mediante bolsas de estudo, ou seja, um estímulo visível à privatização.

O movimento estudantil constituiu-se em forte resistência ao Golpe de 1964 e à ditadura militar, tendo a universidade pública como eixo de suas lutas. O regime militar radicalizou com os estudantes a partir do Decreto Lei do presidente Castelo Branco⁸, que “vetou aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial e religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” (DURHAM, 2005, p. 210).

Em 1968, Marcos Vinícius Fernandes dos Santos, ex-membro da Política Operária, organizou a Frente Estudantil Secundarista - FES, uma entidade que pretendia reerguer o Movimento Secundarista pelas bases. A União Paulista dos Estudantes Secundários, que era a entidade representativa, estava enfraquecida por disputas políticas internas e acabara por ficar reduzida a um integrante: o presidente Antonio Ribas.

Essa condição mobilizou e fortaleceu a luta dos estudantes, com a realização de grandes passeatas e embates entre os estudantes das universidades públicas e os segmentos do setor privado que apoiavam o regime militar.

⁸ Decreto-Lei nº 228, de 28 de Fevereiro de 1967.

Os governos militares radicalizaram essa ambiguidade. As universidades públicas receberam recursos que permitiram a montagem do ensino pós-graduado e a institucionalização da profissão docente; os campus universitários foram edificadas, com laboratórios e facilidades inéditas em nosso país; novas universidades federais e estaduais foram criadas, e as antigas expandiram suas atividades. Em contrapartida, as instituições privadas receberam incentivos diretos e indiretos inéditos, que, aliados à representação majoritariamente privatista do Conselho Federal de Educação (CFE), propiciaram novo surto de expansão. A proporção de estudantes majoritária no setor público, durante a República populista, passou a minoritária (40% X 60%). Esse crescimento do setor privado foi tamanho que levou ao abandono dos principais parâmetros da reforma universitária, projetada, aliás, para o setor público. A expansão das matrículas das universidades federais, propiciada pelo aumento da produtividade favorecida pela “eliminação de duplicações para fins idênticos ou equivalentes”, foi descartada quando da primeira crise do petróleo. Em decorrência, ainda, do crescimento do setor privado, foi progressivamente abandonada a política de profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau, já que as razões apontadas para a contenção da demanda do ensino superior, voltada para as IES públicas, deixaram de existir, pois mais e mais levas de candidatos eram absorvidas pelas IES privadas (CUNHA, 2004, p. 801, 802).

Durante a ditadura, as afinidades políticas dos empresários do ensino com os militares abriram caminho para sua representação majoritária, quando não exclusiva, nos conselhos de educação, inclusive no federal. Legislando em causa própria, os resultados financeiros foram impulsionados pela demanda de vagas e a não expansão da rede pública de ensino. Assim, as instituições privadas de ensino se multiplicaram em número e tamanho. O capital privado foi atraído para o ensino superior por razões políticas e econômicas durante o governo militar.

O empresariado do ensino foi bastante favorecido pela legislação tributária. Além de cassar o mandato de numerosos parlamentares e aposentar compulsoriamente militares que não apoiavam o aprofundamento da intervenção castrense no campo político, o Ato Institucional n. 2 determinou as eleições indiretas para presidente da República e governadores dos estados, e extinguiu os partidos políticos existentes, impondo limitações para sua reorganização. Um mês após esse ato de força, o Congresso Nacional, já mutilado, foi convocado para aprovar emenda à Constituição de 1946, que reformulou profundamente o sistema tributário nacional. A isenção fiscal das escolas privadas foi ampliada. Além da isenção de impostos sobre os bens e os serviços, a emenda de 1965 estendeu a isenção à sua renda. A Constituição de 1967 e a emenda de 1969 mantiveram esse dispositivo, de modo que as escolas privadas continuaram a gozar de verdadeira imunidade fiscal, o que ampliou suas possibilidades de lucros (CUNHA, 2014, p.363).

A ditadura militar considerava a universidade pública como centro de subversão e ameaça aos objetivos de segurança e desenvolvimento, “e por outro lado viam com bons olhos a expansão do setor privado, embora fossem dependentes da ajuda

financeira do Estado, mas, segundo a sua ótica, as faculdades isoladas dificultavam a mobilização política dos estudantes” (FLORES, 2017, p.410).

Diversos estudos e especialistas que se debruçam e debruçaram sobre o tema apontam que a Ditadura Civil-Militar (1964-1988) deixou marcas profundas na educação brasileira, entre elas, a prática de expandir sem qualificar.

No período, houve um aumento significativo do número de matrículas na educação básica, mas sem se preocupar com a qualidade ofertada, com poucos recursos e pouca formação docente.

A Constituição de 1967, aprovada pelo Regime Civil-Militar, promoveu duas alterações importantes na política educacional brasileira. Primeiro, desobrigou a União e os estados a investirem um mínimo, alterando um dispositivo previsto na Lei de Diretrizes e Bases, aprovada em 1961.

A legislação anterior, aprovada pelo Congresso Nacional durante o governo João Goulart, previa que a União tinha de investir ao menos 12% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação e também obrigava estados e municípios a alocarem 20% do seu orçamento na área.

No artigo “O legado educacional do regime militar”, o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Dermeval Saviani, cita estudo que mostra que o governo federal militar reduziu sucessivamente as verbas para a educação. Em 1970, esse percentual foi de 7,6%, caindo para 4,31% em 1975, somente recuperando um pouco em 1978, quando foram gastos 5% do PIB na área.

A segunda mudança importante introduzida pela Constituição Brasileira de 1967 foi a abertura do ensino para a iniciativa privada. “Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior”, previa o artigo 168.

O ano de 1968 foi marcado por reivindicações, mudanças sociais, políticas e culturais e culminou com a repressão ao movimento estudantil pelo governo militar. As universidades ficaram sob a vigilância dos militares por mais de dez anos. O governo promoveu a reforma no ensino superior com a reformulação e a modernização do sistema de ensino no Brasil.

A reforma dos militares continha basicamente as seguintes mudanças: extinção da cátedra; fim da autonomia das faculdades; criação de institutos, faculdades e/ou escolas; introdução do sistema de créditos; ciclo básico antes da formação profissional; garantia da representação discente e docente;

ingresso contínuo por carreiras e currículos mínimos fixados pelo MEC (não à flexibilização) (SANTOS, EUSTÁQUIO, 2009 p. 5)

Em 1969, o Regime reforçou esse caráter por meio da Emenda Constitucional nº 1, considerada por muitos como uma nova Constituição, que previa em seu artigo 176 que: “Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsas de estudos”.

Houve ampliação do acesso aos cursos tradicionais, na organização da rede federal, no estímulo à pesquisa e na qualificação docente pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ). Foi instituído um programa de apoio à pós-graduação e à pesquisa e a introdução do regime de tempo integral.

Apesar da proposta, a reforma foi incompleta; não houve verdadeira reforma curricular e a ampliação do sistema se deu simplesmente através da multiplicação da matrícula nos mesmos cursos tradicionais. A reforma tentou organizar todo o sistema federal em universidades e de promover a pesquisa, o que ia ao encontro das reivindicações dos estudantes e constava do ideário modernizador desde 1930 (SANTOS, EUSTÁQUIO, 2009, p. 6).

A década de 1970, durante a política econômica implantada pelos militares – o “milagre econômico” –, promoveu o setor público sem se descuidar do setor privado com o sistema de crédito, uma estratégia para separar as turmas e dificultar a mobilização dos estudantes.

No Brasil, ao contrário de alguns países da América Latina, a repressão política promoveu o ensino superior, tanto público quanto privado. O número de matrículas, em cerca de vinte anos, passou de 95.961 (em 1960), para 134.500 (em 1980). Os anos de 1968, 1970 e 1971 foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento (SANTOS, EUSTÁQUIO, 2009, p. 6).

Conforme Durham (2003, p.209),

O aumento da demanda por ensino superior está associado ao crescimento das camadas médias e às novas oportunidades de trabalho no setor mais moderno da economia e da tecno-burocracia estatal. Para atender a demanda massiva que se instaurara, o setor público precisaria criar não apenas outros tipos de cursos, mas outros tipos de instituição.

O ensino público não estava preparado para assumir a demanda, e o ensino

privado se empenhava em ofertar cursos que necessitavam de investimentos reduzidos e com menores exigências acadêmicas para o prosseguimento dos estudos secundários até a graduação.

O significativo aumento da participação privada na oferta de ensino, principalmente em nível superior, foi possível pelo incentivo governamental assumido, deliberadamente, como política educacional. O grande instrumento dessa política foi o Conselho Federal de Educação (CFE), que, mediante constantes e sucessivas autorizações seguidas de reconhecimentos, viabilizou a consolidação de uma extensa rede de escolas privadas em operação no país.

Conforme Saviani (2008, p. 300),

Para além desse fortalecimento do setor privado do ensino, cabe considerar, também, que o próprio setor público foi sendo invadido pela mentalidade privatista, traduzida no esforço em agilizar a burocracia aperfeiçoando os mecanismos administrativos das escolas; na insistência em adotar critérios de mercado na abertura dos cursos e em aproximar o processo formativo do processo produtivo; na adoção dos parâmetros empresariais na gestão do ensino; na criação de “conselhos curadores”, com representantes das empresas, e na inclusão de empresários bem sucedidos como membros dos conselhos universitários; no empenho em racionalizar a administração do ensino, enxugando sua operação e reduzindo seus custos, de acordo com o modelo empresarial.

O governo, portanto, numa lógica perversa adotada pelos militares, criou os meios para a expansão da rede privada em detrimento do ensino público.

As instituições privadas de ensino superior tornaram-se um grande negócio. Os empresários, donos dessas instituições, não tinham nenhum comprometimento com a educação e viam na necessidade imediata, por parte de um grande percentual da sociedade, da obtenção de um diploma a oportunidade de ganhar muito dinheiro. Pragmaticamente, esse fenômeno ocorreu na região mais rica do país, o Sudeste, enquanto que no Norte e no Nordeste o ensino ficava a cargo, quase que completamente, do setor público. O setor privado não tinha grandes preocupações com a pesquisa e nem com a qualidade do ensino (SANTOS, EUSTÁQUIO, 2009, p.7).

O governo federal apresentou, destarte, programas com duas vertentes: uma voltada para os alunos matriculados nas instituições privadas e outra para os alunos das instituições públicas, conforme analisa Flores:

O primeiro programa de crédito educativo no Brasil, criado em 1976, concedia para estudantes da rede privada o financiamento das mensalidades e, para os estudantes da rede pública, a sua manutenção durante o ensino superior. O prazo de pagamento do aluno era equivalente ao tempo de duração do

curso. Assim foi sendo constituída a democratização do ensino público brasileiro, de 1974 a 1984: aqueles que podiam pagar por um ensino particular estudavam em instituições públicas, enquanto que aqueles que mal podiam dar conta de sua sobrevivência, quando do acesso ao ensino superior, o faziam majoritariamente em instituições privadas. Pois aos que tinham, mais lhes era dado, mas, aos que quase não tinham, até o pouco lhes era tirado (2017, p. 412).

Pôde-se firmar, então, a política de privilégio do governo federal de compromisso com a elite. Nessa lógica de mercantilização das políticas sociais, a educação superior passou a ser vista como mercadoria a ser adquirida no mercado, tendo em vista que a população de baixa renda passou a ser obrigada a financiar seus estudos.

Chauí (1999) afirma que a missão da educação é garantir os interesses coletivos da população e servir de instrumento de transformação social. No entanto, quando se vasculha o processo histórico da educação brasileira, constata-se que os interesses coletivos sempre estiveram muito distantes disso e que todas as suas fases foram determinadas pelos interesses de uma minoria.

Se a ditadura militar no Brasil foi um período marcado por mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais e, principalmente, por lutas e repressão, no bojo desse regime autoritário a educação precisou se ajustar às precárias condições de financiamento, espaço físico, recursos materiais, qualificação profissional, dentre outras. E, ainda, passou por duas reformas significativas e que marcaram a história da educação no país.

Conforme Saviani (2008), o grande peso nessa expansão se deveu à iniciativa privada: entre 1968 e 1976, o número de instituições públicas de ensino superior passou de 129 para 222, enquanto as instituições privadas saltaram de 243 para 663.

A década de 1980 foi marcada pela crise econômica e pela transição política que resultou na redemocratização da sociedade brasileira e na elaboração e promulgação de uma nova Constituição Federal, em 1988. Nesse período, tanto o setor público quanto o privado foram atingidos pela estagnação do ensino superior.

Houve a expansão dos cursos noturnos, que se concentrou no setor privado, revelando uma oportunidade para a população inserida no mercado de trabalho e, conseqüentemente, impossibilitada de frequentar cursos diurnos. Em 1986, 76,5% das matrículas no ensino superior concentravam-se no setor privado. As universidades federais resistiam à implementação de cursos noturnos, com um percentual de apenas 16% de matrículas.

E inicia-se também a competitividade entre as instituições privadas, provocada, principalmente, pela escassez de candidatos: as universidades e os grandes estabelecimentos melhor estruturados passaram a levar vantagem em relação às faculdades menores. Ainda nos anos de 1980, o setor privado ampliou o tamanho de seus estabelecimentos por processos de fusão e incorporação de estabelecimentos menores, no intuito de fugir ao controle do Conselho Federal de Educação (CFE). Entre 1985 e 1990, aumentou em 145% o número de instituições privadas, passando de 20 para 49.

Segundo Santos e Eustáquio (2009, p.7),

Entre 1985 e 1990, aumenta em 145% o número de instituições privadas, passando de 20 para 49. Essa multiplicação não foi positiva para o ensino como um todo e nem para a clientela que dela fazia uso. Destacam-se ainda nesse período, as lutas travadas no interior das instituições, onde a organização sindical dos docentes universitários, que deu origem à Associação Nacional dos Docentes Universitários (ANDES), assumiu um papel importante. A Andes, em tese, substituiu o movimento estudantil, resgatando bandeiras de lutas pela democratização na educação superior. Essa entidade atuava basicamente no setor público e surgiu das marcas profundas que a repressão militar deixou nos que combateram no período autoritário. Na agenda da Andes, os temas prioritários eram autonomia e democratização, traduzidas em participação de docentes e de discentes na gestão da universidade, por meio de mecanismos de representação.

No período de redemocratização do Brasil, os governos de José Sarney, Fernando Collor de Mello e Itamar Franco influenciaram nessa realidade. Todavia, foi no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), 1995-2003, que se deu a aprovação da LDB, em 1996, assegurando a transferência de recursos públicos para instituições educacionais privadas, sem fins lucrativos, denominadas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, segundo normas a serem defendidas por lei - uma agenda neoliberal de expansão do ensino superior privado e da mercantilização da educação.

A reconfiguração começou pelo nível de ensino mais elevado, como em todas as reformas anteriores. A grande novidade foi o aparecimento dos centros universitários, que receberam o privilégio da autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, o que era, até então, privilégio das universidades propriamente ditas (CUNHA, 2014, p. 366).

A nova LDB incorporou inovações, como a explicitação dos variados tipos de

IES admitidos, definiu a universidade como instituição que articula ensino, pesquisa e extensão, assegurou a obrigatoriedade do credenciamento das instituições de ensino superior, obrigou a realização de avaliações, além de estabelecer a necessidade de renovação periódica para o reconhecimento dos cursos superiores.

A instituição universitária foi definida, de modo genérico, como a que desenvolve “produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional”. Em médio prazo, ela deve cumprir requisitos específicos, relativos à qualificação e dedicação dos docentes: um terço deles deve ter títulos de pós-graduação de mestre ou de doutor; um terço (não necessariamente os mesmos) deve atuar na instituição em tempo integral (CUNHA, 2004, p. 804)

Para o autor, tratava-se de “um tipo de tentativa de indução de melhoria da qualidade que pode [poderia] levar ao contrário do pretendido. [Se] as IES públicas podem [podiam] cumprir a exigência legal, a não ser as mais novas ou situadas muito longe dos mais importantes centros acadêmicos.” (CUNHA, 2004, p. 804), em contraponto, as IES privadas, com a dificuldade de institucionalizarem a profissão docente, teriam dificuldades de garantir professores com tais requisitos, o que gerou a disposição de se aceitar qualquer título de mestre ou de doutor como adequado a qualquer função do magistério. Em consequência, a pós-graduação em educação, por ser óbvia matéria de interesse geral, passou a ser pressionada a expandir-se por força do papel credencialista que lhe fora atribuído.

O efeito perverso desse papel é o artifício empregado por uma multidão (que pode superar a dezena de milhar) de brasileiros, logrados na tentativa de obter uma titulação mais fácil: matricularam-se em cursos de mestrado e de doutorado oferecidos aqui por instituições estrangeiras, em regime a distância ou presencial, com ou sem parceria com instituições nacionais, mas sem o devido credenciamento pela CAPES (CUNHA, 2004, p. 804).

Nota-se, no governo de FHC, a criação dos meios necessários para a proliferação de IES privadas assim como atuações que conduziram ao sucateamento das IES públicas:

O número de instituições privadas aumentou consideravelmente, em especial na categoria universidades e na dos centros universitários, o que resultou na ampliação do alunado abrangido pelo setor. Tal crescimento fez-se com a complacência governamental diante da qualidade insuficiente do ensino ministrado nas instituições privadas e até mesmo com o benefício do credenciamento acadêmico e do crédito financeiro. (CUNHA, 2004, p. 807).

Esse processo fortaleceu a mercantilização dos serviços educacionais e a consequente privatização do ensino superior, sob a alegação da necessidade de atender às demandas sociais e às do mercado de trabalho. Contudo, o que se teve em vista foi atender de fato ao mercado de trabalho, bem na linha do que estipula a teoria do capital humano⁹, bem no ritmo das pressões da agenda neoliberal que vem se impondo hegemonicamente nas últimas décadas.

De um lado, houve o fortalecimento do setor privado; de outro, o enfraquecimento do setor público.

A tabela 1 ilustra a expansão da oferta de vagas nas IES públicas e IES privadas.

A tabela 1 – Oferta de vagas nas IES públicas e IES privadas

Ano	Nº IES Pública	Nº de IES Privada	Vagas Públicas	Vagas Privadas	EaD
1995	210	684	178.145	432.210	-----
1996	211	711	183.513	450.723	-----
1997	211	689	193.821	505.377	-----
1998	209	764	205.725	570.306	-----
1999	192	905	218.589	675.801	-----
2000	176	1004	245.632	970.655	6.430
2001	183	1208	256.498	1.151.994	6.856
2002	195	1442	295.354	1.477.733	24.384

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do INEP (período:1995 a 2002).

Como se verifica na Tabela 1, o número de IES públicas sofreu queda no último ano de governo do Presidente FHC, registrando 195 IES públicas. Contudo, as IES privadas, no período em questão, registraram aumento superior a 110%. Com relação às vagas ofertadas pelas IES públicas, o aumento foi superior a 65% e, nas IES privadas, atingiu 1.000%. Assim, pode-se pontuar que ocorreu redução do número de IES públicas, embora a quantidade de vagas disponíveis tenha obtido aumento significativo. O aumento foi decorrente do processo de sucateamento do ensino público e das próprias alterações da LDB/1996.

A mudança de rumo do ensino superior no período em questão evidencia que, na educação, as políticas e estratégias adotadas se encaminharam para os interesses

⁹ A Teoria do Capital Humano afirma que investimentos em educação e saúde podem aprimorar as aptidões e habilidades dos indivíduos, tornando-os mais produtivos, o que em larga escala pode influenciar positivamente as taxas de crescimento dos países.

do mercado.

As IES federais necessitavam de recursos para se manter nos termos do que antes faziam; já as IES privadas recebiam benefícios com o financiamento das mensalidades cobradas aos estudantes e linha de crédito exclusiva para investimento. Como resultado, Cunha aponta o sucateamento do setor público:

A categoria centro universitário foi de grande proveito para as instituições privadas de ensino superior, pois, além do status mais elevado do que o de faculdades, institutos ou escolas, elas poderiam adaptar-se ao mercado mais rápida e facilmente, mediante a criação/desativação de cursos de graduação e da alteração do número de vagas, sem os ônus impostos pela LDB-96 às universidades, tais como a oferta de certo número de cursos de pós-graduação estrito senso e certa proporção do corpo docente com mestrado ou doutorado, além da exigência de que parte dele fosse contratada em regime de tempo integral. O status de universidade deixou de ser almejado pela maior parte das instituições privadas, pois, enquanto centros universitários, melhorariam sua relação benefício/custo. Assim, em 2012, apenas dez centros universitários eram públicos, ao passo que 139 eram privados. As universidades públicas continuaram em maioria: 108 contra 85 privadas (CUNHA, 2014, p. 366).

Visto que a expansão do ensino superior na rede privada foi um dos marcos do governo FHC¹⁰, no último ano desse governo, o setor privado do sistema educacional era de 89,9% enquanto o setor educacional público era de 11,11%. Sem dúvida, o setor privado passou a ser o grande provedor da educação superior do país, com acento na educação empresarial de mercado para mercado. A educação superior passou a produto, uma mercadoria, que participava de toda a relação de produção existente no sistema capitalista, independentemente da qualidade do ensino a ser aplicado.

A lógica que imperava era manter as IES privadas funcionando com linhas de créditos, visando apenas o capital.

O protagonismo político dos agentes do campo do ensino superior, eficaz a ponto de se refletir na legislação federal, produziu pelo menos duas mudanças profundas: a diferenciação das instituições privadas com fins lucrativos, que ficaram excluídas dos benefícios dos recursos públicos e da imunidade fiscal, e a diferenciação dos centros universitários, instituições dotadas de autonomia, mas onde o princípio constitucional da indissociação entre ensino, pesquisa e extensão deixou de prevalecer (CUNHA, 2004, p.808).

¹⁰ Ministro da educação Paulo Renato Souza desde 1 de janeiro de 1995 até 1 de janeiro de 2003, no governo FHC.

Daí, o Ministério da Educação (MEC) impôs medidas na questão econômica no sentido de que a legislação do campo do ensino superior acabasse com o capitalismo patrimonial vigente desde a formação do Estado Nacional (CUNHA, 2004). O sentido das normas foi o de estabelecer um capitalismo concorrencial, no qual o investimento realizado em instituições de ensino deixasse de usufruir de condições privilegiadas quando comparadas com a de qualquer outro setor econômico. Procurou estabelecer a equalização das condições da concorrência, ou seja, uma instituição lucrativa não poderia estar isenta de impostos e contribuições que incidiam sobre todas as outras.

O Ministério da Educação estabeleceu regras para as empresas de ensino superior, que deveriam operar em regime de transparência no que se refere à oferta de sua mercadoria,

(...) informando aos seus consumidores, ao início de cada ano letivo: (i) a qualificação de seu corpo docente, a descrição dos recursos materiais à disposição dos alunos; (ii) o elenco dos cursos reconhecidos e dos que estiverem em processo de reconhecimento, assim como o resultado das avaliações realizadas pelo MEC; (iii) o valor dos encargos financeiros a serem assumidos pelos alunos e as normas de reajuste aplicáveis durante o período letivo. As penalidades para as instituições transgressoras seriam as previstas pelo Código de Defesa do Consumidor, que veda a propaganda enganosa e prevê a possibilidade de intervenção pelo poder público (CUNHA, 2004, p. 808).

Em suma, verificou-se uma tentativa de estabelecer a ordem num setor tradicionalmente caótico – o das instituições privadas de ensino superior. No entanto, a impossibilidade de tornar eficazes os resultados da avaliação de cursos e de instituições mostrou que, também aí, o Governo FHC foi derrotado pelos grupos que lhe deram sustentação política em seus dois mandatos presidenciais.

Cresceu o ingresso de estudantes no ensino superior privado em 1995, superior ao ingresso dos estudantes no ensino superior público, conforme afirma Cunha:

Tudo somado, em 1995 FHC encontrou o ensino superior com 1,2 milhão de estudantes de graduação e o deixou com 3,5 milhões – um crescimento de 209% em oito anos! O alunado do setor público cresceu um pouco, mas foi o do setor privado que impulsionou essa curva ascendente. Se, ao início desse período, o setor privado respondia por cerca de 60% do efetivo discente, ao fim dele essa proporção subiu a 70%. O número de universidades públicas ficou estagnado, mas as privadas subiram de 63 a 84. E o de centros universitários, de zero a 77, dos quais 74 privados. A periferia das áreas metropolitanas e as cidades do interior passaram à frente das capitais na disputa pelo estudantado (54% X 46% em 2002). Declaração do diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), por ocasião da divulgação do Censo da Educação Superior, em outubro de 2003, dá conta

de que só no último ano do octênio FHC foram autorizados 186 cursos de graduação e 53 novas IES (2004, p. 809).

Conforme dissemos, o protagonismo político dos agentes do campo no ensino superior, a ponto de se refletir na legislação federal, produziu pelo menos duas mudanças profundas: a diferenciação das instituições privadas com fins lucrativos, que ficaram excluídas dos benefícios dos recursos públicos e da imunidade fiscal, e a diferenciação dos centros universitários, instituições dotadas de autonomia, mas onde o princípio constitucional da indissociação entre ensino, pesquisa e extensão deixou de prevalecer.

As tentativas de reduzir os benefícios da imunidade fiscal apenas para as IES comunitárias, confessionais e filantrópicas não surtiu efeito no processo expansionista. Cunha relata que, até o fim de 2002, as IES particulares (as que podiam obter lucro legalmente) abrangiam 1/3 do alunado das universidades e metade das matrículas das demais instituições.

Diante da expansão do ensino superior privado, em 1999 foi criado o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com o intuito de

impedir a crescente taxa de inadimplentes, que passa [passou] a atender exclusivamente os alunos dos cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva, fazendo com que as faculdades dependessem do crédito educativo, realizando ajustes para melhoria da qualidade do ensino ofertado” (FLORES, 2017, p. 412).

O Fies atende estudantes que desejam matricular-se em instituições de ensino superior privadas de renome, mas não têm condições financeiras para arcar com os seus custos, geralmente altos. Sua característica básica é um empréstimo do governo federal (inicialmente por meio de agentes, como a Caixa Econômica Federal, hoje por meio do FNDE) ao estudante para custear sua mensalidade em instituição privada. Podemos dizer que, sem esse financiamento público, as escolas privadas certamente não teriam se expandido tanto, pois as suas mensalidades teriam que ser muito maiores do que são, afastando a demanda de estudantes sem condições de pagar. A omissão do Estado e o financiamento público às escolas privadas têm sido, assim, duas das mais importantes medidas de privatização da educação, sobretudo do ensino superior.

Para Cunha (2003), no octênio de FHC, as principais ações voltadas para o ensino superior foram: a normatização fragmentada de um conjunto de leis regulando

mecanismos de avaliação; a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como alternativa ao tradicional vestibular criado em 1911; a ampliação do poder docente na gestão universitária, a contragosto de discentes e de técnicos administrativos; a reconfiguração do Conselho Nacional de Educação, com novas atribuições; gestação de um sistema de avaliação da educação superior; e o estabelecimento de padrões de referência para a organização acadêmica das IES.

Conforme Iamamoto (2011), a educação sofreu grandes abalos nos governos neoliberais instalados no Brasil após o fim da ditadura militar, pois, “desde o governo Cardoso, quando o processo de privatização do ensino superior foi acelerado, o empresariado da educação vem recebendo financiamento público” (p. 436). Tal fato tem contribuído para o crescimento da educação privada e, conseqüentemente, sucateia a educação pública. São prerrogativas que, segundo a autora, fortalecem a precarização do ensino público, reduzindo a formação apenas ao ensino, relegando a pesquisa para os programas de pós-graduação, com baixos financiamentos.

O papel da universidade enquanto instituição social é substituído pela organização que atende à funcionalidade do mercado. Com isso, “a subordinação da educação à acumulação de capital compreende a qualidade do ensino superior e sua função pública” (IAMAMOTO, 2011, p.436), reduzindo as funções da universidade de produtora de conhecimento para uma instituição voltada ao atendimento das necessidades do capital, tornando-se fábrica de conhecimento.

A educação é uma ferramenta indispensável utilizada pelo capital para expandir seu projeto ideológico. Segundo Brasil (2005, p.12), o capital “gerou uma cultura da acumulação e a educação em seu sentido e em suas modalidades pode servir de elo mediador para os processos de acumulação ao reproduzir ideias e valores que reforçam a reprodução ampliada do capital”. É neste princípio que o capital encontra sustentação, uma vez que, ao criar um modelo educacional que forma sujeitos para o trabalho produtivo, exhibe um projeto pedagógico de “emancipação humana”, embora apenas legitime o seu próprio crescimento.

De fato, o governo FHC, em relação à educação superior, marcou-se pela ampliação de IES privadas e pelo aumento significativo da oferta de vagas. As ações de governo se ligaram aos interesses internacionais do grande capital e a educação superior, sob o ideário neoliberal, se tornou mais um instrumento de acumulação do capital e foi perdendo força enquanto conquista de direitos sociais.

Conforme Vidal (2016), o governo FHC legitimou o projeto neoliberal no Brasil, quando a educação deixou de ser entendida como um direito e passou a integrar o leque de mercadorias disponíveis no mercado, ligadas diretamente aos interesses do capital, direcionando-se conforme as determinações de organismos internacionais. Com isso, o Estado se desresponsabilizou da educação superior, o que reforça a marca desse governo, de intenso processo de privatização de várias políticas públicas.

Se o governo FHC foi responsável pelo pontapé inicial do desenfreado programa de privatização da educação pública, o governo do campo popular do Partido dos Trabalhadores (PT)¹¹, forjado no movimento popular sindical com Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), reforçou e propagou medidas na política educacional para o ensino superior. Em 20 de outubro de 2003, o governo iniciou as medidas de alteração no sistema educacional por meio do Decreto nº 03, ao instituir o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), cuja finalidade era analisar a situação da educação superior e apresentar um plano de ação visando a sua reestruturação, seu desenvolvimento e a democratização das IES federais.

O documento focava na crise das IES privadas, conforme destaca o seguinte trecho:

as universidades privadas, que viveram uma expansão recorde nos últimos anos, chegando a responder, em 2002, por 63,5% do total de cursos de graduação e 70% das matrículas, encontram-se agora ameaçadas pelo risco de uma inadimplência generalizada do alunado e de uma crescente desconfiança em relação a seus diplomas (BRASIL. GTI, 2003).

Ainda no ano de 2003, ocorreram duas iniciativas importantes em relação ao ensino superior: em agosto, a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC) organizou o Seminário “Universidade: por que e como reformar”. Como resultado, apareceu a proposta de elaboração da lei orgânica do ensino superior, para preencher as lacunas e corrigir os equívocos da LDB de 1996. Diversas estratégias foram utilizadas na sensibilização das comissões de educação do Senado e da Câmara dos deputados, como exposições de argumentos sobre o tema:

Uma lei orgânica definiria a melhor configuração para o campo do ensino

¹¹ O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 10.02.1980 - O PT surgiu como agente promotor de mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais e artistas. Foi oficializado partido político em 10 de fevereiro de 1980, pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral.

superior, corrigindo os efeitos não intencionados que resultaram de iniciativas inadequadas do Poder Executivo, como os centros universitários, ou até mesmo do Poder Legislativo, como os silêncios da LDB. No que diz respeito às universidades, a lei orgânica trataria dos marcos da autonomia e definiria matérias relevantes, como a avaliação, abrangendo todas as instituições. No que concerne às universidades federais, essa lei disporia sobre importantes questões, comuns a todas elas, como as seguintes: financiamento, carreira, organização interna, escolha de dirigentes, entre outras. Não se poderia deixar de estabelecer as condições da intervenção federal, caso os próprios estatutos sejam [fossem] descumpridos, o patrimônio dilapidado ou os recursos públicos malversados (CUNHA, 2004, p.814).

Nessa direção, logo após o seminário, o MEC, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), do Banco Mundial (BM) e da ONG internacional ORUS (*Observatoire International Reformes Universitaires*), realizou o Seminário Internacional “Universidade XXI: novos caminhos para o ensino superior”. Nesses dois eventos, vários temas foram abordados e debatidos para a construção de uma agenda voltada para o ensino superior. Estiveram presentes no debate os seguintes tópicos: gestão, autonomia acadêmica e financeira, avaliação e regulação, estrutura e organização, democratização e acesso etc. Em

(...) 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu como meta a necessidade de ampliação das matrículas no ensino superior de jovens entre 18 e 24 anos de 12% para 30%. Segundo o próprio PNE, os 12% de matrículas colocavam o Brasil numa posição de desvantagem na América Latina, inclusive comparado com países em situação econômica inferior, como são os casos de Argentina, Chile, Venezuela e Bolívia, nos quais os índices de matrículas no ensino superior são, respectivamente, 40%, 20,6%, 26% e 20,6%. Além disso, 40% das matrículas deveriam se concentrar no setor público (SANTOS, EUSTÁQUIO, 2009, p.9)

O Grupo de Trabalho Interministerial publicou, em 2003, o documento “Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira” (BRASIL, 2003), que apontava o agravamento da crise financeira das universidades públicas do Brasil. Entre as questões tratadas no documento, estavam a busca por outras fontes de investimentos, a ampliação dos cursos de EaD e a expansão das vagas.

Na avaliação feita pelo Grupo de Trabalho Interministerial em 2003, “para atingir os 40% de universitários matriculados no setor público determinados pelo PNE seria preciso chegar a 2,4 milhões de vagas no sistema público, dos quais a metade no subsistema federal”.

A proposta de ampliação do acesso ao ensino superior situou-se em três pilares

básicos: a ampliação dos cursos de graduação a distância; a utilização de parcerias público-privadas; e a extensão da rede pública de ensino superior.

No governo Lula, permanece o processo de privatização da educação superior, por meio de mecanismos legais que intensificam essa direção e com relação às IES públicas, o governo reduz gradualmente os repasses dos recursos públicos, fazendo com que essas iniciem forte busca por verbas privadas, intensificando o sucateamento das universidades públicas. Na contramão da redução de recursos públicos e privados investidos nas IES públicas, o ProUni é um dos mecanismos utilizados para o investimento público no setor privado, ou seja, o governo reduz investimentos nas instituições públicas e repassa os recursos públicos para os serviços privados (VIDAL, 2016, p. 54).

A saída do ministro Cristóvão Buarque do MEC apontou uma mudança de rumo nas discussões sobre a reforma universitária. Empossado, o ministro petista Tarso Fernando Herz Genro assumiu essa tarefa como prioritária.

Em sua curta passagem pelo MEC de (2004 a 2005), Genro participou de debates, conferências e seminários, realizou oitivas (ouvir testemunhas) públicas, consultou as instituições, com vistas a realizar a reforma universitária, mas não teve êxito por essa via, assim como seu antecessor. No entanto, de forma fragmentada, conseguiu alguns avanços, como a aprovação da Lei que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), apresentou ao Congresso Nacional o projeto de lei que instituía a política de reserva de vagas para egressos de escolas públicas, negros e indígenas nas instituições públicas de ensino superior e criou, por meio de medida provisória, o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

O programa foi ao encontro da demanda de acesso ao ensino superior gratuito, não atendida pelas instituições públicas, e com a determinação do Plano Nacional de Educação (Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001) de aumentar a taxa de escolarização dos jovens de 18 a 24 anos, no ensino superior, de 12% para 30%, até o final da década, mas de um modo tal que a participação do setor público fosse igual ou maior a 40% do alunado. Não haveria, contudo, transferência líquida de recursos ao setor privado de ensino, pela regulamentação do dispositivo constitucional que previa a renúncia fiscal. O fundamento era o mesmo que prevaleceu na educação básica, durante décadas: bolsas de estudo para os estudantes não atendidos pelas redes públicas frequentarem escolas privadas. Desta feita, ao invés de aporte de recursos, haveria uma espécie de contrapartida pela isenção fiscal, o que tampouco exigiria dispêndios das instituições privadas, já que sua capacidade ociosa era alta, da ordem de 50% (CUNHA, 2014, p. 366).

De outro lado, é sabido que a disputa pelo crescente mercado da educação tem atingido destaque em escala global. No Brasil, consoante a análise de Leher (2003),

o mercado educacional logrou êxito especialmente nos anos 1990, com a promulgação da atual LDB, que, além de determinar a propagação e a diversificação das IES, possibilitou criar instituições que rompessem com o modelo europeu, calcado na articulação ensino-pesquisa e extensão, restringindo-as somente ao ensino.

Como alega Leher (2003), os empresários da educação superior têm, cada vez mais, ao longo dos últimos anos, estreitado suas relações com o governo, procurando garantir seus interesses, investindo em diversas frentes.

Como observa o autor (2003, p. 89), dessas interconexões entre empresários e governos, resultaram: falta de controle público sobre mensalidades; isenções tributárias, inclusive da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e do salário-educação (2,5% sobre a folha de pagamento), para todas as instituições sem fins lucrativos; empréstimos a juros subsidiados, via BNDES; renúncia de recolhimento previdenciário (permitindo uma economia de até 30% da folha de pagamento); e, ainda, os repasses diretos de verbas públicas, por meio do crédito educativo e, a partir de 1999, do FIES. Esses meios tomados já no primeiro mandato do Governo Lula (2003-2006) em relação ao ensino superior expõem a opção pela ampliação do ensino privado, dando seguimento à política progressiva de favorecimento do setor.

Entre as medidas adotadas nesse sentido, destaca-se o Programa Universidade para todos (PROUNI), que passou a garantir a transferência de vultuosos recursos públicos para as IES privadas por meio da renúncia fiscal que, inclusive, contraria o Art. 213 da Constituição Federal de 1988, que proíbe a aplicação de recursos públicos em instituições com fins lucrativos.

O PROUNI, promulgado por meio da Lei 11.096/2005, tem como propósito a disponibilidade de bolsas parciais e integrais para cursos de especialização e graduação em estabelecimentos privados de ensino, através da isenção tributária (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

É um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. Podem participar: Estudantes egressos do Ensino Médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais da própria escola; Estudantes com deficiência; Professores da rede pública de ensino do quadro permanente que concorrerem a cursos de licenciatura, nesse caso não é necessário comprovar renda. Para concorrer às bolsas integrais, o candidato deve comprovar renda bruta familiar, por pessoa, de

até um salário mínimo e meio. Para as bolsas parciais (50%), a renda bruta familiar deve ser de até três salários mínimos por pessoa (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

Conforme seus idealizadores, trata-se da mais democrática das ações do governo Lula, pois realiza duas funções ideológicas cruciais: democratiza a educação superior e camufla as maiores ambições das instituições privadas de Ensino Superior IPES (com fins ou sem fins lucrativos) que a ele aderem na garantia de isenções fiscais.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. O processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente. Os principais objetivos da avaliação envolvem melhorar o mérito e o valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões do ensino, da pesquisa, extensão, gestão e formação; melhorar a qualidade da educação superior e orientar a expansão da oferta; além de promover a responsabilidade social das IES. Adotado na gestão do ministro da Educação Fernando Haddad (2006), constitui a estratégia proposta de avaliação para aumentar a pressão do governo sobre as IES na produção de resultados pela integração das IES públicas e privadas em um mesmo regulamento, dentro do sistema federal de ensino.

Os critérios definidos para acesso ao PROUNI são: estudantes provenientes de famílias de baixa renda, negros, indígenas e pardos, deficientes físicos e professores das redes públicas de ensino (independentemente da situação financeira e racial), para participarem do programa as instituições de ensino superior. Os integrantes do programa têm de firmar documento de adesão, contendo as condições previstas do financiamento para um prazo de dez anos, renovável indefinidamente. Do lado das instituições aderentes, assumir o compromisso de oferecer bolsas integrais e parciais em proporções definidas pela lei, relativas ao conjunto de seus estudantes pagantes. (CUNHA, 2014).

A lei do Prouni reconheceu o status de instituições educacionais com fins lucrativos, que aparecia de modo implícito na LDB-96. Desde então, as instituições de ensino superior podem ter fins lucrativos, pagar os impostos e contribuições a que estão sujeitas as empresas de serviços e distribuir lucros abertamente aos seus proprietários ou acionistas. Elas podem ou não aderir ao Prouni, caso em que fazem jus à isenção fiscal e à compensação prevista na lei. No outro extremo do espectro institucional privado, as instituições

filantrópicas são obrigadas a aderir ao Programa e têm de atender condições mais exigentes do que aquelas, em termos de proporção de alunos beneficiados e do montante de bolsas integrais. Vale dizer, para as instituições filantrópicas, a contrapartida da isenção fiscal é maior. Em consequência, desenvolveu-se um processo de migração de instituições – da condição de filantrópicas para a de fins lucrativos. Nessa migração, elas levam consigo o capital acumulado com base em financiamentos de agências governamentais a juros privilegiados. Em suma, trata-se de doação de capital do setor público para o setor privado (CUNHA, 2014, p.367).

Se o PROUNI assegurou o aumento do acesso às instituições públicas de ensino superior, foram as instituições privadas que, no entanto, registraram maior ampliação. O crescimento do número de estudantes nas IES públicas e privadas não atingiu a meta do Plano Nacional de Educação 2001/2011 em 2013. A participação do setor público foi projetada para 40%, mas não ultrapassou 27,2%, ou seja, menos da metade do início da ditadura, que foi de 56,3%, em 1965 (CUNHA, 2014).

Sancionado o Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007, outra iniciativa do governo Lula foi a instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), na tentativa de garantir a ampliação do acesso e a permanência dos alunos na educação superior no nível de graduação, e de melhorar o aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais.

Sua meta foi a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18% ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano (BRASIL, 2007).

Além dessa meta, cuja hipótese era a redução dos gastos públicos, através do aumento do número de concluintes de cursos e o aumento do número na relação aluno/professor, o Decreto nº 6.096 ainda previu, como meta, a reformulação dos cursos de graduação. Encontra-se nas diretrizes do REUNI, a diversificação das modalidades de graduação, que estão em conformidade com a proposta da

Universidade Nova¹², em completo acordo com o processo de Bolonha¹³, no tocante à internacionalização da educação superior, o que exprime formas que engendram um formato de imperialismo acadêmico.

Mas é possível reconhecer também o esforço do governo federal para permitir o acesso dos estudantes em instituições públicas de ensino, mas é claro, sem deixar de lado o financiamento dos estudantes nas instituições privadas. Assim em 2010 foi implantado o Sistema de Seleção Unificada (SISU), onde através do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), os estudantes conseguem participar do processo seletivo nas instituições públicas de educação superior localizadas em todo o território nacional, além de permitir o acesso a programas governamentais de financiamento estudantil (FLORES, 2017, p. 413).

Seguindo o processo de democratização do ensino superior, em 2012 foi instituída a Lei nº 12.711, popularmente conhecida como Lei de Cotas¹⁴, que garantiu

¹² O projeto “Universidade Nova” no Brasil tem uma base histórico-conceitual que remonta a mais de quatro décadas atrás. Ficou latente, porque interrompida pelas duas décadas de regime militar, a histórica discussão sobre uma nova concepção de universidade. A proposta da Universidade Nova criaria um bacharelado interdisciplinar, com certificação de nível superior e duração, a depender da área do conhecimento, de dois a três anos, composto por disciplinas mais gerais. A partir desse, os discentes poderiam escolher, se quisessem prosseguir nos estudos, um curso profissionalizante específico, de 1 a 5 anos de duração, que poderia ainda ter continuidade nos estudos de pós-graduação lato sensu ou stricto sensu, de modo a poder propiciar aos estudantes diversas alternativas para a sua formação. Assim, a escolha da carreira, além de ser de natureza mais geral, multidisciplinar, também poderia ser um pouco mais tardia, para além dos 17 anos dos vestibulares de hoje em dia. E a definição profissional poderia ser mais amadurecida, mais consciente e com menos custos para o Estado. Só as evasões e desistências que se observam hoje em dia chegam às dimensões de mais de 40 % dos iniciantes.

¹³ O Processo de Bolonha deve o seu nome à chamada Declaração de Bolonha, que foi assinada em 19 de Junho de 1999, na cidade de Bolonha (Itália), pelos ministros responsáveis pelo ensino superior de 29 países europeus, entre os quais, Portugal. Trata-se de um processo de reforma intergovernamental a nível europeu que se inscreve nos objetivos da Estratégia de Lisboa e que visa concretizar o Espaço Europeu de Ensino Superior.

¹⁴ Apesar de ter ganhado uma grande visibilidade a partir da sanção da Lei 12.711 de 2012, o sistema de cotas no Brasil existe desde o início dos anos 2000, quando a Universidade de Brasília (UnB) decidiu fazer reserva de vagas para alguns candidatos em seu processo seletivo.

O texto da Lei de Cotas prevê a destinação de vagas para estudantes de escolas públicas e, dentro dessa reserva, algumas vagas são para autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. Temos aí dois tipos de reserva: Cotas Sociais e Cotas Raciais.

Cotas Sociais

As instituições federais de ensino superior são obrigadas a cumprir até 2016 a reserva de 50% das vagas para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas. Deste percentual, metade deve ser destinada a candidatos que possuam renda mensal per capita igual ou menor a 1,5 salário mínimo e a outra metade para os estudantes com renda maior que 1,5 salário mínimo. Atualmente, boa parte das universidades federais realiza a seleção de novos alunos através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). No entanto, as estaduais e outras instituições de ensino estão adotando ações afirmativas que beneficiem os estudantes de baixa renda. No ato da inscrição o candidato autodeclara a renda e a origem escolar, mas, caso seja aprovado dentro da reserva de vagas, é necessário comprovar as informações prestadas.

Cotas Raciais

Outra forma de concorrer a uma vaga em instituições de ensino superior é através da autodeclaração de raça. Estudantes pretos, pardos ou indígenas de escolas públicas têm assegurado por lei carteiras

a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia aos alunos provenientes integralmente do ensino médio público com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*. E metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Dentre as vagas reservadas a cotistas, também foi levado em conta o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas por estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (FLORES, 2017, p. 413).

A publicação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a instituição do REUNI, da Universidade Aberta e da Universidade Nova expressam medidas direcionadas ao desmonte do modelo de universidade pública e sua modificação por diversos modelos de formação superior. O PDE, lançado em abril de 2007, contempla 28 ações. Entre elas, as mais polêmicas dizem respeito às IFES, bem como à formação de professores.

O aspecto mais preocupante da ação referente às IFES não está vinculada à proposta de duplicação da quantidade de vagas. Pois se trata de uma medida relevante e democrática. Todavia, ela vem seguida de um conglomerado de pré-condições, como por exemplo, a reformulação dos currículos dos cursos, como também diminuição do custo por aluno. Isto é, as Universidades que aprovassem a adesão ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) teriam adicionais financeiros desde que aderissem ao preocupante modelo de ensino superior flexível (PAULA et al., 2015, p. 8).

Vale destacar, também, outra ação que impacta negativamente o ensino superior: a contratação de professor equivalente, que se associa à flexibilização curricular e trabalhista, racionalização de recursos e ensino a distância como forma de democratização do acesso e de formação de professores como pressupostos para a implantação do Programa de Reestruturação das Universidades Federais, o REUNI, da Universidade Aberta, do banco de professores-equivalentes, bem como a proposta de implantação da Universidade Nova.

Desde 2003, o governo vem implementando um conjunto de medidas provisórias, projetos de lei, leis e decretos que demonstram que essa reformulação e de fato, uma prioridade em sua pauta de ação política. O governo Lula da Silva,

nas universidades federais. No entanto, para chegar ao número de vagas reservadas, as entidades devem levar em consideração os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o estado no qual a instituição está localizada.

utilizando como pressupostos as políticas dos organismos internacionais para os países periféricos, está ampliando, por um lado, a privatização interna das universidades públicas e, por outro o número de cursos privados.

O que se coloca e a lógica mercantil e empresarial á universidade brasileira, estimulando a sua privatização, o propósito é compatibilizar o ensino superior com os ditames de financeirização da economia em um contexto de mundialização do capital.

O Quadro 1 possibilita maior compreensão com esclarecimentos do aparato legal instituído pelo governo, que concretizou a reformulação da educação superior no país a partir dos anos 2000.

Quadro 1- Aparato legal para reformulação da educação superior – a partir dos anos 2000.

Regulamentação	Definição
Lei 10.861/2004	Institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes).
Decreto 5.205/2004 (Revogado) Decreto 7.423/2010	Referente às parcerias entre universidades federais e fundações de direito privado, possibilitando a captação de recursos privados para o financiamento das atividades acadêmicas.
Lei 10.973/2004	Dispõe sobre incentivos à inovação, a pesquisas científicas e tecnológicas no ambiente produtivo e dá outras providências.
Lei 11.079/2004	Dispõe sobre as parcerias público-privadas, abrangendo amplo conjunto de atividades governamentais.
Lei 11.096/2005	Institui o Programa Universidade para Todos (ProUni).
Decreto 6096/2007	Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).
Decreto 5.773/2006	Decreto Ponte. Trata da avaliação e regulação dos cursos. Institui o Sinaes. Aborda ainda os cursos sequenciais.
Decretos 7232, 7233 e 7234/2010	Referem-se à “autonomia universitária”, ampliam a atuação das funções de direito privado nas IES federais; inferem alterações significativas nos regimes de trabalho; diferencia os orçamentos das IES Federais, conforme índice de produtividade. As alterações implicam diretamente a relação de trabalho dos profissionais.
Lei 12.349/2010	Altera as relações de contrato das IES Federais. Amplia a presença do setor privado nas instituições.

Fonte: Elaborada pela autora.

Podemos observar que foram várias regulamentações da educação superior, a partir de documentos, leis, decretos que reafirmam a lógica do governo anterior no que concerne à política de educação superior. Os dados acima elencados corroboram a tese da continuidade da expansão do ensino superior, via setor privado, também no governo Lula, contudo, esse governo é marcado por continuidades em relação ao governo Cardoso, o processo de mercantilização da educação superior.

A intensificação da privatização da educação superior brasileira fica evidente quando analisamos os dados disponibilizados pelo próprio Ministério da Educação.

Segundo dados do MEC/INEP, a Tabela 2 apresenta o aumento das IES públicas e privadas no período em questão.

Tabela 2- Crescimento das IES públicas e privadas – 2002 a 2010

Ano	IES Pública	IES Privada	Total	Percentual Privadas
2002	195	1.442	1.637	88%
2003	207	1.652	1.859	88%
2004	224	1.789	2.013	88%
2005	231	1.934	2.165	89%
2006	248	2.022	2.270	89%
2007	249	2.032	2.281	89%
2008	236	2.016	2.252	89%
2009	245	2.069	2.252	91%
2010	278	2.100	2.378	88%

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados de relatório do Inep.

A Tabela 2 demonstra o aumento das IES. Em 2002, havia 195 IES públicas e, em 2010, 278. Isso representa um aumento de 33%. As IES privadas, em 2002, somavam 1.442 unidades pelo país e, em 2010, totalizavam 2.100, o que representa um aumento de 32% no período. Do total geral das IES, apenas 12% são públicas, e essa relação de expansão permanece desigual, pois a maioria das vagas concentra-se nas IES privadas. Com isso, verifica-se que a educação superior preponderante no Brasil, representando 88% das unidades, são as instituições privadas.

Conforme estudos de Vidal (2016), o governo Dilma Roussef (2011-2015), com relação à educação superior, deu prosseguimento à política do governo Lula ao permanecer com o acesso ao ensino superior por meio dos mecanismos já apontados.

Em 2013, foi instituída a Lei 12.881, que dispôs sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES). Essa proposta pouco se distanciou das questões apresentadas até aquele

momento e, mais uma vez, fortaleceu a parceria público-privada.

Art. 1º As instituições Comunitárias de Educação Superior são organizações da sociedade civil brasileira que possuem, cumulativamente, as seguintes características:

I- estão constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as constituídas pelo poder público;

II- patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público;

III- sem fins lucrativos, assim entendidas as que observam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) não distribuem parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

b) aplicam integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

c) mantêm escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

De acordo com Vidal (2016), a partir do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), editado pela Lei 12.513/2011, o governo investiu em escolas técnicas, resultando na criação de 422 pelo país como estratégia para melhorar a qualidade de ensino médio e possibilitar o acesso ao ensino superior. Contudo, é plausível afirmar que tal iniciativa visa aumentar os números absolutos dos dados da educação superior, uma vez que as informações das escolas técnicas integram o documento do INEP.

A política para a educação superior do governo Dilma vem fortalecendo alguns parâmetros que estão sendo incorporados nas IES do País como: competitividade, empreendedorismo, inovação, mobilidade internacional, destacando a universidade no desenvolvimento econômico e social, internacionalização do ensino superior, e criando terreno cada vez mais fértil para a lógica de disputa internacional e em muitos aspectos apontando a educação como um único mecanismo para superação das desigualdades sociais geradas pelo modo de produção capitalista (VIDAL, 2016 p.58).

Essa ideia de democratização oculta a luta de classes, confirmando a igualdade como se todos tivessem as mesmas condições objetivas de acessar o sistema educacional, conforme afirma Vidal:

As ações conduzidas pelo governo na dilapidação das IES públicas trazem à tona a retração da educação enquanto política pública, colocando-a no patamar de serviços educacionais, possibilitando a proliferação de IES privadas e as parcerias público-privadas. É possível visualizar uma imposição dos órgãos internacionais na condução da educação superior nos países periféricos, onde essa educação não precisa ser de qualidade, mas atender à necessidade do mercado. Essas ações promovem a expansão das vagas, de forma indiscriminada e sem preocupação com a qualidade. Na verdade o

que ocorre é a massificação¹⁵ do ensino, pois o mercado se torna o grande controlador da necessidade de formação, da oferta de cursos, da regulação salarial e das condições de trabalho (VIDAL, 2016 p.59).

Diante do exposto, as políticas implementadas pelo governo Dilma Rousseff deram ênfase ao Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) instituído pela Lei Nº 13.005 de 2014 (BRASIL, 2014), orientado pelo Documento Final da Conferência Nacional de Educação (2010).

Foram traçadas vinte metas e uma série de estratégias para a educação brasileira nos próximos dez anos. Conforme os autores Paula *et al* (2015) demonstraram, diante de uma análise cautelosa da PNE 2014- 2024, o que tal política buscou foi sistematizar os principais projetos educacionais implementados desde 2004 pelo governo Lula da Silva.

Analisando a referida lei é possível evidenciar um movimento que dá segmento, bem como aprofunda os eixos basilares da política de Educação vigente no período 2003-2013. Esse movimento se dá, entre outros, em relação à expansão da oferta educacional mediante uso das parcerias público-privadas (PPP) na Educação, bem como de incorporação do REUNI a partir da meta 12, que pretende uma elevação da taxa de matrículas no ensino superior para 33% (PAULA *et al.* 2015, p. 9).

Conforme os autores, dessa forma, essas medidas de governo passam a ser política de Estado. Com a efetivação dos ajustes estruturais, do receituário do BM, os governos Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff executaram um duplo programa de privatização. Essa política antinacional se solidificou com muitas faces: desmonte da economia nacional; adaptação passiva do país à sua posição na divisão internacional do trabalho e no mercado financeiro; e, no campo da educação superior, a potencialização da mercantilização desse direito social.

A educação com princípios mercadológicos não é um fator típico da contemporaneidade. Segundo Mészáros (2008), vem se estruturando ao longo de décadas. O mercado passa a exercer influência sobre a produção do conhecimento para suprir sua necessidade de adquirir e ampliar o espaço de acumulação de riqueza. Segundo ele,

¹⁵ A massificação do ensino promovida no País é debatida no decorrer deste texto. Neste momento, queremos diferenciar os termos: o que o governo utiliza como democratização de acesso é um processo crescente de massificação do ensino.

(...) educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – na sua totalidade – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa para a gestão da sociedade, seja na forma ‘internalizada’ (isto é, pelos indivíduos devidamente ‘educados’ e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (MÉSZÁROS, 2008, p. 37).

Nesse sentido, fica evidente a afirmação apresentada de que a educação vem sendo moldada a fim de atender às necessidades do mercado, sobretudo a educação técnica, que não dispõe da dimensão propositiva, crítica e libertadora. Toda sociedade detém um sistema próprio de educação, por conseguinte é ele que determina, em certa medida, a “formação social” dos indivíduos para reproduzir a ordem vigente, visto que o conhecimento é um mecanismo de transformação da realidade social, dos sujeitos, da composição das classes sociais, além de estar a educação inserida em um projeto de sociedade capitalista que se intensifica constantemente.

O modelo de educação posto para a sociedade brasileira, sobretudo a partir da “reforma” da educação, é uma modalidade com vistas a atender às necessidades do mercado, de formar sujeitos para manter o sistema de produção, ou seja, gerenciar a máquina produtiva. Uma educação socialista, conforme propõe Mézáros (2008), que de fato proporcione a emancipação humana, evidencia uma estratégia de construir uma estrutura social e uma sociedade diferentes, nas quais são formados sujeitos livres, capazes de construir sua própria história. O propósito, nesse sentido, é a constituição de um sistema educacional que atenda às necessidades de seus usuários. Entretanto, esse modelo de educação do país tem passado por um conjunto de crises, seja em relação à sua estrutura ou em relação ao seu direcionamento educativo. Mézáros (2008) sinaliza que:

(...) a crise atual da educação formal é apenas a ponta do iceberg. O sistema educacional formal da sociedade não pode funcionar tranquilamente se não estiver de acordo com a estrutura educacional geral – isto é, com o sistema específico de “interiorização” efetiva. A crise das instituições educacionais é então indicativa do conjunto de processos dos quais a educação formal é uma parte constitutiva (MÉSZÁROS, 2008, p. 275).

Em razão do direcionamento burguês assumido pelo Estado brasileiro, a educação, na maioria das instituições privadas, sofre influência e tem seu direcionamento ligado à formação profissional técnica, sem as dimensões humanísticas

e sociais. Nesse sentido, consoante o autor (2008), a educação tem duas funções: a primeira consiste em atender ao funcionamento da economia capitalista; a segunda, a uma formação cujo propósito é garantir o controle político sobre a sociedade (MÉSZÁROS, 2008). Tal cenário da educação brasileira, decorrente da privatização do ensino público, tem se distanciando da dimensão de direito social, amparado pelo processo de globalização e pela expansão da tecnologia, e tem favorecido a adoção de uma modalidade de ensino que dispõe de tecnologias totalmente isentas da presença real do professor: o ensino não presencial.

A educação defendida por Mézáros (2008) é uma educação que se coloca para além do capital, amparada em um sistema que, de fato, concorra à realização dos objetivos primordiais da educação. Entretanto, o modelo que se tem alcançado foge dessa determinação, concentrando-se na formação de sujeitos para o mercado, que frequentam cursos aligeirados, muitas vezes sem a possibilidade de opção educacional, visto que sua condição de classe não lhe permite ter acesso a outro tipo de educação.

Percebe-se que a educação não conseguiu fugir do caráter destrutivo do capital em procura de novas fontes de extração de mais-valia. A classe hegemônica pressiona de maneira crescente os governos neoliberais, buscando garantir os recursos públicos para a ampliação de sua política privatista de ensino superior.

Conforme Vidal 2016, vive-se um contexto no qual emergem diferentes análises: por um lado, temos as concepções neoconservadoras, muito embora, por outro, apareça um posicionamento mais crítico, que também é manifestado.

O ajuste fiscal vigente na sociedade hoje atinge setores específicos e na contramão favorece outros. Consolidam-se claramente com o enxugamento massivo de políticas públicas e o aumento intenso de juros; dessa forma, as medidas adotadas recaem fortemente sobre a classe trabalhadora. E ainda provoca verdadeiro colapso na educação pública. A “Pátria Educadora”¹⁶ apresenta-se, assim, como verdadeira farsa, devido às ações do ajuste fiscal, que implicaram cortes significativos na educação, e ainda considerando que a educação superior no País está basicamente nas mãos de empresas privadas (VIDAL, 2016 p. 60).

O ajuste fiscal ordena medidas aprovadas de forma autoritária sobre a classe trabalhadora e o Estado brasileiro revela para quem governa. Analisa Vidal:

¹⁶ Expressão utilizada no discurso de posse da Presidente Dilma Rousseff, no dia 1º de janeiro de 2015, referindo que: “só a educação liberta um povo e abre as portas de um futuro próspero”. (Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1649821-dilma-anuncia-o-novo-lema-do-governo-brasil-patria-educadora>>).

O processo de retração do Estado atinge diretamente os direitos sociais conquistados com a Constituição de 1988, e a tentativa é de empreender “nova” formulação de política, que não é assim tão nova, pois essas investidas demarcam longa data, iniciadas mais fortemente no Brasil na década de 90, desde quando a ideia de um Estado Mínimo vem se consolidando paulatinamente no cenário nacional. Conforme Frigotto (1996), para o neoliberalismo, o setor público – Estado é o causador da crise, devido aos privilégios e ineficiências. Já o mercado e o setor privado são sinônimos de eficiência, qualidade e equidade. Com isso, versa a ideia de um Estado Mínimo e abre-se amplamente espaço para o questionamento das conquistas sociais. O Estado deve somente existir, nessa proposta, para a reprodução do capital. As necessidades da sociedade passam a ser reguladas pelo próprio mercado, sem a interferência do Estado (VIDAL, 2016 p.61).

O PNE (2014-2024) reforça essa lógica através de uma gama de projetos (PROUNI, FIES, EaD, SINAES, REUNI) que contribuem para a expansão e o favorecimento da mercantilização da educação, com isenções de impostos, certificação em larga escala, tornando-a um dos mais lucrativos setores do país. O cenário da educação superior, então, é palco de um grande colapso, uma verdadeira crise corrosiva de universidades.

Com o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, votado no dia 31 de agosto de 2016, ascende ao poder do vice-presidente Michel Temer.

Já em princípios da gestão Temer, os ventos que começam a soprar são assustadores, conforme indicam os principais documentos orientadores de seu governo – Ponte para o Futuro e Travessia Social (que remonta ao nefasto passado neoliberal). Visando claramente suplantar o projeto político que, a duras penas, tentava reparar dívidas históricas com a população majoritariamente sofrida do Brasil, Temer provoca uma interrupção do social-neoliberalismo (CASTELO, 2013) e dá início a uma era de radicalização dos princípios liberais sob o mote do ajuste fiscal e da privatização.

A marca do governo Michel Temer na área de educação é de cortes e vetos. Sob o pretexto de assegurar o equilíbrio fiscal, promove um amplo e profundo ataque aos direitos sociais, privatiza a educação básica e superior e restringe o direito à educação pública de qualidade.

São as seguintes as medidas que ameaçam o direito à educação pública e às conquistas dos trabalhadores em educação na última década: primeiro, Propostas de Emendas à Constituição (PECs), que prorrogam a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2023 e criam o mesmo instrumento de desvinculação nos Estados (DRE) e nos Municípios (DRM). A nota do Sindicato dos Trabalhadores em Educação

de Pernambuco (2016) reconhece a educação em risco diante das medidas propostas pelo governo de congelar as verbas sociais e os salários dos servidores públicos, com reposição máxima da inflação para ambas as políticas.

Segundo, fim das receitas de petróleo para a educação e a saúde, com a Lei 12.351, de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; criação do Fundo Social – FS, que dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; alteração dos dispositivos da Lei n. 9.478, de 6 de agosto de 1997; revogação, após a aprovação, do Projeto de Lei n.131/15, da medida que, junto com os demais cortes orçamentários que se avizinham, inviabilizará por completo a meta 20 do PNE, que prevê investir 10% do PIB na educação.

O Governo Temer apresentou ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 55 que propôs a instituição de um novo regime fiscal que, entre outros aspectos, corrige as cifras destinadas à educação apenas pelos índices da inflação do ano anterior. Essa emenda foi aprovada em novembro de 2016, havendo uma redução significativa no percentual do PIB destinado a esse tipo de investimento. Também, dispôs a privatização da educação básica e superior. Na educação superior, o programa “Ponte para o Futuro” orienta a cobrança de cursos de pós-graduação e extensão nas universidades públicas.

Ademais, conforme Vidal (2016), apesar de, nos últimos anos, verificar-se um aumento considerável de vagas disponíveis na educação superior para atender às necessidades do capital e garantir maior lucro na educação mercadoria, a educação ocorre de forma desigual e fragmentada - as ações desenvolvidas promovem verdadeira diferenciação no sistema educacional, gerando uma educação pobre e esvaziada de conteúdo, de pobres para pobres. Para a autora, a educação busca adequar o novo profissional às exigências do mercado: um profissional polivalente, flexível, adaptável a mudanças, disciplinado, com facilidade para operar as novas tecnologias e ainda capaz de apaziguar conflitos cotidianos.

Essa educação superior precária disponibilizada para os jovens apenas alimentam o sonho de conquistar melhores condições de trabalho, que na prática não serão possíveis, pois uma educação que não possibilita a juventude entender a essência de produção do capital não formará indivíduos capazes de entender e nem de romper com essa lógica, apenas indivíduos disciplinados que seguem a cartilha da lógica neoliberal de produção; o pior

é que essa “certificação vazia” ainda atribuirá o insucesso do trabalho ao próprio sujeito, à responsabilidade individual de cada um, assim, [o indivíduo] torna-se o único responsável por seu sucesso ou fracasso (Sic) (VIDAL, 2016 p.65).

As reflexões apreendidas se conectam às análises sobre a trajetória histórica do ensino a distância, com a contextualização da sua entrada estratégica na expansão do ensino superior brasileiro nas duas últimas décadas.

3 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E A MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA EM SERVIÇO SOCIAL

A universidade é o local de construção de saberes e de disseminação da cultura e do pensamento livre. De acordo com Chauí (2001),

Desde seu surgimento (no século XIII europeu), a universidade sempre foi uma instituição social, isto, é uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições. Num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais [...]. A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista de ideia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na ideia de um conhecimento guiado pela sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como no de sua transmissão (p. 184-185).

Em atenção às finalidades do presente estudo, é retomada a trajetória da Educação a Distância no Brasil, seu processo histórico e configuração na educação brasileira. Santos (2008) apresenta uma classificação da educação a distância a partir de 1904:

- Em 1904: Mídia impressa e correio. Escolas internacionais, que eram instituições privadas, ofereciam cursos pagos, por correspondência;
- 1923: Rádio Educativa comunitária;
- Em 1934: Edgard Roquete-Pinto instalou a Rádio-Escola Municipal no Rio; alunos tinham acesso prévio a folhetos e esquemas de aulas, utilizando também correspondência;
- Em 1939: surge o Instituto Universal Brasileiro, em São Paulo;
- Em 1941: 1ª Universidade do Ar; durou 2 anos;
- 1947: Nova Universidade do Ar, patrocinada pelo SENAC, SESC e Emissoras Associadas;
- Entre 1961-1965: Movimento da Educação de Base (MEB) – Igreja Católica e Governo Federal. Utilizavam um sistema rádio-educativo: educação, conscientização, politização, educação sindicalista;
- 1965-1970: Criação de TV's educativas pelo poder público;
- Em 1970: Projeto Minerva – convênio entre Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta para produção de textos e programas;
- Em 1972: O Governo Federal enviou à Inglaterra um grupo de educadores tendo à frente o conselheiro Newton Sucupira. O Relatório final marcou uma posição reacionária às mudanças no sistema educacional brasileiro, colocando um grande obstáculo à implantação da Universidade Aberta e à Distância no Brasil;
- Na década de 1970: Fundação Roberto Marinho – Programa de Educação supletiva à distância, para 1º e 2º graus;
- 1980: Oferta de supletivos via telecursos (televisão e materiais impressos), por fundações sem fins lucrativos;
- 1990: Programas de capacitação a distância com o uso intensivo de teleconferências (cursos via satélite);
- Em 1992: criada a Universidade Aberta do Brasil (Lei 403/92), podendo

atingir três campos distintos: ampliação do conhecimento cultural: organização de cursos específicos de acesso a todos; - educação continuada: reciclagem profissional às diversas categorias de trabalhadores e àqueles que já passaram pela universidade; Ensino Superior: englobando tanto a graduação como a pós-graduação;

- 1997: Criação de ambientes virtuais de aprendizagem – início da oferta de especializações à distância, via internet, em universidades públicas e particulares;
- 1999-2007: Credenciamento oficial de instituições universitárias para atuar na EaD (SANTOS, 2008, p. 51-52).

Conforme a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED, 2008), o relatório de pesquisa feito sobre EaD e sua origem histórica, evolução e atualidade na realidade brasileira, face ao paradigma da educação presencial, registra que, na década de 1920, o Brasil já contava com os primeiros cursos transmitidos pelas ondas do rádio, a novidade tecnológica da época. Os estudantes utilizavam material impresso para aprender Português, Francês e temas relacionados à radiodifusão. Nas décadas de 1940 e 1950, começaram os cursos mais formais sobre temas profissionalizantes, liderados pelo Instituto Rádio-Monitor, depois pelo Instituto Universal Brasileiro. Nas décadas de 1960 e 1970, surgem várias iniciativas de EaD em projetos para ampliar o acesso à educação, promover o letramento e a inclusão social de adultos (ABED, 2008).

A agregação nos cursos de educação a distância de outros níveis de ensino, como o fundamental completo, foi registrada no final da década de 1970, em Brasília, com a primeira experiência de EaD em cursos de 1º e 2º graus. Nesse período, muitos brasileiros já acompanhavam os telecursos (Telecurso Segundo Grau e Telecurso 2000) transmitidos pela TV. Esse modelo de EaD convivia com os formatos antigos, como o material impresso e o rádio, uma característica que se mantém até a década de 1990.

Nessa década, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996, oficializou-se o EaD como modalidade válida em todo o país, para todos os níveis de ensino: fundamental, médio, superior e pós-graduação.

Podemos afirmar que o marco fundamental da EaD está na LDB (1996), no seu artigo n. 80, que dispõe: “o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada” (BRASIL, 1996), ou seja, a lei incentiva esses programas como

uma possibilidade de autoaprendizagem pela mediação de materiais didáticos organizados e veiculados por meios de comunicação e tecnologias da informação.

“No ano 2000, as primeiras universidades são credenciadas pelo MEC para fornecer cursos de ensino superior a distância e a criação da Universidade Virtual Pública do Brasil (UNIREDE)” (VIDAL, 2016, p. 77).

Conforme dados divulgados pelo MEC em 2017, na década de 1990, várias universidades formalizaram suas iniciativas de EaD, que resultaram na criação, em 1996, da Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC). No mesmo ano, foram definidas as bases legais para essa modalidade, incorporadas pela Reforma Educacional Brasileira implantada em 1996, isto é, a LDB, que trouxe diversas mudanças nas leis anteriores.

A oferta de cursos por Instituições de Ensino Superior - IES públicas ocorreu com mais vigor a partir da década de 1980. Por exemplo, os cursos de extensão ofertados pela UnB (1979), a pós-graduação tutorial a distância (CAPES, 1979-1983), e o curso a distância de Licenciatura Plena em Educação Básica de 1ª a 4ª série, em 1995, iniciativa da UFMT. É importante mencionar a criação do Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, regulamentando a EaD no país, conforme o artigo 80 da Lei 9.394, LDB, 1996. Esse decreto tinha como intuito ajustar o credenciamento junto ao SINAES¹⁷ (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), incluindo novas regras para as unidades de educação com atividade presencial.

Em 2006, o Decreto 5.773, de 09 de maio, dispôs sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, alterando o processo de Credenciamento de Campus Fora de Sede.

Em maio de 2017, o MEC promulgou novo decreto sobre a EaD, n. 9.057, de 25 de maio, regulamentando o art. 80 da Lei nº 9.394, LDB. No seu primeiro capítulo, dispôs:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com

¹⁷ O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. O processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente (INEP, 2015).

políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Art. 2º A educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade a distância nos termos deste Decreto, observadas as condições de acessibilidade que devem ser asseguradas nos espaços e meios utilizados.

Art. 3º A criação, a organização, a oferta e o desenvolvimento de cursos a distância observarão a legislação em vigor e as normas específicas expedidas pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2017, p.1).

O decreto normatiza as atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais de laboratórios e defesa de trabalhos, todas previstas nos projetos pedagógicos das instituições de ensino dos cursos e que devem ser realizadas na sede das instituições de ensino ou nos polos de educação a distância, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Os polos de educação a distância são unidades acadêmicas para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade a distância, que devem manter infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequadas aos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso.

O artigo 6º apresenta as competências do MEC:

Art. 6º Compete ao Ministério da Educação, em articulação com os órgãos e as entidades a ele vinculados:

I - o credenciamento e o credenciamento de instituições de ensino dos sistemas de ensino federal, estaduais e distrital para a oferta de educação superior na modalidade a distância; e

II - a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos superiores na modalidade a distância de instituições de ensino integrantes do sistema federal de ensino, respeitadas as prerrogativas de autonomia.

Art. 7º Os sistemas de ensino, em regime de colaboração, organizarão e manterão abertos ao público os dados e atos referentes a:

I - credenciamento e credenciamento institucional para oferta de cursos na modalidade a distância;

II - autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos na modalidade a distância; e

III - resultados dos processos de avaliação e de supervisão da educação na modalidade a distância (BRASIL, 2017, p.1).

O capítulo III refere-se à oferta de cursos na modalidade a distância na educação superior, conforme o artigo 11º. Diz que as instituições de ensino superior privadas deverão solicitar ao Ministério da Educação credenciamento para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância ao Ministério da Educação com as

seguintes condições:

§ 1º O credenciamento de que trata o **caput** considerará, para fins de avaliação, de regulação e de supervisão de que trata a Lei nº 10.861¹⁸, de 14 de abril de 2004, a sede da instituição de ensino acrescida dos endereços dos polos de educação a distância, quando previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Pedagógico de Curso.

§ 2º É permitido o credenciamento de instituição de ensino superior exclusivamente para oferta de cursos de graduação e de pós-graduação **lato sensu** na modalidade a distância.

§ 3º A oferta de curso de graduação é condição indispensável para a manutenção das prerrogativas do credenciamento de que trata o § 2º.

Art. 13. Os processos de credenciamento e credenciamento institucional, de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos superiores na modalidade a distância serão submetidos à avaliação **in loco** na sede da instituição de ensino, com o objetivo de verificar a existência e a adequação de metodologia, de infraestrutura física, tecnológica e de pessoal que possibilitem a realização das atividades previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Pedagógico de Curso.

Parágrafo único. Os processos previstos no **caput** observarão, no que couber, a disciplina processual aplicável aos processos regulatórios da educação superior em geral, nos termos da legislação específica e das normas expedidas pelo Ministério da Educação.

Art. 14. As instituições de ensino credenciadas para a oferta de educação superior na modalidade a distância que detenham a prerrogativa de autonomia dos sistemas de ensino federal, estaduais e distrital independem de autorização para funcionamento de curso superior na modalidade a distância.

Art. 16. A criação de polo de educação a distância, de competência da instituição de ensino credenciada para a oferta nesta modalidade, fica condicionada ao cumprimento dos parâmetros definidos pelo Ministério da Educação, de acordo com os resultados de avaliação institucional.

Art. 17. Observado o disposto no art. 14, os pedidos de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos superiores na modalidade a distância, ofertados nos limites dos Estados e do Distrito Federal nos quais estejam sediadas as instituições de ensino dos sistemas estaduais e distrital, deverão tramitar nos órgãos competentes de âmbito estadual ou distrital, conforme o caso, aos quais caberá a supervisão das instituições de ensino.

Art. 18. A oferta de programas de pós-graduação **stricto sensu** na modalidade a distância ficará condicionada à recomendação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, observadas as diretrizes e os pareceres do Conselho Nacional de Educação.

Art. 19. A oferta de cursos superiores na modalidade a distância admitirá regime de parceria entre a instituição de ensino credenciada para educação a distância e outras pessoas jurídicas, preferencialmente em instalações da instituição de ensino, exclusivamente para fins de funcionamento de polo de

¹⁸ Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art 9º, VI, VIII e IX, da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. § 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

educação a distância, na forma a ser estabelecida em regulamento e respeitado o limite da capacidade de atendimento de estudantes.

§ 1º A parceria de que trata o **caput** deverá ser formalizada em documento próprio, o qual conterá as obrigações das entidades parceiras e estabelecerá a responsabilidade exclusiva da instituição de ensino credenciada para educação a distância ofertante do curso quanto a:

I - prática de atos acadêmicos referentes ao objeto da parceria;

II - corpo docente;

III - tutores;

IV - material didático; e

V - expedição das titulações conferidas (BRASIL, 2017, p.2).

O Ministério da Educação, de acordo com os dados disponíveis no seu *site* oficial, registra que, até o ano 2000, havia apenas sete IES credenciadas para a oferta de EaD na educação formal de nível superior. Em 2001, esse número saltou para dez instituições; em 2002, foram registradas 25 IES.

Até 2001, todas as IES credenciadas eram públicas. Isso pode ser explicado pela Portaria nº 2253¹⁹, publicada no mencionando ano, suspendendo os pedidos de credenciamento, permitindo apenas às IES públicas a apresentação de propostas ao MEC (estimuladas pelo próprio PNE/2001-2010 e pela Comissão UNIREDE²⁰) e autorizando-as a cumprirem até 20 % da carga horária obrigatória de seus cursos regulares presenciais por meio da EaD.

No mesmo ano, a Resolução n.1, de 8 de junho de 2007, do CES/CNE²¹ permitiu a abertura de cursos de pós-graduação *stricto sensu* a distância, a serem regulados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Outra importante medida na implementação do EaD no ensino superior brasileiro foi a criação de consórcios entre as universidades, com destaque para a

¹⁹ Dispõe sobre a introdução, nas instituições de ensino superior do sistema federal de ensino, da organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem método não presencial, com base no art. 81 da Lei n. 9394, de 1996.

²⁰ O que é UNIREDE: tem como lema ter dado o início a uma luta por uma política de estado visando a democratização do acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade e o processo colaborativo na produção de materiais didáticos e na oferta nacional de cursos de graduação e pós-graduação.

²¹ RESOLUÇÃO n. 1, de 8 de junho de 2007 (*) (**) Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização:

Art. 6º Os cursos de pós-graduação lato sensu a distância somente poderão ser oferecidos por instituições credenciadas pela União, conforme o disposto no § 1º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Parágrafo único. Os cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso. V - citação do ato legal de credenciamento da instituição. § 2º Os certificados de conclusão de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, na modalidade presencial ou a distância, devem ser obrigatoriamente registrados pela instituição devidamente credenciada e que efetivamente ministrou o curso (BRASIL, 2007, p.1).

Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (CEDERJ), que reúne universidades públicas federais e estaduais do estado do Rio de Janeiro para oferecer cursos de licenciatura a distância.

A partir da LDB (1996), o artigo 80 da mesma lei estabelece que “o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada” (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação, exigido pela LDB e que passou a vigorar em janeiro de 2001, com a aprovação da Lei 10.172/01, no capítulo que trata da educação a distância e das tecnologias educacionais, refere-se a essa modalidade de ensino “como um meio auxiliar de indiscutível eficácia” para enfrentar “os déficits educativos e as desigualdades regionais”.

O Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, estabelece o reconhecimento, pelo sistema oficial de ensino, dos cursos ofertados na modalidade por instituições credenciadas pelo MEC. Com isso, expande-se o processo de produção de conhecimento acerca da EaD no Brasil e novos projetos de cursos começam a ser desenvolvidos, propondo, inicialmente, atender aos interesses e necessidades específicas da formação de professores da educação básica e da educação superior.

E, após várias legislações, atualmente a legislação vigente do EaD é o Decreto n. 9.057, de 2017, que regulamenta o art. 80 da LDB, e, a partir de então, passou a ser a educação a distância no Brasil desenvolvida quase que exclusivamente pela iniciativa privada, tornando-se a modalidade de ensino que mais cresce no país.

Conforme Tonegutti²² (2010):

O EaD só deve ser considerado para estudantes mais maduros, que precisam se beneficiar das vantagens da flexibilidade de horários e têm condições de estabelecer hábitos de estudo independentes. Para estudantes mais jovens, a intervenção mais direta do professor, com metodologias de ensino motivadoras, é fundamental para uma aprendizagem mais profunda. Além disso, o EaD poderia ser utilizado como complementação (e não substituição) do ensino presencial e em educação continuada (2010, p. 67).

O artigo de Tonegutti (2010) enfatiza que o EaD não deveria ser usado como mecanismo de “democratização” do acesso ao ensino superior, conforme proposta

²² Artigo publicado na Revista Universidade e Sociedade, uma publicação semestral do ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, com a finalidade política de cumprir a meta de assegurar 30% de jovens no ensino superior até 2011, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE, 2001-2010), claramente orientado pelos acordos internacionais, especialmente a Organização Mundial do Comércio (OMC). Ele ressalta:

Os contratos de trabalho no EaD, quando existem, são temporários, de tempo parcial e, às vezes, pagos na forma de bolsas de trabalho (o que evita a criação de vínculo empregatício e dispensa a obrigatoriedade de benefícios como 13º salário) (TONEGUTTI, 2010, p. 70).

O 1º Seminário de Educação a Distância dos Cursos de Graduação na Área da Saúde, realizado em 30 de março de 2011, promovido pelo Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde – FCFAS na Associação Brasileira de Enfermagem, em Brasília, surgiu pela necessidade de compreensão e entendimento da aplicabilidade da ferramenta EaD e de resposta ao ofício encaminhado pela Secretaria de Regulação e Supervisão em Educação a Distância – MEC. Seu objetivo era compreender, analisar e dar diretrizes para as ações dos conselhos federais da área da saúde em relação à EaD na graduação e obter um documento a ser enviado ao Ministério da Educação (FCFAS, 2011).

Os dados desse 1º Seminário de Educação a Distância apontam os cursos mais ofertados em EaD: 1. Pedagogia, 2. Administração, 3. Serviço Social, 4. Letras, 5. Ciências Contábeis, 6. Matemática, 7. Ciências Biológicas, 8. História, 9. Comunicação Social, 10. Ciências Ambientais (FCFAS, 2011).

A meta de alcançar 30% dos jovens inseridos no ensino superior até 2011, determinada pela Política Nacional de Educação (PNE, 2001-2010), foi a finalidade política da Educação a Distância (EaD).

De acordo com documentos da ABEPSS (2010), a falácia de considerar a graduação a distância um mecanismo democrático nega a problemática de ausência do Estado como garantidor de condições subsidiárias para a entrada e a permanência dos estudantes nas instituições. A qualidade desse tipo de ensino com acompanhamento mínimo e meios materiais concretos menores ainda deixa a desejar. O acesso à Internet, por exemplo, apesar do que se pensa, não é democratizado. Menos da metade da população brasileira já conseguiu acessar esse meio de comunicação ao menos uma vez na vida.

Dessa forma,

Trata-se de produzir uma preparação para as requisições de mensuração e gestão/controlar dos pobres. Nesse contexto, não se requisita o perfil das diretrizes curriculares, crítico, articulador político-profissional dos sujeitos, preocupado com os direitos e a cidadania, pesquisador que vai além das aparências dos fenômenos, profissional preocupado com a coletivização das demandas, com a mobilização social e a educação popular. Ao contrário, o que se requisita é um profissional à imagem e semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza e não do seu combate, politização e erradicação. Daí que é desnecessário o tripé ensino, pesquisa e extensão: nossa matéria vida, tão fina, é tratada com a velha indiferença do mercado. A resposta vem na forma de conteúdos fragmentados, parciais e medíocres. Nada de livros, mas apostilas! Nada da discussão e riqueza da sala de aula, mas a relação individual e virtual com um tutor distante e que orienta muitos alunos, ou seja, é super explorado. Empobrecimento e mediocridade em quantidade, com a ilusão de que está se promovendo e democratizando o acesso ao ensino superior (ABEPSS, 2010, p. 6).

A educação superior a distância no país cresce em ritmo mais acelerado que a educação presencial, conforme demonstram dados do Censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

A rede privada concentra a maior parte das matrículas na modalidade: 1.265.359, que representa 90,8% do total de 1.393.752 registradas em 2015, apesar do aumento do número de concluintes, que cresceu 23,1%, índice maior que nos presenciais, que foi 9,4%. Muitos estudantes ainda deixam o curso sem concluí-lo. Nas instituições privadas, a taxa de evasão nos cursos a distância é de 35,2%, superior a evasão nos cursos presenciais, que é 27,9%. O ensino superior privado tem apostado na EaD, que permite uma flexibilidade maior de preço, as mensalidades geralmente são mais baratas que os cursos presenciais, e é possível atender a um número maior de estudantes. A expectativa é de expansão (INEP, 2015).

A meta do PNE com a EaD perde seu significado diante da expansão desmesurada do ensino superior sem qualidade, em geral com fins lucrativos e a distância, ainda que não exclusivamente.

Para Tonegutti (2010), não há democratização vez que o governo estabelece como finalidade política apenas cumprir a meta de jovens no ensino superior. Ainda critica a precarização do trabalho docente na EaD, ressaltando que os cursos privados muitas vezes apresentam baixa qualidade, em função das condições de trabalho, pouco incentivo à pesquisa e à extensão, estágios não supervisionados, supervisão acadêmica e de campo articuladas.

Conforme Belloni,

A educação não é um sistema de máquinas de comunicar informações, ou de simplesmente transmitir conhecimento. Evidentemente, o uso de novas tecnologias pode possibilitar o desempenho do método de ensino/aprendizagem de forma a utilizá-lo como ferramenta pedagógica sem, no entanto, substituir o modelo presencial. Esse padrão de mudanças tecnológicas, nos cursos que utilizam a modalidade EaD, interfere substancialmente no campo do conhecimento, podendo ser aderido pelas instituições que ministram cursos presenciais, de forma conjunta, sem substituir o modelo já existente. De toda forma, a autoaprendizagem, conforme prevê o modelo de educação a distância, em um país que alcança os piores índices de desenvolvimento na educação básica, cujo analfabetismo funcional é um dos grandes problemas a ser enfrentado pelo Estado, possibilita visualizar a ineficiência neste modelo educacional (BELLONI, 2003. p.6).

No Brasil, os avanços conquistados pelo Serviço Social desde o final da década de 1970 propiciaram a maturação de um processo de renovação teórico-cultural e a consolidação de um projeto profissional ético-político com direção social estratégica. Nesse período, desenvolve-se a pesquisa e amplia-se a produção de conhecimentos que incidem sobre a renovação dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social brasileiro, contribuindo com linhas de forças que orientam a constituição de uma nova cultura profissional que defende um projeto profissional coletivo.

A oferta de cursos de Serviço Social na modalidade a distância causa rebaixamento e barateamento da sua formação, com multiplicação rápida, e é responsável pela formação de um perfil profissional que instala, pela quantidade, uma contradição com o projeto ético-político e a cultura intelectual crítica da profissão, abrindo-se lacunas na compreensão da sociabilidade burguesa e com tendência a reforçar uma visão de profissão que remete ao conservadorismo teórico, político e cultural.

Essa realidade se conecta com as dimensões do trabalho profissional e suas condições nos espaços sócio-ocupacionais. Os assistentes sociais, como trabalhadores assalariados, mantêm relações de trabalho, enfrentam condições precárias, profundas diferenças quanto às formas de contratação, definição das atribuições da profissão e dos parâmetros salariais. As condições de trabalho, o emprego e o desemprego na categoria sofrem reflexos e modificam-se diante do reordenamento institucional e da contrarreforma do Estado, que atinge as profissões. A contratação de profissionais como analistas sociais, como pareceristas sociais, técnicos e gerentes, gestores, avaliadores – e inúmeras outras denominações que adquirem novas roupagens – encaminha alterações desprofissionalizantes da

intervenção na área social com a valorização do voluntariado, da solidariedade e da responsabilidade social.

Observa-se que, em razão de as aulas serem ministradas uma vez por semana nos cursos semipresenciais e também nos que são ofertados 100% *online*, acentua-se a ineficiência no processo de formação.

A EaD é apreendida como modalidade flexível de educação, na qual professores e alunos se envolvem em situações de ensino/aprendizagem, em espaços e tempos que não compartilham fisicamente, utilizando-se da mediação propiciada por diferentes tecnologias, principalmente as digitais (BELLONI, 2003, p.26).

Essas são as novas ferramentas desse novo tempo para a educação superior, sofrendo distanciamento físico entre alunos e professores, perdendo a dimensão do ensino e a articulação com a pesquisa e a extensão.

A educação superior, principalmente, é um marco na polarização de empresas, que, apropriadas pela ordem dos monopólios, recebem os reflexos dessa privatização, sobretudo pelos baixos investimentos estatais e pelo amplo incentivo da iniciativa privada para produzir tais serviços. A “desregulamentação, iniciada na esfera financeira, invade paulatinamente o conjunto do mercado de trabalho e todo o tecido social” (IAMAMOTO, 2011, p. 111).

A expansão do acesso via educação à distancia equivale à diversificação das instituições, dos cursos e das fontes de financiamento da educação superior nesse quadro marcado pela crescente mercantilização da educação superior, cujo aprofundamento é visível no início do século XXI.

Os dados do INEP com relação à EaD correspondem ao período de 2009-2016, com o crescimento de número de vagas anualmente, as matrículas e os concluintes, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 3– Dados do EaD -2009-2016

Ano	Vagas	Matrículas	Concluintes
2009	1.561.715	938.125	132.269
2010	1.634.118	930.179	144.553
2011	1.224.760	992.927	151.552
2012	1.329.402	1.113.850	174.322

2013	1.638.427	1.153.572	161.072
2014	2.800.358	1.341.842	189.788
2015	2.387.865	1.393.752	233.704
2016	3.936.573	1.494.418	230.717

Fonte: Elaborada pela autora com dados do INEP.

É possível verificar que existe grande oferta de vagas, embora o cruzamento de dados indique queda nos números. Explicando melhor, no ano de 2009, foram ofertadas 1.561.715 vagas, porém o número de matrículas para essas vagas chegou a 938.125, o que significa que, do total da oferta, 60% das vagas foram preenchidas. Contudo, o número de concluintes é menor, considerando o número de matriculados. Infere-se que o índice de estudantes que chegam a finalizar de fato os cursos nessa modalidade é inferior ao número de vagas e matrículas. Portanto ouve um aumento significativo de um ano para o outro. Dessa forma, fica claro o alto índice de desistência nessa modalidade de ensino.

Considerando que a existência de instituições privadas de ensino superior, por si só, já caracteriza a oferta dos serviços educacionais em bases comerciais. Os cursos de graduação à distancia, devidamente autorizados e reconhecidos, a realização desses cursos, vendidos pelos empresários da educação brasileira, sem política de pesquisa, sem oportunidade de vivenciar plenamente a trajetória acadêmica. Expressa uma política deliberada de estímulo ao empresariamento da educação superior e de desqualificação da formação profissional.

Diante de todos os dados demonstrados sobre a expansão do ensino superior e a modalidade de ensino a distância no país, seu grande processo de mercantilização do ensino superior. Subsequentemente no próximo subitem, a descrição da formação em Serviço Social e a oferta de cursos no Estado de Goiás.

3.1 A formação em Serviço Social e a oferta de cursos no Estado de Goiás

O conjunto das entidades profissionais²³ e o movimento estudantil do Serviço

²³ O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) é uma entidade acadêmico-científica que coordena e articula o projeto de formação em serviço social no âmbito da graduação e da pós-

Social mobilizam esforços políticos e acadêmicos para demonstrar que o questionamento e a rejeição rigorosa ao uso da modalidade EaD para a formação de graduação em Serviço Social não é discriminatória, mas “objetiva alertar para o aprofundamento da precarização do ensino superior no país e a negação do direito a uma educação presencial de qualidade e universal” (CFESS *et al.*, 2014).

As entidades advertem ainda que a precarização do processo formativo na modalidade EaD não atinge somente os/as graduandos/as em Serviço Social, mas também aqueles/as que cursam a formação presencial. Contudo, face às peculiaridades da EaD, como a massificação do ensino através do quantitativo de matrículas, da ausência de vivência acadêmica, do contato direto e presencial com um corpo docente amplo e da inexistência da relação ensino, pesquisa e extensão, aprofunda-se a fragilização do processo formativo e, logo, de assistentes sociais qualificados/as de forma a atender aos princípios e valores inscritos no Código de Ética Profissional de 1993.

Em acordo com as entidades profissionais, considera-se que,

no plano da educação de nível superior, o sucateamento foi chancelado especialmente a partir da segunda metade dos anos 1990, pela ação direta estatal: reduzindo os recursos públicos para as instituições federais de ensino superior (IFES), com congelamento de concursos e salários, proporcionando uma desvalorização significativa da carreira docente, além de possibilitar – via fundações públicas de direito privado – a participação explícita de interesses privados no interior das instituições públicas. Esse processo foi fundamental para que o setor privado mercantil encontrasse espaço de crescimento e valorização: ou seja, na área social – especialmente saúde, educação e previdência – na medida em que não há oferta de boa qualidade, as camadas médias são pressionadas a buscar no mercado tais serviços, ao invés de tê-los garantidos na área pública, como serviços gratuitos, qualificados e de direito (CFESS, 2014, p. 17).

O Estado promoveu a difusão ideológica de que não haveria diferenças entre o ensino superior público ou privado:

se a educação foi largamente difundida como ‘bem público’ – tanto pela mídia,

graduação. Dentre os seus princípios fundamentais está a defesa da universidade pública, gratuita, laica, democrática, presencial e socialmente referenciada.

A Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO - se organiza a nível nacional e regional através de suas coordenações. As instâncias de deliberação máximas são os encontros nacionais e regionais. O Estatuto rege as diretrizes e princípios da ENESSO, seu funcionamento e organização.

A ENESSO se baseia em seis eixos, que devem ser ferramentas para que consigamos desenvolver nossas proposições, conhecimentos e lutas de forma mais organizada. São eles: conjuntura, universidade, movimento estudantil, formação profissional, combate às opressões e cultura.

quanto por inúmeros documentos governamentais -, não fazia diferença se seu desenvolvimento ocorresse em instituições públicas ou privadas. O Estado – por meio de sua ação reguladora/avaliadora – teria então a incumbência de estabelecer critérios avaliativos e, assim, deixar acessível ao público consumidor uma listagem (um *ranking*) das instituições e cursos com conceitos mais altos. Foi o que ocorreu primeiro com o Provão, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e, nos governos Lula e Dilma, com o SINAES (CFESS, 2014, p. 19).

No Brasil, o histórico da expansão do ensino superior demonstra a sua associação a um determinado perfil de política social, decorrente de uma ação social que atende a determinados interesses. Nas últimas políticas educacionais, a lógica dominante para o ensino superior vem sendo a expansão marcada pelo setor privado mercantil, que coloca a educação como um negócio lucrativo e não como um direito social.

As análises do conjunto das entidades evidenciam que a modalidade EaD é utilizada pelo setor privado para expandir negócios que tenham maior lucratividade. Com este objetivo,

compreende-se por que os cursos de graduação em pedagogia, administração e serviço social são os mais explorados do ponto de vista comercial: exigem poucos investimentos e garantem rápida lucratividade, o que já indica uma formação fragilizada para o público ‘consumidor’ dessa modalidade formativa. Ou seja, as empresas educacionais – por meio do EaD – garantem muitas matrículas (e mensalidades escolares), sem precisar contratar tantos/as docentes, com a contratação de muitos/as tutores/as, que geralmente têm vínculos trabalhistas precários e baixos salários (CFESS *et al.*, 2014, p.22).

As entidades do Serviço Social estão atentas ao modo como está se configurando o perfil profissional formado nessa modalidade de ensino, que compõe a lógica privatista-mercantil e permite, por meio da massificação do ensino, o atendimento tanto dos interesses do mercado de lucratividade quanto dos interesses governamentais de ampliar as estatísticas educacionais sem o devido aporte de recursos financeiros e humanos. Ofertam-se vagas com uma velocidade acelerada sem a contrapartida necessária quanto aos recursos didáticos, pedagógicos, de infraestrutura, entre outros. Assim, para as entidades profissionais,

apreende-se que a modalidade de EaD não atende às necessidades reais da maior parte da população brasileira - inserida no mundo do trabalho na condição de classe trabalhadora -, tanto de ter acesso ao ensino superior de qualidade, público e gratuito, quanto de ser atendida, no âmbito dos serviços sociais públicos e privados, por profissionais de serviço social, formados/as

de forma solidamente qualificada nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa (CFESS *ET al*, 2014, p. 34).

Nos documentos, as entidades reiteram que essa estratégia de expansão do ensino superior gera uma desqualificação do processo formativo pela própria forma como é realizado. Nessa modalidade de ensino, desvaloriza-se o profissional e, conseqüentemente, o perfil profissional dos graduandos em Serviço Social:

formado com frágil embasamento teórico-metodológico, técnico-interventivo e ético-político, não tem possibilidades efetivas de se contrapor, por meio de estratégias profissionais cotidianas, ao perfil contemporâneo da política social brasileira: focalista, minimalista, residual, não concebida como direito universal, mas de ação focal nos/as mais 'empobrecidos/as', sem a garantia de um padrão civilizatório digno para toda a população, mas claramente concebida para 'aliviar a pobreza' (CFESS *et al*, 2014, p.34).

A defesa da formação é enfatizada pelas entidades:

A defesa da formação profissional sem dúvida é uma das principais frentes de luta do serviço social brasileiro nesse momento histórico e é fundamental apreender o significado dessa expansão desmesurada do ensino superior sem qualidade, em geral com fins lucrativos e à distância, ainda que não exclusivamente (CFESS *et al*, 2015, p.11).

As entidades profissionais apontam que os cursos privados muitas vezes são de baixa qualidade - em que pesem os esforços de jovens e comprometidos docentes - em função das precárias condições de trabalho: contrato horista, ausência de pesquisa e extensão, turmas enormes, estágios que não asseguram supervisões acadêmica e de campo articuladas.

Entende-se que a graduação a distância realiza transmissão de informações, e não formação profissional como deveria. Existem várias denúncias formuladas pela ABEPSS, CFESS e ENESSO, várias notas publicadas, alertando os estudantes e profissionais envolvidos nessa modalidade sobre as razões da luta da categoria,

Os dados e registros examinados pelas entidades demonstram que nem todos os princípios das Diretrizes Curriculares são cumpridos. Como exemplo, não há a relação entre ensino, pesquisa e extensão nos polos no sentido de fomentar a dimensão investigativa e crítica no exercício profissional.

A análise do material didático acessado pelas entidades apontam uma generalizada simplificação e banalização dos conteúdos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. O estágio é apresentado como um momento de avaliação, mas não deixa

claros os mecanismos utilizados, como relatório, avaliação em campo e acadêmica, plano de estágio e demais instrumentos previstos na Política Nacional de Estágio da ABEPSS e na Resolução CFESS n. 533/2008, que dispõe sobre a regulamentação da supervisão direta de estágio no Serviço Social.

O perfil da tutoria com os instrumentos regulatórios do exercício e formação profissional, nos documentos analisados pelas entidades, revela comportamento diferenciado entre as IES. Muitos não são assistentes sociais, mas profissionais em exercício irregular da profissão, sem registro nos CRESS, sem contar a precarização e superexploração da força de trabalho dos tutores.

As principais irregularidades observadas são: o não credenciamento dos campos de estágio junto aos CRESS; número excessivo de estagiários por supervisor de campo, ferindo a Resolução CFESS n. 533/2008; supervisores de campo supervisionando em mais de uma instituição simultaneamente; abertura de campo de estágio submetida somente ao estudante, sem intermediação da IES; ausência de supervisão acadêmica; campos de estágios em instituições que não estão em consonância com os artigos 4º e 5º da lei que regulamenta a profissão, Lei n.8662/1993; ausência de supervisor de campo; supervisão de campo a distância; supervisão de campo que não tem vínculo de trabalho com a instituição, realizando trabalho voluntário, o que fere a Lei n.11788/2008 e a Resolução n. 533/2008; falta de planejamento das atividades de estágio por parte dos supervisores de campo e acadêmico; supervisores de campo de outras áreas; realização do estágio com carga horária menor que a carga horária declarada nos projetos pedagógicos.

Trata-se, nesses casos pontuados, de negligência com a concepção de estágio como uma das etapas fundamentais no processo de formação do assistente social, conforme afirma Buriolla:

parte do pressuposto de que o estágio supervisionado é parte integrante e essencial na formação do assistente social. E o lócus apropriado onde o aluno estagiário treina o seu papel profissional, devendo caracterizar-se, portanto, numa dimensão de ensino-aprendizagem operacional, dinâmica, criativa, que proporcione oportunidades educativas que levam a reflexão dos modos de ação profissional e de sua intencionalidade, tornando o estagiário consciente de sua ação. Esta visão supõe transcender o corriqueiro real tradicional, o cotidiano do estágio, da supervisão, extrapolando o nível do fazer e enfatizando uma atitude de busca de conhecimentos teóricos e metodológicos que não se esgotam no curso, podendo interferir direta e efetivamente no exercício da profissão (2011, p.11).

O estágio é o momento que contribui para a formação da consciência crítica do acadêmico, para exercitar e ou desenvolver sua capacidade interventiva, propositiva e investigativa, aprofundando os seus conhecimentos adquiridos durante a graduação em Serviço Social.

Um princípio fundamental das Diretrizes Curriculares da ABEPSS está em fomentar a dimensão investigativa e crítica no exercício profissional e na relação entre ensino, pesquisa e extensão/estágio.

Todos esses dados revelam um processo de rebaixamento na qualidade da formação profissional em Serviço Social, compreendida dentro da precarização geral do ensino superior, configurando o perfil do profissional formado e apontando tendências preocupantes para a categoria.

O resultado do levantamento de informações que realizamos corrobora aquela posição já que revela diversos fatores e aspectos que colidem com a garantia de uma educação superior pública de qualidade e com os princípios norteadores do Projeto Ético-Político Profissional. Esse posicionamento converge com as bandeiras históricas de luta da profissão de Assistente Social em defesa da educação superior enquanto direito de todos e dever do Estado; da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão do processo formativo básico com a perspectiva de totalidade e criticidade na apreensão da realidade; do acesso à bibliografia de qualidade; da realização do estágio supervisionado de modo presencial e com acompanhamento dos supervisores acadêmico e de campo; da realização de pesquisa e investigação como princípio formativo que deve perpassar todo o currículo (CFESS *et al.*, 2015, p.29).

Segundo as entidades, as situações mais graves “trazem elementos suficientes, factuais e analíticos, para sustentar o posicionamento contrário e lutar pelo fim da oferta da graduação a distância em Serviço Social no Brasil” (CFESS *et al.*, 2015).

Para Pereira (2013), o perfil do profissional formado pelo ensino a distância é um perfil que tende ao empobrecimento profissional. A formação profissional nessa modalidade é propensa a ser acrítica, não reflexiva, aponta para uma formação técnica, um treinamento de habilidades, que não proporciona qualquer poder decisório.

No Estado de Goiás, a oferta de cursos de Serviço Social na modalidade de curso presencial teve como marco o curso pioneiro do Centro-Oeste, criado em 1957 e, posteriormente, incorporado à PUC Goiás. O segundo curso de Serviço Social somente foi criado em 2009, na cidade de Goiás, pela UFG. Os demais cursos presenciais foram autorizados a partir de 2011. Atualmente, são doze instituições com

cursos de Serviço Social na modalidade presencial autorizados pelo MEC, com diferentes configurações e realidades institucionais e educacionais.

Quadro 2 – Cursos Presenciais de Serviço Social em Goiás.

Nº	Nome da Instituição de Ensino	Ano de funcionamento	Turmas em Funcionamento
1	Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO	1957	1º turma formada em 1960.
2	Universidade Federal de Goiás – UFG	2009	1º turma formada no ano de 2013.
3	Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO	2011	Não formou turma desde a abertura do curso.
4	Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo – IUESO	2013	Não formou turma desde a abertura do curso.
5	Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS	2014	A 1º turma está no 7º período.
6	Faculdade Noroeste – FAN	2015	A 1º turma está no 5º período.
7	Faculdade de Inhumas – FAC –MAIS	2016	Não formou turma desde a abertura do curso.
8	Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS	2017	-----
9	Faculdade Cidade de Aparecida de Goiânia- FACCIDADE	2017	1º turma cursando em 2018.
10	Faculdade Nossa Senhora Aparecida – FANAP	2017	Não formou turma desde a abertura do curso.
11	Faculdade Montes Belos – FMB	2017	Não formou turma desde a abertura do curso.
12	Faculdade Metropolitana de Anápolis – FAMA	2017	Não formou turma desde a abertura do curso.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do E-mec (2018)

Para adensar essa análise é que se desenvolve, no próximo capítulo, a exposição dos dados sobre o Serviço Social e a formação profissional com base na investigação sobre o perfil dos cursos na modalidade a distância em Goiás.

4 SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO DO PERFIL DOS CURSOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA EM GOIÁS

A pesquisa que integra esta dissertação compreende um conjunto de procedimentos investigativos com prioridade para a pesquisa documental e bibliográfica. Os traços principais que caracterizam a formação em Serviço Social na modalidade EaD foram elaborados com base nos procedimentos metodológicos de construção da empiria, a partir de dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do MEC. Outras fontes significativas são os dados disponíveis nos *sites* oficiais dos cursos/ IES que ofertam essa modalidade de ensino no Estado de Goiás. Neste estudo, incluíram-se os dados sobre concluintes em Serviço Social na modalidade EaD com registro no Conselho Regional de Serviço Social, 19ª Região.

4.1 A educação superior e o Serviço Social na modalidade EaD em Goiás, no período de 2007 a 2018.

Dos dados sistematizados cabe apontar que, no ano de 2016, o INEP identificou o número de polos educacionais²⁴ no Brasil. Na tabela 4, apresenta-se o número de polos de cursos ofertados na modalidade de ensino a distância em cada uma das regiões brasileiras.

Tabela 4 – Número de polos educacionais por região.

Região	Pública	Privada	Total
Norte	58	300	358
Nordeste	463	667	1.130
Sudeste	396	1.599	1.995
Sul	242	877	1.119
Centro-Oeste	104	424	531
Distrito Federal	4	57	61
Total	2.533	3.924	5.191

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados INEP, 2016.

²⁴ Polo de ensino ou polo de educação a distância ou polo de apoio presencial é o local devidamente credenciado pelo MEC no país ou no exterior próprio para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância.

Os dados da Tabela 4 demonstram que, no período, a região Norte possui 7% de polos de EaD e a região Nordeste, 22%. A região Sudeste representa 38%, com o maior número em todo o território nacional. A região Sul comporta 22% e a região Centro-Oeste representa 10%. Por fim, o Distrito Federal apresenta o menor número de polos em EaD, com apenas 1%.

Observe-se que, em âmbito nacional, o número de cursos de graduação em Serviço Social EaD, número de matrículas e número de concluintes são crescentes por meio dos centros universitários, como se pode ver no Quadro 3.

Quadro 3 – Número de cursos de graduação em Serviço Social em EaD, número de matrículas e número de concluintes em âmbito nacional.

Descrição	UNIVERSIDADES				CENTROS UNIVERSITÁRIOS			
	Pública			Privada	Pública			Privada
	Federal	Estadual	Municipal		Federal	Estadual	Municipal	
Nº de Cursos de Graduação de Serviço Social em EaD	-	1	-	17	-	-	-	10
Nº de Matrículas	-	2.228	-	82.925	-	-	-	10.902
Nº de Concluintes	-	147	-	14.180	-	-	-	1.199

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados Inep 2016.

Um aspecto importante a ser destacado é o número elevado de matrículas e o número efetivo de concluintes. Reiteramos aqui as análises de Vidal (2016) a respeito do alto índice de desistência nessa modalidade de ensino, o que leva a questionar as ações definidas pelo governo e a sua viabilidade. A autora levanta questões: seria o EaD realmente um mecanismo possível? Por que, apesar dos dados insatisfatórios, permanecem as ações do governo nessa modalidade?

Das informações coletadas no INEP, identifica-se, com autorização pelo MEC, no Estado de Goiás, a oferta de dezenove cursos de Serviço Social na modalidade EaD e doze cursos na modalidade presencial (BRASIL, 2018). Cabe observar que algumas instituições possuem apenas polos no Estado vez que são conglomerados ou organizações com sede em diferentes estados do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, entre outros.

Os Estados que integram a Região Centro-Oeste apresentam um total de 531

polos de EaD, conforme tabela abaixo:

Tabela 5 –Números de polos educacionais.

Região	Pública	Privada	Total
Mato Grosso do Sul	25	109	134
Mato Grosso	39	117	156
Goiás	39	141	180
Distrito Federal	4	57	61
Total	107	424	531

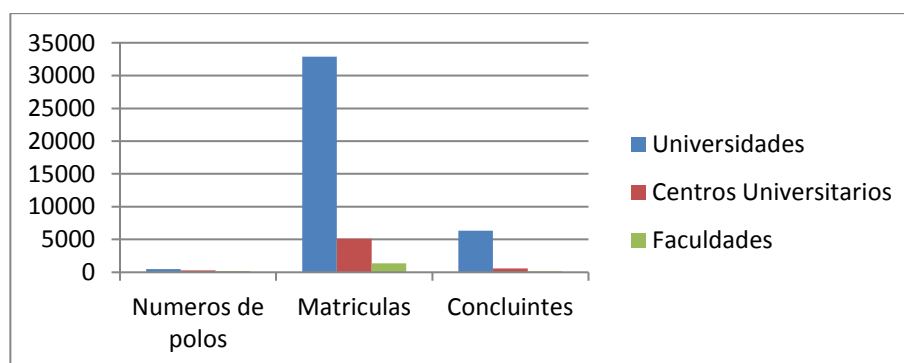
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados INEP, 2016.

Do resultado na região Centro- Oeste, o estado de Goiás apresenta 180 polos identificados pelo MEC no ano de 2016, dos quais 107 estão nas IES públicas e 531, nas IES privadas. Esses dados revelam o alto interesse do mercado educacional na oferta do EaD.

No que se refere ao Estado de Goiás, de acordo com o Censo de 2010, a população do estado era de 6.003.788 habitantes. Os dados revelam que 6% dessa população, ou seja, 394.491 pessoas na idade adulta têm nível superior completo. As regiões do Brasil que apresentam menor índice da população no ensino superior encontram-se nas regiões Norte e Nordeste, que também representam as menores taxas no processo de expansão da educação superior.

Nas instituições de ensino superior com graduação a distância no estado de Goiás e a relação entre matrícula e concluintes, verifica-se a tendência de acentuada evasão.

Gráfico 1 - Evasão

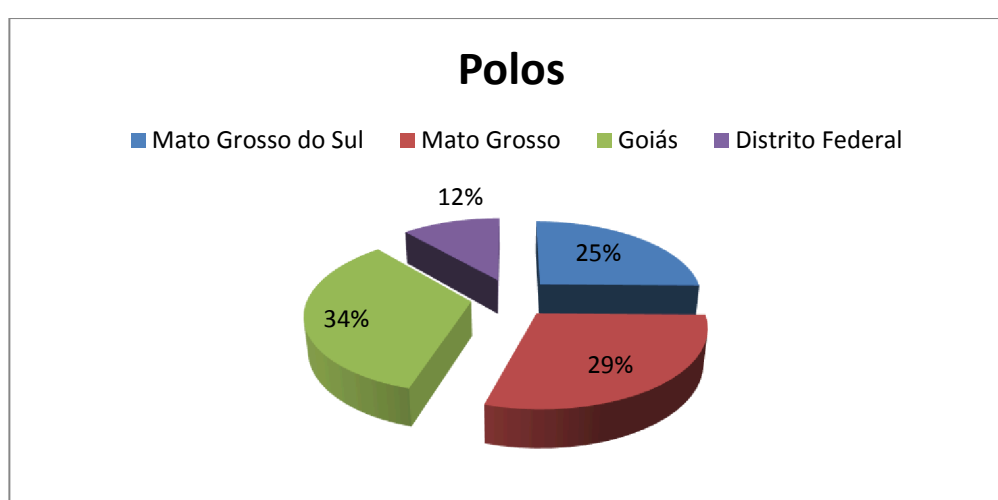


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados INEP, 2016.

Identifica-se que, em 2016, havia 141 polos de EaD no Estado de Goiás com o registro de 32.883 matrículas. No entanto, os indicadores sobre concluintes no período registram o número de 6.359.

Ainda em 2016, havia trinta polos vinculados a centros universitários com matrículas, num total de 5.130, e 601 concluintes. Nas faculdades, onze polos, com 1.386 matrículas e 147 concluintes. Esses dados sobre EaD na região Centro-Oeste podem ser apreendidos em termos de percentuais, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Polos de EaD na região Centro-Oeste.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados INEP, 2016.

Do total de 531 polos de cursos em EaD na região Centro-Oeste, o Estado de Goiás representa 34%, totalizando 180 polos.

Desse total de 180 polos, verifica-se que 20%, ou seja, 39 são de IES públicas enquanto 80%, totalizando 141, são de IES privadas. O que requer uma análise do ponto de vista da democratização do ensino e dos condicionamentos da lógica mercantil da educação, que dominaram as políticas de expansão da educação superior no Brasil.

A modalidade de formação a distância no contexto mais amplo das estratégias adotadas para a expansão da educação superior, desde a promulgação da CF de 1988, e em especial com a aprovação da LDB de 1996, evidencia uma ênfase nas políticas vigentes nos governos federais de Lula da Silva e Dilma Rousseff, com manutenção sobre o comando do Governo Temer.

Destacam-se dos traços mais significativos dessa modalidade a expansão quantitativa, com ofertas de vagas que não levam em consideração os cursos em

funcionamento e as vagas ofertadas nas diferentes regiões do país, além da relação com as características mesorregionais.

A lógica mercantil, privatista e flexível domina a expansão do ensino superior e abrange a modalidade de formação em EaD, sem qualquer possibilidade de inscrevê-la no debate sobre a importância da qualidade na formação profissional e do direito à educação de qualidade reivindicados pelas entidades profissionais do Serviço Social desde os primeiros cursos autorizados, como se demonstrou nos capítulos anteriores.

Na última consulta realizada no portal E-mec, identificaram-se dezenove instituições de ensino superior com autorização, ou seja, com cursos de Serviço Social a distância aprovados pelo MEC, com polos em Goiás, conforme demonstra no quadro a seguir.

Quadro 4 – Das Instituições de ensino superior não presencial no Estado de Goiás

Nº	Instituições de Ensino Superior com EaD em Serviço Social	Siglas
1	Universidade Católica Dom Bosco	UCDB
2	Universidade Anhanguera	UNIDERP
3	Universidade Norte do Paraná	UNOPAR
4	Universidade Paulista	UNIP
5	Universidade Luterana do Brasil	ULBRA
6	Centro Universitário Leonardo da Vinci	UNIASSELVI
7	Centro Universitário da Grande Dourados	UNIGRAN
8	Centro Universitário Claretiano	CEUCLAR
9	Universidade Estácio de Sá	UNESA
10	Universidade Salgado de Oliveira	UNIVERSO
11	Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto	-----
12	Universidade Potiguar	UNP
13	Centro Universitário de Maringá	UNICESUMAR
14	Universidade Cruzeiro do Sul	UNICSUL
15	Universidade de Franca	UNIFRAN
16	Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL

17	Centro Universitário Internacional	UNINTER
18	Centro Universitário Planalto do Distrito Federal	UNIPLAN
19	Centro Universitário Campos de Andrade	UNIANDRADE

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados E-mec 2018.

O crescimento quantitativo de instituições educacionais reforça as análises de lamamoto (2011, p. 433): “nos últimos Governos, a política tem sido a de imprimir a lógica mercantil e empresarial à universidade brasileira, estimulando a sua privatização”. À luz de suas análises, apreendem-se as mudanças que muitas instituições privadas de ensino superior estão operando para uma educação que atenda à reestruturação produtiva do capital, ou seja, educação sem os parâmetros tradicionais de ensino, pesquisa e extensão, oferta de cursos primordialmente na área de ciências humanas, exatas e licenciaturas, reforçando a ideia de melhoramento dos custos na produção do conhecimento e que vão ao encontro das necessidades do mercado.

O ensino não presencial, que pode ser feito à distância, com baixo custo para a instituição que o disponibiliza, visa, por parte do mercado, uma prestação de serviços educacionais em consonância com a globalização, que “impõe os novos mecanismos da redução das funções de Estado e da abertura comercial e financeira da economia” (DEBREY, 2003, p. 32), possibilitando o nascimento de determinadas formas de produção de mercadorias.

Tais iniciativas “incidem em mecanismos como os de parcerias público-privado, terceirização de serviços, bolsas, fundações municipais, apoio de infraestrutura e implementação das denominadas organizações da sociedade civil”. (DEBREY, 2003, p. 38).

Assim, o capital tem instituído uma pedagogia própria, que proporciona sustentabilidade ao seu projeto de reprodução, precarizando a educação superior brasileira com essa crescente metodologia de educação a distância. Concorde-se com as ideias de Meszáros (2008) ao defender uma educação que se coloca para além do capital, amparada em um sistema que, de fato, concorra à realização dos objetivos educacionais primordiais. Entretanto, o modelo que se tem alcançado foge dessa determinação, concentrando-se na formação de sujeitos para o mercado, que frequentam cursos aligeirados, muitas vezes sem a possibilidade de opção educacional, visto que sua condição de classe não lhe permite ter acesso a outro tipo de educação.

De acordo com os dados do Cadastro E-mec, as IES de cursos superior em EaD seguem conformes os atos autorizativos, editados com base nos processos regulatórios competentes (Portaria Normativa MEC n. 40/2007).

Pode-se dizer que todas as instituições possuem polos. De acordo com o MEC, é no polo que o estudante tem as atividades de tutoria presencial, biblioteca, laboratórios, teleaulas, avaliação (provas, exames etc.) e pode se utilizar da infraestrutura tecnológica para contatos com a instituição ofertante e/ou participantes do respectivo processo de formação.

Os quadros abaixo reúnem as informações sobre as IES com cursos de Serviço Social a distância, autorizados e ofertados no Estado de Goiás. Observa-se que todas as IES administram somente polos no Estado, com sede em outras unidades da Federação. Os dados são relacionados à natureza acadêmica e administrativa das IES, números de vagas e polos de apoio presencial, turmas em funcionamento, estrutura do curso e ato regulatório. Todas as informações foram extraídas do E-mec e estão organizadas de acordo com a data de início de funcionamento de turma, seguindo a ordem cronológica.

Quadro 5 – IES: Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Organização Acadêmica: Universidade
Organização Administrativa: Privada sem fins lucrativos/ Comunitária / Confessional
Localização da Sede: Campo Grande – MS
Quantidade de cursos de Serviço Social EaD: 1
Data do início de funcionamento do curso: 01/02/2007
Vagas anuais autorizadas: 200
Carga horária: 3.140 horas
Polos por estado: (1) Goiânia
Total de polos: 1
Turmas em funcionamento: Sem formação de turma para iniciar o curso
Curso: 100 % online
Ato Regulatório: Criação do Curso EaD em 28/09/2016 pela Portaria n.32016

Quadro 6 – IES: Universidade Anhanguera (UNIDERP)

Organização Acadêmica: Universidade
Organização Administrativa: Privada com fins lucrativos
Localização da Sede: Campo Grande – MS
Quantidade de cursos de Serviço Social EaD: 1
Data do início de funcionamento do curso: 07/02/2007
Vagas anuais autorizadas: 16.800
Carga horária: 3.620 horas
Polos por estado: (1) Anápolis; (2) Aparecida de Goiânia; (1) Catalão; (1) Ceres; (2) Cristalina; (5) Goiânia; (1) Inhumas; (1) Iporá; (2) Itumbiara; (1) Jaraguá; (3) Luziânia; (1)

Porangatu; (1) Rio Verde; (1) Trindade; (1) Valparaíso
Total de polos: 22
Turmas em funcionamento: Turmas formadas com concluintes diplomados desde 2015
Curso: Semipresencial
Ato Regulatório: Reconhecimento do curso EaD em 22/05/2013 pela Portaria n. 227

Quadro 7 – IES: Universidade Pitágoras (UNOPAR)

Organização Acadêmica: Universidade
Organização Administrativa: Privada com fins lucrativos
Localização da Sede: Londrina – PR
Quantidade de cursos de Serviço Social EaD: 1
Data do início de funcionamento do curso: 12/02/2007
Vagas anuais autorizadas: 21.150
Carga horária: 3.020 horas
Polos por estado: (1) Alexânia; (3) Anápolis ;(1) Caiapônia; (1) Caldas Novas; (1) Cidade Ocidental; (1) Formosa; (1) Goianésia; (3) Goiânia; (1) Iporá; (1) Itapuranga; (1) Itumbiara; (1) Jatai; (1) Luziânia; (1) Mineiros; (1) Morrinhos; (2) Niquelândia; (1) Novo Gama; (1) Piracanjuba; (1) Planaltina; (1) Rio Verde; (1) Rubiataba; (1) Santa Terezinha; (1) São Miguel do Araguaia; (1) Trindade; (1) Uruaçu; (1) Valparaíso
Total de polos: 26
Turmas em funcionamento: Turmas formadas com concluintes diplomados desde 2010
Curso: Semipresencial
Ato Regulatório: Reconhecimento do curso EaD em 28/06/2011 pela Portaria n. 49

Quadro 8 – IES: Universidade Paulista (UNIP)

Organização Acadêmica: Universidade
Organização Administrativa: Privada com fins Lucrativos
Localização da Sede: São Paulo – SP
Quantidade de cursos de Serviço Social EaD: 1
Data do início de funcionamento do curso: 18/02/2008
Vagas anuais autorizadas: 47.880
Carga horária: 3.030 horas
Polos por estado: (1) Acreúna; (1) Anápolis; (1) Aparecida de Goiânia; (1) Caldas Novas; (1) Ceres; (1) Cidade Ocidental; (1) Formosa; (1) Goianésia; (3) Goiânia; (1) Goiatuba; (1) Inhumas; (1) Ipameri; (1) Iporá; (1) Itaberaí; (1) Itumbiara; (1) Jaraguá; (1) Jatai; (1) Luziânia; (1) Mineiros; (1) Morrinhos; (1) Palmeiras de Goiás; (1) Pires do Rio; (1) Pontalina; (1) Porangatu; (1) Posse; (1) Quirinópolis; (1) Rio Verde; (1) São Simão; (1) Senador Canedo; (1) Trindade; (1) Uruaçu;
Total de polos: 31
Turmas em funcionamento: Alunos matriculados em rede nacional – não há a necessidade de formação de turma local.
Curso: 100% online
Ato Regulatório: Reconhecimento do curso EaD em 27/02/2018 pela Portaria n. 124

Quadro 9 – IES: Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)

Organização Acadêmica: Universidade
Organização Administrativa: Privada sem fins lucrativos / Confessional/ Filantrópica
Localização da Sede: Canoas – RS

Quantidade de cursos de Serviço Social EaD: 1
Data do início de funcionamento do curso: 31/03/2008
Vagas anuais autorizadas: 4.000
Carga horária: 3.000 horas
Polos por estado: (1) Amaralina; (1) Anápolis; (1) Itumbiara; (1) Minaçu
Total de polos: 4
Turmas em funcionamento: Alunos matriculados em rede nacional – não há a necessidade de formação de turma local
Curso: 100% online
Ato Regulatório: Reconhecimento do curso EaD em 22/05/2013 pela Portaria n. 227

Quadro 10 – IES: Centro Universitário Planalto Leonardo da Vinci (UNIASSELVI)

Organização Acadêmica: Centro Universitário
Organização Administrativa: Privada com fins lucrativos
Localização da Sede: Indaial – SC
Quantidade de cursos de Serviço Social EaD: 1
Data do início de funcionamento do curso: 02/05/2008
Vagas anuais autorizadas: 1.300
Carga horária: 3.020 horas
Polos por estado: (1) Águas Lindas de Goiás; (1) Anápolis; (1) Aparecida de Goiânia; (1) Goiânia; (1) Itumbiara (1) Porangatu; (2) Posse
Total de polos: 8
Turmas em funcionamento: Turmas formadas com concluintes diplomados desde 2016
Curso: Semipresencial
Ato Regulatório: Reconhecimento do curso EaD em 07/07/2016 pela Portaria n. 292

Quadro 11 – IES: Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN)

Organização Acadêmica: Centro Universitário
Organização Administrativa: Privada sem fins lucrativos
Localização da Sede: Dourados – MS
Quantidade de cursos de Serviço Social EaD: 1
Data do início de funcionamento do curso: 01/08/2008
Vagas anuais autorizadas: 3.000
Carga horária: 3.220 horas
Polos por estado: (1) Campos Belos
Total de polos: 1
Turmas em funcionamento: Alunos matriculados em rede nacional – não há a necessidade de formação de turma local
Curso: 100% online
Ato Regulatório: Reconhecimento do curso EaD em 22/05/2013 pela Portaria n. 227

Quadro 12 – IES: Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR)

Organização Acadêmica: Centro Universitário
Organização Administrativa: Privada sem fins lucrativos/ Filantrópica
Localização da Sede: Batatais- SP
Quantidade de cursos de Serviço Social EaD: 1
Data do início de funcionamento do curso: 04/02/2009
Vagas anuais autorizadas: 900
Carga horária: 3.220 horas

Polos no estado: (1) em Rio Verde
Total de polos: 1
Turmas em funcionamento: Sem formação de turma para iniciar o curso
Curso: Semipresencial
Ato Regulatório: Autorizado em 13/08/2008 pela Portaria n. 005

Quadro 13 – IES: Universidade Estácio de Sá (UNESA)

Organização Acadêmica: Universidade
Organização Administrativa: Privada com fins lucrativos
Localização da Sede: Rio de Janeiro-RJ
Quantidade de cursos de Serviço Social EaD: 1
Data do início de funcionamento do curso: 22/07/2010
Vagas anuais autorizadas: 5.050
Carga horária: 3.000 horas
Polos por estado:(1) Ceres; (1) Goiânia
Total de polos: 2
Turmas em funcionamento: Alunos matriculados em rede nacional – não há a necessidade de formação de turma local
Curso: 100% online
Ato Regulatório: Reconhecimento do curso EaD em 01/12/2015 pela Portaria n. 436

Quadro 14 – IES: Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Organização Acadêmica: Universidade
Organização Administrativa: Privada sem fins lucrativos
Localização da Sede: São Gonçalo – RJ
Quantidade de cursos de Serviço Social EaD: 1
Data do início de funcionamento do curso: 12/09/2010
Vagas anuais autorizadas: 2.000
Carga horária: 3.090 horas
Polos por estado: (1) Goiânia
Total de polos: 1
Turmas em funcionamento: Alunos matriculados em rede nacional – não há a necessidade de formação de turma local
Curso: 100% online
Ato Regulatório: Reconhecimento do curso EaD em 09/06/2017 pela Portaria n. 587

Quadro 15 – IES: Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto (Estácio Ribeirão Preto)

Organização Acadêmica: Centro Universitário
Organização Administrativa: Privada sem fins lucrativos
Localização da Sede: Ribeirão Preto – SP
Quantidade de cursos de Serviço Social EaD: 1
Data do início de funcionamento do curso: 20/07/2011
Vagas anuais autorizadas: 5.000
Carga horária: 3.600
Polos por estado: (1) Águas Lindas; (1) Anápolis; (1) Catalão; (1) Crixás; (1) Goiânia; (1) Itumbiara; (1) Jataí; (1) Mineiros; (1) Planaltina
Total de polos: 9

Turmas em funcionamento: Alunos matriculados em rede nacional – não há a necessidade de formação de turma local
Curso: 100% online
Ato Regulatório: Reconhecimento do curso EaD em 12/09/2017 pela Portaria n. 978

Quadro 16 – IES: Centro Universitário Potiguar (UNP)

Organização Acadêmica: Universidade
Organização Administrativa: Privada com fins lucrativos
Localização da Sede: Natal – RN
Quantidade de cursos de Serviço Social EaD: 1
Data do início de funcionamento do curso: 13/02/2012
Vagas anuais autorizadas: 249
Carga horária: 3.000 horas
Polos por estado: (1) Goiânia
Total de polos: 1
Turmas em funcionamento: Alunos matriculados em rede nacional – não há a necessidade de formação de turma local
Curso: 100 % online
Ato Regulatório: Reconhecimento do curso EaD em 27/02/2018 pela Portaria n. 124

Quadro 17 – IES: Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR)

Organização Acadêmica: Centro Universitário
Organização Administrativa: Privado com fins lucrativos
Localização da Sede: Maringá – PR
Quantidade de cursos de Serviço Social EaD: 1
Data do início de funcionamento do curso: 03/02/2014
Vagas anuais autorizadas: 2.000
Carga horária: 3400 horas
Polos por estado: (1) Águas Lindas de Goiás; (1) Anápolis; (1) Aparecida de Goiânia; (1) Divinópolis de Goiás; (1) Formosa; (2) Goiânia; (1) Luziânia; (1) Valparaíso de Goiás
Total de polos: 9
Turmas em funcionamento: 1º turma em 2017 - Alunos matriculados em rede nacional – não há a necessidade de formação de turma local
Curso: 100% online
Ato Regulatório: Reconhecimento do curso EaD em 03/10/2017 pela Portaria n. 1039

Quadro 18 – IES: Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)

Organização Acadêmica: Universidade
Organização Administrativa: Privada com fins lucrativos
Localização da Sede: São Paulo – SP
Quantidade de cursos de Serviço Social EaD: 1
Data do início de funcionamento do curso: 03/02/2014
Vagas anuais autorizadas: 400
Carga horária: 3.000 horas
Polos por estado: (1) em Goiânia
Total de polos: 1
Turmas em funcionamento: Alunos matriculados em rede nacional – não há a necessidade de formação de turma local
Curso: 100% online

Ato Regulatório: Criação do curso EaD em 18/12/2013 pela Portaria n.41

Quadro 19 – IES: Centro Universidade de Franca (UNIFRAN)

Organização Acadêmica: Universidade
Organização Administrativa: Privada com fins lucrativos
Localização da Sede: Franca – SP
Quantidade de cursos de Serviço Social EaD: 1
Data do início de funcionamento do curso: 03/02/2014
Vagas anuais autorizadas: 550
Carga horária: 3.000 horas
Polos por estado: (1) Águas Lindas de Goiás
Total de polos: 1
Turmas em funcionamento: Alunos matriculados em rede nacional – não há a necessidade de formação de turma local
Curso: 100% online
Ato Regulatório: Criação do curso EaD pela Portaria n. 5, na data de 06/08/2013

Quadro 20 – IES: Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

Organização Acadêmica: Universidade
Organização Administrativa: Privada sem fins lucrativos/ Comunitária
Localização da Sede: Tubarão – SC
Quantidade de cursos de Serviço Social EaD: 1
Data do início de funcionamento do curso: 07/04/2014
Vagas anuais autorizadas: 200
Carga horária: 3.000 horas
Polos por estado: (1) Goiânia
Total de polos: 1
Turmas em funcionamento: Alunos matriculados em rede nacional – não há a necessidade de formação de turma local
Curso: 100% online
Ato Regulatório: Autorização EaD vinculada a credenciamento do Decreto Estadual n. 77.141 13/03/1976

Quadro 21 – IES: Centro Universitário Internacional (UNINTER)

Organização Acadêmica: Centro Universitário
Organização Administrativa: Privada com fins lucrativos
Localização da Sede: Curitiba – PR
Quantidade de cursos de Serviço Social EaD: 1
Data do início de funcionamento do curso: 01/08/2015
Vagas anuais autorizadas: 3.000
Carga horária: 3.434
Polos por estado: (1) Aparecida de Goiânia; (1) Formosa; (1) Goianésia; (1) Goiânia; (1) São João d' Aliança; (1) Valparaíso de Goiás
Total de polos: 6
Turmas em funcionamento: Alunos matriculados em rede nacional – não há a necessidade de formação de turma local
Curso: 100% online
Ato Regulatório: Criação de curso EaD em 10/06/2015 pela Portaria n.1032015

Quadro 22 – IES: Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (UNIPLAN)

Organização Acadêmica: Centro Universitário
Organização Administrativa: Privada sem fins lucrativos
Localização da Sede: Brasília – DF
Quantidade de cursos de Serviço Social EaD: 1
Data do início de funcionamento do curso: 03/08/2015
Vagas anuais autorizadas: 4.260
Carga horária: 3.000 horas
Polos por estado: (1) Acreúna; (1) Pires do Rio; (1) Rio Verde
Total de polos: 3
Turmas em funcionamento: Alunos matriculados em rede nacional – não há a necessidade de formação de turma local
Curso: 100% online
Ato Regulatório: Autorização do curso EaD em 03/02/2015 pela Portaria n. 0302/2015

Quadro 23 – IES: Centro Universitário Campos de Andrade (UNIANDRADE)

Organização Acadêmica: Centro Universitário
Organização Administrativa: Privada sem fins lucrativos
Localização da Sede: Curitiba – PR
Quantidade de cursos de Serviço Social EaD: 1
Data do início de funcionamento do curso: Não Iniciado
Vagas anuais autorizadas: 1000
Carga horária: 3.720 horas
Polos por estado: (1) Águas Lindas de Goiás (1) Valparaíso de Goiás
Total de polos: 2
Turmas em funcionamento: Sem formação de turma para iniciar o curso
Curso: Não iniciado
Ato Regulatório: Criação do curso EaD em 20/06/2017 pela Portaria n. 6

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do E-mec (2018).

Os cursos a distância em Serviço Social no Estado de Goiás são ofertados por dezenove IES diferentes, dentre elas, oito Centros Universitários e onze Universidades, todas de natureza privada.

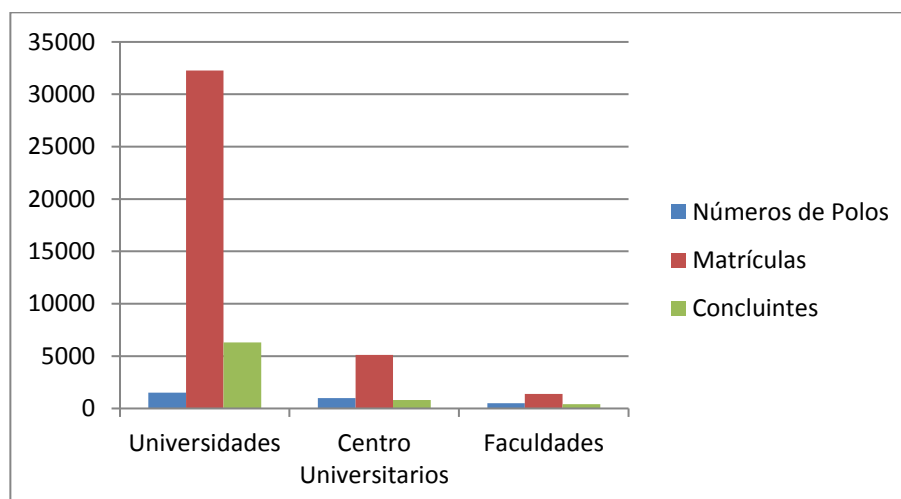
No Estado de Goiás a oferta da graduação em Serviço Social teve início em diferentes anos: três cursos iniciaram em 2007; em 2008, foram quatro; somente um curso em 2009; dois cursos em 2010; um curso em 2011; um curso em 2012; quatro cursos em 2014; em 2015, dois cursos; e um deles ainda não se iniciou.

Vale ressaltar a oferta de treze cursos totalmente *online*, ou seja, em que não há a necessidade de o estudante comparecer aos polos semanalmente. Comparece apenas para realizar a avaliação. Em Goiás, são quatro cursos semipresenciais que fixam a obrigatoriedade de o estudante comparecer ao polo uma vez por semana para

assistir à videoaula, com tutoria²⁵ apenas para esclarecer dúvidas.

Pode-se observar, no gráfico 3, que, no Estado de Goiás, o curso de Serviço Social na modalidade EaD é ofertado somente por instituições privadas.

Gráfico 3– Instituições Privadas no Estado de Goiás



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados INEP 2016.

Podemos observar que essa expansão desproporcional nas IES privadas no Estado de Goiás é uma vantagem para o governo: o acesso é facilitado e, com ele, fortalece-se o quantitativo de ingressos na academia. Contudo, elevam-se os indicadores da categoria mercantil, porque o objetivo maior dessa expansão desenfreada é a mercantilização do ensino superior brasileiro.

Os cursos na modalidade à distância foram autorizados a funcionar a partir de 2004 e começaram o funcionamento efetivo a partir do ano de 2006, no Estado de Goiás, as inscrições no Conselho Regional de Serviço Social por formandos nessa modalidade começa a partir de 2011 conforme quadro a seguir.

²⁵ Tutor: durante os encontros presenciais, os tutores não têm como função “dar aulas”. Eles orientam os estudantes, visando ajudá-los a superar as dificuldades de aprendizagem do conteúdo, de inserção no curso, de organização do tempo de estudo, e de realização das atividades planejadas. Desse modo, faz-se necessário desenvolver a vocação pedagógica dos Polos de Apoio Presencial como espaço de integração dos aspectos abordados a distância.

De acordo com os dados do MEC, os cursos são autorizados para abertura, mas somente são reconhecidos com a titulação de graduados de uma determinada área, ou seja, para ser reconhecido pelo Ministério, uma ou mais turmas têm de ter concluído o curso, no caso, de Serviço Social.

Quadro 24 – Inscrições no CRESS - 19ª Região do Estado de Goiás.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	ANO DE GRADUAÇÃO								TOTAL DE INSCRITOS DAS IES
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA	3	42							45
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS	56	180	140	18	9	7			410
UNIVERSIDADE ANHANGUERA-UNIDERP	64	22	68	102	84	64	31	1	436
UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ/PITÁGORAS – UNOPAR	62	83	139	154	140	102	93	3	776
UNIVERSIDADE PAULISTA- UNIP	1	6	20	12	37	20		1	97
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS		2	4	7	1				14
CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI – UNIASSELVI		15		2	6		4		27
FACULDADE AD1		1							1
UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL		4	19	13	4	3	2		45
FACULDADE PROJEÇÃO			1		2				3
FACULDADE DO VALE DO JAGUARIBE				1	1				2
UNIVERSIDADE DE UBERABA				16	5				21
UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA					2	1			3
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNISEB						2			2
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ						8	5		13
UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS						2			2
UNIVERSIDADE POTIGUAR							1		1
TOTAL POR ANO	186	355	391	325	291	209	136	5	1898
TOTAL									
TOTAL DE INSCRITOS									6.862

Fonte: Dados obtidos no CRESS - 19ª Região do Estado de Goiás, ano de 2018.

Observa-se que, de 2011 a abril de 2018, o total de inscritos no CRESS - 19ª Região do Estado de Goiás - que obteve formação pela modalidade de ensino a distância foi de 1.898 formados. O conselho possui um total de inscritos de 6.862. Assim, são 4.964 inscritos egressos do ensino presencial. Vale ressaltar que o CRESS - 19ª Região foi criado em 7 de dezembro de 1983. Atualmente com 35 anos de criação, 28% de seus inscritos são egressos de cursos EaD, formados em um intervalo de apenas 8 anos.

Considerando esses dados, a questão que se coloca para a profissão é o contingente de novos profissionais que se inserem no mercado de trabalho com essa formação dilacerada e fragilizada, conduzida pelo processo de contrarreforma da

educação superior, que fortalece a educação privada e incentiva a proliferação do EaD. Desafio que se expressa na realidade da formação profissional do Estado de Goiás.

De acordo com as análises de Vidal (2016, p.165),

A rápida expansão do EaD no Serviço Social tem impacto direto na formação, na execução do trabalho profissional e, principalmente, para o projeto ético-político defendido pela categoria. Esse projeto nasce a partir da intenção de ruptura com o conservadorismo que há na profissão e define uma direção ética e política para a categoria frente à realidade social no modo de produção capitalista. Apresentando um perfil profissional ancorado na teoria social marxista, compromissado na defesa dos direitos sociais, na liberdade, ética, na busca de outra sociabilidade, que é contrária a sociabilidade do capitalismo, é um projeto revolucionário, e sua compreensão depende essencialmente do entendimento das contradições presentes nesse modo de produção, e do entendimento de que a divisão de classes não pode ser banalizada ou naturalizada como algo comum na sociedade. Para isso, as Diretrizes Curriculares da Profissão de 1996 buscam os elementos essenciais para um aprofundamento teórico e sua relação com a prática profissional na formação de um perfil profissional que não seja conformista e colaboracionista com os interesses do capital.

Desde o surgimento dos primeiros cursos de EaD, a categoria profissional, por meio dos seus órgãos representativos ABEPSS, CFESS e CRESS, vem se manifestando contrariamente a essa modalidade de ensino no curso de Serviço Social, por não garantir o perfil qualificado para o exercício profissional, dado que não atende de forma satisfatória às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão.

A pesquisa empírica do perfil dos cursos de Serviço Social na modalidade EaD no Estado de Goiás apresenta elementos significativos e necessários para a reflexão sobre: os princípios norteadores dos cursos, seu núcleo de fundamentação, princípios da formação profissional, perfil profissional, componentes curriculares, matérias básicas, atividades complementares, duração e organização do curso, Infraestrutura/organização do ensino a distância/polos/bibliotecas digitais, corpo docente e profissionais envolvidos, estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso. A sistematização desses aspectos citados resultou na elaboração do Apêndice que integra esta dissertação a partir dos *sites* de cada uma das instituições envolvidas.

A seguir, portanto, desenvolveremos um esboço de síntese e análise à luz das indagações sobre a formação em Serviço Social e a lógica da expansão da educação superior de viés privatista mercantil assim como sobre a oferta dessa modalidade

diante da ausência da efetiva relação pedagógica e de participação na vida acadêmica, ausência dos fundamentos que articulam ensino-pesquisa-extensão e a inserção do profissional em movimentos sociais.

Os cursos de Serviço Social na modalidade de EaD tendem à precarização e ao barateamento da formação em Serviço Social, mediante a sua multiplicação em rápida velocidade e quantidade. A formação profissional ofertada representa uma contradição ao projeto ético-político do Serviço Social e à cultura intelectual da profissão, consolidada ao longo de sua renovação teórico-metodológica e ético-política. Pela hipótese deste estudo, tendem, na medida em que não é garantida uma formação teórica e crítica sobre os fundamentos das relações sociais capitalistas, a abrir lacunas na compreensão da sociabilidade burguesa e a reforçar uma visão que remete ao conservadorismo e às suas expressões na profissão.

4.2 Perfil dos cursos de Serviço Social em EaD e os desafios à concepção de formação das Diretrizes Curriculares Nacionais da ABEPSS

Para cotejar o perfil dos cursos em EaD investigados com as Diretrizes Curriculares Nacionais da ABEPSS, foram eleitos dez elementos centrais da formação em Serviço Social, com as propostas de onze cursos de Serviço Social na modalidade EaD das IES que são reconhecidas pelo MEC, articulando ao objetivo de analisar o ensino a distância no curso de Serviço Social em Goiás, relacionando os seus projetos políticos e pedagógicos com as Diretrizes. Nessa direção, reafirmamos as estratégias de resistência da categoria no país, em especial em Goiás, frente à precarização do ensino superior, apreendendo o processo de formação em Serviço Social e o perfil curricular implementado pelos cursos na modalidade EaD.

1 - PRINCÍPIOS NORTEADORES DOS CURSOS

De acordo com a ABEPSS, os pressupostos norteadores da concepção de formação profissional são os que se seguem.

1. O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

2. A relação do Serviço Social com a questão social – fundamento básico de sua existência – é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
3. O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Essa inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.
4. O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais.

De acordo com os dados referentes aos cursos de Serviço Social em EaD os princípios norteadores são:

1. Formar profissionais com sólidos conhecimentos teórico-práticos, capacidade de examinar, analisar e interpretar a sociedade capitalista – base estrutural da produção da “questão social” e suas expressões, assumindo as responsabilidades pertinentes à profissão, com uma visão crítica e analítica e o compromisso com a justiça, a ética e a cidadania, capazes de colaborar ativamente para o desenvolvimento e a transformação da realidade social em que estiverem inseridos. Formar assistentes sociais competentes e comprometidos com o planejamento, a implementação, a coordenação e a avaliação de políticas e projetos sociais junto a indivíduos, grupos, comunidades e instituições, o que implica a compreensão crítica dos problemas sociais e suas relações com movimentos e demandas populares. Além dessa compreensão, ao assistente social cabe o domínio de um conjunto de teorias, métodos e procedimentos éticos, políticos e metodológicos para a ação nos processos sociais, que sejam comprometidos com o processo de construção de uma nova ordem societária, atuando de maneira qualificada e eficiente, visando a efetivação dos direitos sociais, formando um profissional competente em seu exercício profissional, generalista em sua formação intelectual e cultural, com domínio de um conjunto

de informações que devem ser mediatizadas pelas dimensões teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-política da profissão, permitindo-lhe pensar e desenvolver ações criativas e inovadoras no campo das políticas sociais públicas e privadas, voltadas para os segmentos vulneráveis socioeconomicamente. O aluno poderá atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Nesse sentido, o processo de formação, deve garantir um profissional capaz de responder às exigências teórico-profissionais do Projeto Ético-Político da profissão, atendendo aos desafios postos para o Serviço Social, particularmente no que se refere à inserção e intervenção da questão social brasileira, em especial, a nordestina e a do Rio Grande do Norte.

2 - NÚCLEO DE FUNDAMENTAÇÃO

As DNC da ABEPSS preveem três Núcleos de Fundamentação constitutivos da Formação Profissional:

1. núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social;
2. núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira;
3. núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Conforme dados levantados junto aos cursos de Serviço Social na modalidade EaD, as onze matrizes identificadas não apresentam referências sobre os núcleos de fundamentação da formação profissional.

3 - PRINCÍPIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS são princípios que fundamentam a formação profissional:

1. flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressada na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - como oficinas,

- seminários temáticos, atividades complementares – como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
2. rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
 3. adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
 4. superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
 5. estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
 6. padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nesses últimos;
 7. caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
 8. indissociabilidade nas dimensões do ensino, da pesquisa e extensão;
 9. exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas em luta pela direção social da formação profissional, tendências que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
 10. ética como princípio formativo perpassando a formação curricular;
 11. indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

Nos cursos de Serviço Social em EaD, os princípios da formação profissional em Serviço Social afirmam-se na perspectiva de formar um profissional atento às problemáticas regionais e nacionais e estudiosos dos temas nacionais e internacionais, sensível às necessidades da comunidade e apto a integrar equipes interdisciplinares de estudos e pesquisas, visando a atuação competente nas questões sociais. A formação do profissional de Serviço Social tem como eixo a compreensão do homem enquanto ser social e histórico que enfrenta problemas sociais no desenvolvimento do processo civilizatório. A primeira consideração diz respeito à ordem social vigente, com sua carga de novas exigências de conhecimento, competências e habilidades face às inovações tecnológicas que acabam alterando todo o perfil da sociedade, imprimindo-lhe um ritmo diferenciado, criando novas

necessidades e impondo a pesquisa de novos referenciais para a vida social, de novos instrumentos conceituais de se pensar a realidade e de novas práticas humanas.

Para isso, deve-se:

- capacitar o aluno a situar historicamente o ser social, apreendendo os elementos de continuidade e ruptura no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade capitalista;
- dotar o aluno de formação intelectual, cultural e ética, capacitando-o para a intervenção propositiva na realidade social;
- formar profissionais comprometidos com os valores éticos, que possam contribuir e ampliar direitos sociais de usuários e comunidades;
- permitir ao futuro profissional aproximar-se dos elementos constitutivos do serviço social;
- desenvolver habilidades que permitam ao aluno identificar as manifestações da “questão social” peculiares à realidade brasileira;
- oportunizar a compreensão da categoria trabalho como eixo central da produção e reprodução da vida social, fundamentado na formação da linguagem da consciência, da sociabilidade e da liberdade;
- capacitar o aluno para a análise dos elementos constitutivos da realidade econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, bem como da constituição do estado e as suas relações estabelecidas com a sociedade civil;
- fornecer conhecimentos que permitiam ao aluno compreender o Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho coletivo, sua institucionalização, legitimação e desenvolvimento;
- permitir ao aluno apropriar-se dos modos de apreensão e intervenção no real a partir do desenvolvimento de uma postura investigativa crítica;
- garantir a interpretação do projeto ético-político profissional nas suas dimensões éticas, políticas, econômicas, sociais e culturais;
- oportunizar a análise da ação profissional no âmbito das condições e das relações sociais historicamente estabelecidas, como partícipe do trabalho coletivo, considerando os organismos empregadores, públicos e privados, os usuários, os recursos materiais – humanos e financeiros –, bem como a articulação com outros trabalhadores;

- fomentar, por meio das atividades de pesquisa e de extensão, as práticas de síntese teórico-analítica inseridas no processo de iniciação científica;
- formar profissionais capazes de formular, desenvolver e avaliar políticas, programas e projetos sociais; e
- desenvolver competências e habilidades para que o assistente social possa intervir na realidade social com as competências e habilidades apreendidas no processo de formação profissional, no contexto do projeto ético-político da profissão.

Com esse curso, o aluno passa a compreender a realidade social e a possuir ferramentas que o tornem capaz de estabelecer políticas públicas para soluções de problemas, formar assistentes sociais que tenham uma visão humanista crítica e reflexiva da sociedade, que compreendam as relações socioeconômicas, políticas e culturais e que sejam aptos a desenvolver projetos que subsidiem as políticas públicas, com vistas a provocar a transformação social. O curso também visa desvelar as possibilidades de ação contidas na realidade e formar profissionais que busquem a identificação das demandas presentes na sociedade, com o objetivo de formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, de maneira a incentivar o indivíduo a exercer e promover a cidadania, a participação, a justiça social e a gestão estratégica com foco na sociedade atual, nas suas variáveis e oportunidades. Também visa democratizar o acesso e capacitar permanentemente a formação cidadã e profissional do indivíduo, despertando-o para o desenvolvimento de atitudes éticas de aprendizado crítico e propositivo; entender que o ambiente social é elemento constitutivo da “questão social”, devido às relações de exploração e de degradação tanto do meio natural quanto do meio construído que o configuram na atualidade; qualificar o indivíduo como profissional com vistas a garantir o acesso de seus usuários a melhores condições de vida e o desenvolvimento de uma ética ambiental e social; formar novos profissionais para a intervenção no enfrentamento da questão social, fato de alta complexidade e que exige conhecimentos transdisciplinares nas diferentes regiões brasileiras.

4 - PERFIL DO BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL

Conforme as DCN da ABEPSS, o perfil de formação é o de um profissional que

atue nas expressões da questão social, formulando, reimplementando propostas para seu enfrentamento por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Um profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.

De acordo com os dados apontados pelo estudo, o perfil profissional predominante nos Cursos de Serviço Social em EaD requer um profissional atento às problemáticas regionais e nacionais e estudioso dos temas nacionais e internacionais, sensível às necessidades da comunidade e apto a integrar equipes interdisciplinares de estudos e pesquisas, visando à atuação competente nas questões sociais.

O profissional deverá estar apto a elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social; planejar organizar e administrar benefícios e serviços sociais; realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais; prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.

O curso de Serviço Social ainda tem por finalidade formar assistentes sociais competentes e compromissados com o planejamento, a implementação, a coordenação e a avaliação de políticas e projetos sociais junto a indivíduos, grupos, comunidades e instituições.

5 – COMPONENTES CURRICULARES

Nas Diretrizes da ABEPSS, as matérias são expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional que se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.

- Disciplinas: constituem-se como particularidades das áreas de conhecimento que enfatizam determinados conteúdos, priorizando um conjunto de estudos e atividades correspondentes a determinada temática, desenvolvida em um período com uma carga horária pré-fixada.

- Seminários temáticos: momentos de especificidade e aprofundamento de temáticas relevantes em diferentes enfoques, visando detalhamento de abordagens voltadas para a problematização e o estímulo da criatividade.
- Oficinas/laboratórios: espaços de vivência que permitam o tratamento operativo de temáticas, instrumentos e técnicas, posturas e atitudes, utilizando-se de diferentes formas de linguagem.

Atividades complementares: constituídas por atividades de pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho. As atividades formativas básicas têm por objetivo dar relevância às atividades de pesquisa e extensão, afirmando a dimensão investigativa como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade.

Nos cursos de Serviço Social em EaD, de acordo com a pesquisa realizada, identificam-se a exigência de atividades complementares e a relação das disciplinas. Como se demonstrará no próximo tópico, não são todas as disciplinas básicas que constituem as matrizes curriculares dos cursos, assim como não há previsão de oficinas, seminários e outras atividades complementares como componentes curriculares.

6 - MATÉRIAS BÁSICAS

Nas DCN da ABEPSS, são matérias básicas as que se seguem.

- Sociologia: a emergência da sociedade burguesa e a constituição do ser social. A configuração da sociologia como campo científico. As matrizes clássicas do pensamento sociológico e o debate contemporâneo.
- Ciência Política: a constituição da ciência política como campo científico e a formação do Estado Moderno e da Sociedade Civil. Teoria Política Clássica. As contribuições da Ciência Política para a análise do Estado Brasileiro. O debate contemporâneo e as questões da democracia, cidadania, soberania, autocracia e socialismo. A relação entre o público e o privado.
- Economia Política: a constituição da economia política como campo científico. O

- Liberalismo, o Keynesianismo, o Neoliberalismo e a Crítica Marxista da Economia Política. Os projetos societários gestados nos modos de organização das relações econômico-políticas de produção e reprodução. As mudanças contemporâneas no padrão de acumulação e suas expressões na economia brasileira e internacional.
- Filosofia: os fundamentos ontológicos do ser social. A dimensão da sociabilidade, trabalho e alienação. As formas de consciência: política, ciência, religião, moral e arte. As atuais reflexões éticas sobre a ciência e suas repercussões no mundo do trabalho. Correntes filosóficas e suas influências no Serviço Social.
 - Psicologia: a constituição da Psicologia como campo científico. As principais matrizes teóricas do debate contemporâneo das relações indivíduo-sociedade. A fundamentação das questões relativas ao desenvolvimento da personalidade e dos grupos sociais. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social.
 - Antropologia: a relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.
 - Formação Sócio-Histórica do Brasil: a herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e Crise da República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimentismo e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós-64 e seu ocaso em fins da década de 70. Transição democrática e neoliberalismo.
 - Direito: a construção das instituições de direito no Brasil bem como das formas de estruturação dos direitos e garantias fundamentais da cidadania. A organização do Estado, dos poderes e da ordem social. A Constituição Federal e suas interfaces com o Serviço Social. O direito internacional e suas implicações nas relações políticas de trabalho e de seguridade social.
 - Política Social: as teorias explicativas da constituição e desenvolvimento das políticas sociais. A questão social e desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social. Formulação e gestão das políticas sociais. A constituição e gestão do fundo público. O papel dos sujeitos políticos na formulação das políticas sociais públicas e privadas. As políticas setoriais e a legislação social. A análise

comparada de políticas sociais. O papel das políticas sociais na constituição da esfera pública e o significado do debate público e privado. As novas formas de regulação social e as transformações no mundo do trabalho.

- Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais: a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e a constituição das classes sociais, do Estado e as particularidades regionais. Perspectivas de desenvolvimento desigual e combinado das estruturas fundiárias e industrial, e a reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos urbano e rural. As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações socioambientais. A constituição da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos no Brasil. Constituição de sujeitos sociais, estratégias coletivas de organização de classes, categorias e grupos sociais. Relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários.
- Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social: análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no contexto da história da realidade social e as influências das matrizes do pensamento social. O trabalho profissional no processo de produção e reprodução social em relação às refrações das questões sociais nos diferentes contextos históricos.
- Processo de Trabalho do Serviço Social: o trabalho como elemento fundante do ser social. Especificidade do trabalho na sociedade burguesa e a inserção do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. O trabalho profissional face às mudanças no padrão de acumulação capitalista e regulação social. Os elementos constitutivos do processo de trabalho do assistente social considerando: a análise dos fenômenos e das políticas sociais. O estudo da dinâmica institucional. Os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social na formulação de projetos de intervenção profissional. As demandas postas ao Serviço Social nos espaços ocupacionais da profissão, nas esferas pública e privada e as respostas profissionais a essas demandas. O assistente social como trabalhador e o produto do seu trabalho. Supervisão do processo de trabalho e o Estágio.
- Administração e Planejamento em Serviço Social: as teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. Elaboração,

coordenação e execução de programas e projetos na área de Serviço Social. Funções de administração e planejamento em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil.

- Pesquisa em Serviço Social: natureza, método e processo de construção de conhecimento: o debate teórico-metodológico. A elaboração e a análise de indicadores socioeconômicos. A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional.

Ética Profissional: os fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção de um *ethos* profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas de seu trabalho. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. Os Códigos de Ética profissional na história do Serviço Social brasileiro.

De acordo com o presente estudo, constata-se que 100% das IES possuem matrizes curriculares que não ofertam o conjunto das matérias básicas de acordo com as Diretrizes da ABEPSS. O que justifica identificar aqui as matérias básicas que não integram os projetos dos cursos e sua respectiva instituição, conforme quadro a seguir.

Quadro 25 - As Instituições de Ensino e as disciplinas que não são ofertadas no curso de Serviço Social.

Instituição de Ensino	Disciplinas
UNIDERP	Processo de Trabalho do Serviço Social
UNOPAR	Processo de Trabalho do Serviço Social
UNIP	Economia Política, Administração e Planejamento em Serviço Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Ciência Política, Processo de Trabalho do Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social e Sociologia
ULBRA	Antropologia, Administração e Planejamento em Serviço Social, Acumulação Capitalista, Sociologia e

	Formação Sócio-Histórica do Brasil
UNIASSELVI	Processo de Trabalho em Serviço Social e Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais
UNIGRAN	Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Administração e Planejamento em Serviço Social, Ciência Política e Processo de Trabalho do Serviço Social
UNESA	Ciência Política, Direito, Formação Sócio-Histórica do Brasil e Sociologia
UNIVERSO	Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Ciência Política, Política Social, Processo de Trabalho do Assistente Social, Pesquisa em Serviço Social e Sociologia
ESTÁCIO DE RIBEIRÃO PRETO	Ciência Política, Direito, Formação Sócio-Histórica do Brasil e Sociologia
UNP	Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Administração e Planejamento em Serviço Social, Ciência Política, Filosofia, Formação Sócio-Histórica do Brasil e Sociologia
UNICESUMAR	Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Ciência Política, Formação Sócio-Histórica do Brasil, Pesquisa em Serviço Social e Política Social

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos *sites* das instituições de ensino em 2018.

Diante dos dados acima, podemos afirmar que a formação profissional dos novos assistentes sociais, formados via EaD, é radicalmente diferente da propugnada pelas Diretrizes Curriculares da Abepss o não cumprimento das disciplinas básicas que estão na DCN, tornando um ensino fragmentado e precarizado.

7 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Nas DCN da ABEPSS, as atividades complementares são constituídas por atividades de pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho.

As atividades formativas básicas têm por objetivo dar relevância às atividades de pesquisa e extensão, afirmando a dimensão investigativa como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade.

Os cursos de Serviço Social em EaD identificam as atividades complementares com o objetivo de ampliar a formação e a vivência acadêmica dos alunos, favorecendo práticas de autoaprendizagem e autoestudo. Elas privilegiam a progressiva autonomia profissional e intelectual; conhecimentos teórico-práticos por meio de atividades de pesquisa e extensão; e conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, bem como experiências profissionalizantes julgadas relevantes para a área de formação. São normatizadas por regulamento próprio.

Ainda, são consideradas Atividades Complementares Obrigatórias – ACO, para efeito de integralização dos currículos dos cursos de graduação, as seguintes atividades desenvolvidas pelos discentes: estágio curricular não obrigatório; visitas técnicas; monitoria acadêmica; programas de iniciação científica, projetos de ensino, pesquisa e extensão; participação em cursos, seminários, simpósios, conferências, palestras e encontros; programas pedagógicos especiais,

Têm como objetivo qualificar o aluno a desenvolver, de forma complementar, competências bastante procuradas pelo mercado, tais como: perfil empreendedor, iniciativa, liderança, autoconhecimento, perseverança e habilidade em lidar com obstáculos, mudanças e transformações.

O que caracteriza esse conjunto de atividades é a flexibilidade de carga horária semanal, com controle do tempo total durante o semestre ou ano letivo. Compreende-se como Atividade Complementar toda e qualquer atividade não prevista entre as disciplinas obrigatórias e eletivas do currículo pleno dos cursos de graduação. As atividades complementares poderão ser ofertadas pela própria instituição ou por qualquer órgão ou entidade pública ou privada, de forma presencial ou a distância.

8 - DURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CURSO

De acordo com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a carga horária mínima do curso é de 2.700 horas, com duração média de 4 anos, conforme Parecer nº 462/82 do CFE/MEC. O tempo mínimo de duração é de sete semestres, sendo o tempo máximo de integralização de até 50% sobre a duração do curso em cada IES.

O estágio supervisionado constitui um momento privilegiado de aprendizado

teórico-prático do trabalho profissional e tem como carga horária mínima 15% da carga horária mínima do curso (2.700 horas).

Os cursos de Serviço Social na modalidade EaD possuem duração de 4 anos, com exceção do Curso da UNIP, que tem duração média de 3 anos e meio.

Sobre a organização dos cursos *online* e semipresenciais, são instituições de ensino superior com cursos em EaD semipresenciais: Uniderp, Unopar e Uniasselvi. Nessa modalidade, o aluno vai ao polo uma vez por semana para assistir às teleaulas e interagir com seu tutor e colegas. Nos outros dias, as atividades são desenvolvidas pela Internet: *Web*-aulas e atividades *web*, que são realizadas pelo aluno conforme programação agendada; atividades de autoestudo realizadas pelo aluno a partir de material midiático impresso e outros disponibilizados;

As demais IES ministram cursos 100% *online*, não havendo necessidade de comparecimento ao polo semanalmente, mas a cada dois meses para a realização de provas.

A metodologia de ensino reúne atividades e avaliações a distância e presenciais, além da disponibilização de recursos adicionais de interação, como livros-textos de bibliotecas virtuais e videoaulas exclusivas.

9 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Conforme as Diretrizes da ABEPSS, Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Essa supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar.

Na pesquisa, identificamos que os projetos de curso em Serviço Social na modalidade EaD demonstram o estágio supervisionado como um exercício da experiência profissional que leva o aluno à interpretação da realidade. Por meio dos estágios, é possível consolidar os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso e estabelecer a relação entre a teoria e a prática. Sendo assim, o estágio

supervisionado se torna um componente curricular que proporciona ao aluno a reflexão contextualizada, dando-lhe condições para que ele se torne autor de sua própria prática.

A execução da ação visa levar o aluno estagiário a construir conhecimentos acerca das singularidades do trabalho do Serviço Social, relacionando-o com a totalidade da realidade social, bem como a desenvolver reflexão teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

O estágio obrigatório é a exteriorização do aprendizado acadêmico fora dos limites da Universidade. É o lócus onde o acadêmico confronta os conhecimentos adquiridos ao longo do curso com a prática da futura profissão.

10 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO –TCC

Conforme as Diretrizes da ABEPSS, o Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência curricular para a obtenção do diploma do curso de graduação em Serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso. Esse processo de sistematização, quando resulta de experiência do estágio, deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teórico-metodológico-operativos. Realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. Portanto, o TCC se constitui numa monografia científica elaborada sob a orientação de um professor e avaliada por banca examinadora.

Conforme registram os projetos dos cursos de Serviço Social, pode-se identificar o Trabalho de Conclusão de Curso como um trabalho acadêmico de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo relacionado ao seu curso, realizado durante ou ao final do processo de formação. Além do conhecimento específico, deve apresentar autonomia, senso investigativo, flexibilidade, entre outras qualidades. O TCC pode ser uma monografia, um artigo científico, um projeto de acordo com o projeto pedagógico. Nos cursos da UNESA, UNP, UNICESUMAR, o TCC se define pela produção de artigos.

Identificou-se como um dos procedimentos que os estudantes devem registrar o TCC no Ambiente Virtual, em disciplina específica, sendo, posteriormente, avaliado por

uma banca. O estudante é o principal responsável pela elaboração do seu TCC e a interação com o orientador se dá por meio do ambiente virtual.

Todos os elementos curriculares apresentados acima estão previstos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e indicados nas propostas dos cursos de Serviço Social a distância já autorizados e com oferta em Goiás. Mas não apresentam conteúdos similares, muito pelo contrário, o que se buscou ilustrar é o caráter incompatível dos cursos de Serviço Social oferecidos e as Diretrizes Curriculares Nacionais da ABEPSS.

Este estudo, portanto, metodologicamente, identificou as IES no Estado de Goiás que ofertam o ensino a distância no curso de graduação de Serviço Social, de acordo com o MEC, e os polos situados em Goiás, considerando que

o processo da contrarreforma na educação superior levou a um novo modelo de educação, devido aos seguintes fatores: 1) aumento de IES privadas; 2) execução de programas que se ligam diretamente ao interesse de capital financeiro; 3) exigência de um novo perfil profissional para atender às necessidades do mercado; 4) ajustamento das Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação voltados para a flexibilização para as IES; 5) aumento massivo do número de vagas por cursos; 6) precarização do corpo docente; 7) deslocamento do tripé da educação, reduzindo a obrigatoriedade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades; e 8) utilização em larga escala da modalidade de EaD tanto na graduação como em programas de pós-graduação *lato sensu*, utilizando o discurso da necessidade de inclusão de ferramentas tecnológicas no processo educativo no mundo globalizado (VIDAL, 2016, p. 129).

Conforme Vidal (2016, p. 129), podemos observar que, no âmbito do governo, “o EaD surge como possibilidade de aumentar as vagas ofertadas para o acesso à educação superior e os interesses reguladores do mercado. Não é gestado como real proposta de formação profissional, mas uma ferramenta viável perante as exigências do grande capital.”

A partir da gestão FHC (1995-2002), principalmente as IES privadas tiveram condições propícias para sua ampliação. No governo Lula (2003-2011), foi consolidada a EaD como alternativa para as grandes empresas educacionais privadas na captação financeira, intensificando a oferta de vagas em IES privadas e aumentando as vagas para essa modalidade. Essa é uma lógica ligada ao mercado. Ao se estabelecer uma comparação entre as IES públicas e as IES privadas, percebe-se que são minorias que ofertam essa modalidade de ensino no sistema público. Entende-se que a modalidade a distância atende principalmente às IES privadas como

alternativa de interesse financeiro, embora ampliando os serviços educacionais. Claramente, pode-se dizer que o EaD se caracteriza como mercantilização da educação.

Nessa programática, as estratégias adotadas vão além dos processos de mudanças institucionais de marco regulatório e de prioridades para a Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, pois se legitimam sobre o domínio das teses que postulam o fim da centralidade do trabalho, a negação das relações e lutas de classes sociais, a ideologia do fim da história e o ecletismo pós-moderno. São estratégias neoliberais que abrangem a natureza e a finalidade da universidade como instituição social, orientadas para operar como organização estritamente funcional ao capital e à sua acumulação.

Inserido nesse cenário, o Serviço Social é desafiado tanto no cotidiano do trabalho profissional como nas atividades de formação, investigação e produção de conhecimento. A defesa do projeto ético-político profissional, como uma conquista de muitos coletivos, passa pela contestação à oferta desenfreada e sem qualidade de cursos e pressupõe reafirmar a atualidade histórica das Diretrizes Curriculares Nacionais, de 1996, do Código de Ética Profissional em vigor e da Lei que regulamenta a profissão, como marco das requisições legais e dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e prático-operativos, imprescindíveis à formação em Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação profissional do Assistente Social no Brasil reafirma as Diretrizes Curriculares Nacionais (ABEPSS, 1996), o Código de Ética (CFESS, 1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), apoiada na LDB (BRASIL, 1996). As entidades da categoria movimentam-se em um processo de análise e posicionamento crítico sobre a precarização do processo formativo face às peculiaridades do ensino na modalidade EaD.

A realidade da educação superior na atual conjuntura exige diferenciar o nosso projeto de formação profissional com esse projeto de formação ou cursos que apresentam um perfil de capacitação que atendem de forma imediata à lógica do mercado.

A educação sempre foi fragmentada, sempre foi educação para algo, nunca esteve ligada à questão da formação do ser humano, do trabalho; sempre foi instrumentalizada; sempre serviu a algum interesse; nunca se efetivou para a formação do ser humano; sim, a educação sempre serviu ao sistema de mercado, à educação mercantilizada.

A formação profissional em Serviço Social, ao longo do seu processo histórico, registra conquistas para a realização de uma formação crítica, propositiva e emancipatória. Contudo, um projeto educacional do Estado, segundo Meszaros (2008), não tem a intencionalidade de prover uma política educacional emancipatória, mas técnica, como é o caso dos cursos na modalidade EaD(s), ordenados na lógica do setor privado e mercantil. A funcionalidade desses cursos está a serviço do mercado, atendendo aos requisitos burgueses, o que confirma a ciência produzindo conhecimento para o capital, perdendo seu sentido literal.

O modelo de formação que está sendo oferecido enquanto política estratégica pelos últimos governos no Brasil é um contraponto frontal da educação enquanto princípio universal e emancipatório. Tem-se revelado uma educação de mercadoria, tecnicada e aligeirada para criar um sujeito subalternizado.

No ano de 2006, a modalidade de ensino a distância começou a ser ofertada no Serviço Social e se expandiu. Os dados demonstram que, nos cursos de Serviço Social em EaD, o número de vagas cresceu seis vezes mais do que no ensino

presencial que, nesse período, passou por um processo de expansão centrado nos programas PROUNI, REUNI, de ampliação de vagas no ensino público.

A expansão da modalidade de ensino a distância no Estado de Goiás se configura cada vez mais como uma educação mercantilizada, haja vista que, na última década, foi “alarmante” o índice de crescimento de instituições isoladas. Na região Centro-Oeste, o estado de Goiás tem o maior número de polos educacionais, totalizando 180 de um total de 531, com registro elevado de matrículas - 32.883 no ano de 2016, de acordo com o último censo do INEP -, e com indicadores de concluintes de 6.359.

Os dados levantados na pesquisa documental demonstram que nem todos os princípios das Diretrizes Curriculares são cumpridos, por exemplo, a relação entre ensino, pesquisa e extensão nos polos, no sentido de fomentar a dimensão investigativa e crítica no exercício profissional. Outro ponto relevante diz respeito às disciplinas básicas exigidas: nenhuma das IES cumpre com toda essa matriz curricular.

Esses dados implicam no processo de rebaixamento da qualidade da formação profissional em Serviço Social, compreendida como uma precarização geral do ensino superior. Configurando o perfil do profissional formado pelo ensino a distância, há uma tendência ao empobrecimento profissional, propenso a uma formação acrítica, não reflexiva e aponta para uma formação técnica, um treinamento de habilidades que não proporciona qualquer poder decisório. Tanto que o EaD tem sido pauta preocupante de discussões constantes das entidades da categoria do Serviço Social.

Atualmente, no Estado de Goiás, são dezenove IES com cursos de Serviço Social autorizados pelo MEC, locados em oito Centros Universitários e onze Universidades, todas de natureza privada. E, num total de treze IES dentre essas dezenove, os cursos são totalmente *online*. Essa modalidade de ensino surgiu em Goiás no ano de 2007, com os primeiros alunos formados no ano de 2011. Essa formação precária é responsável por colocar no mercado de trabalho um perfil profissional diferente do que o projeto ético-político da categoria concebe.

Em 2016, havia trinta polos vinculados a centros universitários, com matrículas totalizando 5.130 e 601 concluintes. Nas faculdades, são onze polos, com 1.386 matrículas e 147 concluintes. Ainda, do total de 180 polos em Goiás, 20%, ou seja, 39 polos são de IES públicas, enquanto 80%, 141, são de IES privadas. O que requer uma análise no ponto de vista de democratização do ensino e dos condicionamentos

da lógica mercantil da educação, que determinaram as políticas de expansão da educação superior no Brasil.

Diante desses dados, constata-se que a política de educação de mercado, de valores “baratos”, reforça a concepção de políticas sociais pobres para pobres. Um verdadeiro canto de sereia. Uma democratização com o acesso pago para os mais pobres, com o pior tipo de ensino. Isso não é democratizar! Essas são algumas das contradições desse processo político do governo brasileiro nos últimos anos, que, embora oferte mais acesso, abre desafios ao projeto ético-político do Serviço Social no Brasil.

Esse modelo não veio para democratizar o ensino superior, porque foi conduzido pela lógica perversa da mercantilização do ensino, é gerador de lucros para o grande capital, em especial para o capital rentista, financeiro, com a abertura de investimento em bolsas de valores pelos grupos e conglomerados que o promovem. A exemplo, os grupos educacionais Kroton, Laureate International Universities e Estácio de Sá, que lideram o *ranking* das maiores empresas de educação do Brasil.

Tais aspectos se contrapõem à educação defendida por Mézáros (2008) : uma educação que se coloca para além do capital, amparada em um sistema que, de fato, concorra à realização dos objetivos primordiais da educação. Entretanto, o modelo alcançado foge a essa determinação, concentrando-se na formação de sujeitos para o mercado, que frequentam cursos aligeirados, muitas vezes sem a possibilidade de opção educacional, visto que sua condição de classe não lhe permite ter acesso a outro tipo de educação.

Esta dissertação buscou reafirmar as lutas em defesa da formação crítica do assistente social, contribuir com o debate teórico, político, ético e de resistência coletiva no país e no Estado de Goiás, a partir dos elementos defendidos pelas entidades da categoria:

A defesa da formação profissional sem dúvida é uma das principais frentes de luta do serviço social brasileiro nesse momento histórico e é fundamental apreender o significado dessa expansão desmesurada do ensino superior sem qualidade, em geral com fins lucrativos e à distância, ainda que não exclusivamente (CFESS *et al*, 2015, p.11).

Podemos concluir que é um processo de mercantilização, que valoriza o capital por meio da venda de serviço educacional - o compromisso da IES é com o lucro e não com a formação de qualidade. Isso vem prejudicando a pesquisa na nossa área,

prejudicando o estágio, que por eles é visto como exteriorização do aprendizado. O estágio faz parte da formação como um espaço próprio de aprendizado. Com supervisão acadêmica e de campo, ele leva para a sala de aula o que foi desenvolvido no campo, provoca a discussão teórica. Esse processo de estágio/exteriorização vem prejudicando a profissão. As monografias, que devem ser desenvolvidas ao final do curso, em algumas IES são substituídas por artigos aos quais não se tem acesso porque não são publicados.

Diante da pesquisa documental em fontes eletrônicas, nos *sites* das dezenove IES com autorização e reconhecimento de cursos de Serviço Social na modalidade EaD, no estado de Goiás, e pela comparação do perfil desses cursos com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, fica evidente o processo de banalização dos conteúdos, de precarização da qualidade do ensino oferecido.

Em 80 anos, os cursos presenciais conseguiram formar 100 mil assistentes sociais no estado de Goiás e, em uma década, o EaD formou mais de 60 mil. Isso constitui um impacto não só no campo da profissão, mas no campo da própria organização da profissão, conforme relatado no quadro sobre as inscrições no CRESS. É preciso reorganizar a categoria para abrir um diálogo, mostrar para esse público, especificamente, o que é o código de ética da categoria, as diretrizes de nossos marcos legais, identificando que, muitas vezes, são estudados conteúdos apenas de caráter instrumental, para fins de concursos, e não como elementos constitutivos de um perfil profissional.

Uma reflexão que se pode fazer sobre essa política de mercado é que, ainda que muito barata, essa modalidade tem sido oferecida às camadas mais pobres da população. Não se tem nela um processo de democratização. O acesso pago é para os mais pobres e a eles é ministrado o pior tipo de ensino. Esse modelo não veio para democratizar, mas é, sobretudo, uma lógica perversa de mercantilização do ensino superior para a geração de lucros do grande capital. Essas são algumas das contradições desse processo.

Diante disso, vemos a urgência do acesso a uma educação verdadeiramente democrática, universal, pública, gratuita, presencial, de qualidade, laica e crítica.

A expansão do ensino superior via setor privado mercantil, com crescente número de matrículas em cursos ligados à formação para o trabalho complexo dos serviços na área social, com forte embasamento no ensino a distância, não parece ser uma via correta.

Nessa direção, reafirmamos as formas de resistência da categoria, no país e, em especial, em Goiás, frente à precarização do ensino superior, da formação em Serviço Social e do perfil curricular implementado pelos cursos na modalidade EaD, o que exige mais estudos e lutas da nossa categoria em nível nacional de contraposição a esse tipo de ensino.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. A reforma da educação superior do governo Lula: autonomia relativa e financiamento. Inter-Ação: **Rev. Fac. Educ.** UFG, 30 (1): 11-35, jan./jun. 2005.

ANTUNES, R. **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos**: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. Ricardo Antunes (Org.). Boitempo Editorial: São Paulo, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf>. Acesso em out. 2017.

_____. Política Nacional de estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2009. Disponível em:<http://www.abepss.org.br/files/politica_nacional_estagio.pdf> Acesso em set de 2017.

_____. **Código de Ética do/a assistente social de 1993**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

_____. Lei nº 8.662 de 7 de Junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm> Acesso em: nov de 2017.

_____. Lei nº 8.742 de 7 de Dezembro de 1993. LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/lei-organica-de-assistencia-social-loas-annotada2009/Lei%20Organica%20de%20Assistencia%20Social%20%20LOAS%20Anotada%202009.pdf/download>> Acesso em set de 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 10 ago de 2017.

_____. Decreto de 20 de outubro de 2003. Institui Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.sintunesp.org.br/refuniv/GT-Interministerial%20-%20Estudo.htm>>. Acessado em 12 de out de 2017.

_____. Presidência da República. Decreto n. 5.622, de 19 de dez de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 de dez de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5622.htm>. Acessado em 11 out de 2017.

_____. Presidência da República. Decreto n. 5.800, de 08 de jun de 2006. Dispõe sobre a Universidade Aberta do Brasil – UAB. Brasília, DF, 08 de jun de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm>. Acessado em 10 de out de 2017.

_____. Presidência da República. Lei n. 11.079, de 30 de dez. de 2004. Dispõe sobre as parcerias público - privadas. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm>. Acessado em 12 out de 2017.

_____. Presidência da República. Decreto n. 7.423, de 31 de dez. de 2010. Regulamenta a Lei n. 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e revoga o Decreto n. 5.205, de 14 de setembro de 2004. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7423.htm#art16>. Acessado em agosto de 2015. Acessado em 10 de out de 2017.

_____. Presidência da República. Decreto n. 6.069, de 24 de abr de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF, 24 de abr de 2007.

_____. Decreto n. 9.057- Regulamentador da Educação a Distância no Brasil. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://abed.org.br/arquivos/DECRETO_N_9.057_25_MAIO_2017_regulamentador_Educacao_Distancia.pdf>. Acesso em 15 de out de 2017.

_____. Presidência da República. Lei n. 11.096, de 13 de jan de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI; regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei n. 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF, 13 de jan de 2005.

_____. Ministério da Educação. O PNE 2011-2020: Metas e Estratégias. Brasília, DF, 2010a. Disponível em: <<http://bit.ly/OzIOxg>> Acesso em 10 de out de 2015.

_____. Congresso Nacional. Plano Nacional de Educação. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>> Acessado em 10 de out de 2015.

_____. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação

e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 2001. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acessado em 15 de out de 2015.

_____. Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante da Educação Superior. Vide alterações pela Lei n. 12.513 de 2011. Dispõe sobre alterações do FIES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm>. Acessado em 09 de set de 2017.

_____. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. 5 out. 1988.

_____. Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, D.F. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14>>. Acessado em 15 de out de 2017.

_____. Lei n. 12.513 de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Brasília, D.F. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acessado em 20 de out de 2017.

_____. Lei n. 11.788 de 25 de Setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em ago de 2017.

_____. Lei n. 1.254 de 4 de Dezembro de 1950. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1254.html>. Acesso em 15 out 2017.

_____. Lei n. 13.000 de 18 de Junho de 2014. Autoriza a concessão de subvenção econômica sob a modalidade de equalização de taxas de juros pela União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L13000.html>. Acesso em 01 de dezembro de 2017.

_____. Lei n. 4.024 de 20 de Dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em 20 de set de 2017

_____. Ministério da Educação. Referenciais de qualidade para Educação Superior à Distância. Brasília (DF), 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refEaD1.pdf>>. Acesso em 15 nov 2017.

_____. Censo da Educação Superior Brasileira. Relatórios Técnicos. Resumo

Técnico 2002. Disponível em:<http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/tabelas_resumo_tec.xls>. Acesso em 23 de nov de 2017.

_____. Censo da Educação Superior 2007 – Resumo Técnico. Brasília, 2009. Disponível em <http://www.inep.gov.br> Acesso em out de 2017

_____. Cadastro Nacional das Instituições de Educação Superior. Disponível em <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/> Acesso em out de 2017.

_____. Indicadores sobre a Educação Superior. Disponível em <http://sinaes.inep.gov.br:8080/sinaes/> Acesso em 23 de nov de 2017.

BELLONI, Maria, Luiza. **Educação a distância**. 3.ed. Coleção educação contemporânea. São Paulo: Autores Associados, 2003.

BRASIL, N. M. A pedagogia do Capitalismo e seus componentes. In: Ângela Cristina Belém Mascarenhas (Org). **Educação e Trabalho na Sociedade Capitalista: reprodução e contraposição**. Goiânia-Go: Ed. UCG, 2005.

BURIOLOLA, Marta Alice F. **O estágio supervisionado**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CFESS/ABEPSS/ENESSO – Conselho Federal de Serviço Social / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social / Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social. Brasília: CFess/Cress/Abepss/Enesso, 2010.

_____. **Conselho Federal de Serviço Social**. Código de ética do/a assistente social. 10.ed. Brasília: CFESS, 2011.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. Cfess manifesta. **Temporalis**, Brasília-DF, ano 11, n. 21, p.281-288, jan./jun. 2012.

_____. **Política de educação permanente do conjunto CFESS-CRESS**. Brasília: CFESS, 2013.

_____. **Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e serviço social**. Brasília, 2010.

_____. **Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e serviço social**. Brasília, 2014, v.2.

_____. Relatório do I Seminário sobre Ensino de Graduação à Distância na Área da Saúde do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde – FCFAS, março de 2011

Associação Brasileira de Enfermagem – Brasília. Disponível em:<http://www.cfess.org.br/arquivos/Documento_Final_EaD_03.2011.pdf>. Acesso em 11 de Nov de 2017.

CHAGAS, Barbara Rocha F. Ensino a Distância e Serviço Social: desqualificação profissional e ameaças contemporâneas. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 15, n. 1, p. 43-58, jan/ jul. 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. O Ensino Superior no octênio FHC. Campinas. **Educação e Sociedade**, v. 24, n. 82, abr, 2003.

_____. Desenvolvimento desigual e combinado no Ensino Superior – Estado e Mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 795-817, Especial –Out. 2004

_____. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

_____. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: Lopes, Eliane Marta Teixeira. Faria, Luciano Mendes. Veiga, Cynthia Greive. (Org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 5. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. O Legado da Ditadura para a Educação Brasileira. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.35, n.127, p.357-377, abr-jun, 2014

DEBREY, C. **A lógica do capital na educação brasileira**. Goiânia: Ed. Alternativa e Ed. UCG, 2003.

DURHAM, Eunice. Educação superior, pública e privada (1808 – 2000). In: SCHWARTMAN, Simon & BROCK, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2005. p.197-240

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço. In: MOROSINI, M. C. (Org.) **Universidade no Mercosul**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2000.

_____. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968.

Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36. Editora UFPR. 2006.

FLORES, S. R. A Democratização do Ensino Superior no Brasil, uma breve história: da Colônia a República. **Revista Internacional de Educação Superior**, São Paulo. v.3, n.2, p.401-416, maio/agosto, 2017.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

_____. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

_____. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. (Coleção Educação Contemporânea).

GOHN, Maria da Gloria. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: aval. pol. públ. **Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **Curso de Capacitação em Serviço Social**, módulo 4. Brasília: 2000.

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL. Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a Reforma Universitária brasileira. Brasília: 15 de dezembro de 2003. Disponível em: <<http://www.adunesp.org.br/reformas/universitaria/GT-Interministerial.html>>. Acesso em 11 de nov de 2017.

IAMAMOTO, M. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5a Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**, 23. ed. São Paulo: Cortez 2012.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 608-639, dez. 2014.

INEP. Censo da Educação Superior de 2016. Disponível em: <<http://www.portal.inep.gov.br/educacao-superior>>. Acesso em 01 de março de 2018.

LEHER, Roberto. Para silenciar os campi. **Educação & Sociedade** (Impresso), São Paulo, Campinas, v. 25, n.88, p. 867-892, 2004.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Contrarreforma na educação superior: de FHC a**

Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Ano XVII, n. 50, p. 87-128, 1996.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MEC- Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2013. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em novembro de 2017.

_____. Brasília MEC, 2014. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em nov 2017

MESZAROS, Istvan. **A Educação para além do Capital**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO da EDUCAÇÃO, SECRETARIA de EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA. Referenciais de Qualidade para Educação Superior à Distância. Disponível em:<<http://www.mec.gov.br/seed/indicadores.shtm>>. 2007. Acesso em 15 de out de 2017.

PAULA, Alisson Slider do Nascimento; AMANCIO, Nivânia Menezes; PONTES, Anita Pedrosa. **A crise da Universidade**: uma análise da política de educação superior. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2015.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Política educacional brasileira e serviço social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. 2007. 378 f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Expansão dos cursos de serviço social na modalidade EAD: direito à educação ou discriminação educacional? **Revista Ser Social**, Brasília: UNB, v. 14, n. 30, p.30-49, jan./jun. 2012.

_____. Expansão dos cursos de serviço social na modalidade EAD no Brasil: análise da tendência à desqualificação profissional. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz T. **Serviço social e educação**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2013.

SAMPAIO, Helena. **Ensino Superior no Brasil**: o setor privado. São Paulo, Hucitec, 2000.

SANTOS, Adriana. Carvalho. **Um estudo sobre quem é o professor que se disponibiliza participar de atividades de EaD.** (Dissertação de mestrado). Defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

SANTOS, Adilson. Pereira. CERQUEIRA, Eustáquio. Amazonas. **Ensino Superior:** trajetória histórica e políticas recentes. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, Nov, 2009.

SANTIAGO, Emerson. República Populista. Infoescola. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/história/república-populista/>>. Acesso em 08 de Nov2017.

TONEGUTTI, Claudio Antônio. Ensino a distância no Brasil: aspectos da realidade para estudantes e docentes. In: **Universidade e Sociedade.** Brasília: ANDES, 2010. N. 45, p 61-71.

TRINDADE, Helgio. **Saber e poder:** os dilemas da universidade brasileira. São Paulo. Estudos Avançados 14 (40), 2000.

VIDAL, Karina, Caputti. **O ensino a distância:** um reflexo da expansão mercantilizada da educação superior e os impactos no serviço social. (Dissertação de mestrado). Defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2016.

APÊNDICE²⁶

Quadro 1 - IES: Universidade Anhanguera (UNIDERP)

Site: www.uniderp.br

PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO

O Curso de Serviço Social tem como propósito formar bacharéis em Serviço Social, dotados de competência em sua área de atuação, assegurando um profissional comprometido com os processos sociais e valores ético-políticos voltados a construção da democracia e cidadania do país. O Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social não se constitui em um documento pronto e acabado, mas, sim um processo em permanente construção, cujo desenvolvimento será acompanhado e avaliado em suas diferentes fases com vistas a integração do conhecimento, traduzindo em construção curricular, os núcleos de fundamentação da formação profissional. No tocante ao desenvolvimento prático do futuro profissional, o curso, via convênios firmados com órgãos públicos e privados, propicia estágios aos acadêmicos, para que possam vivenciar e conhecer o cotidiano das atividades profissionais.

Núcleo de Fundamentação

Não consta no site.

²⁶ Todos os dados demonstrados são cópias dos sites de cada Instituição de Ensino Superior no Estado de Goiás

Princípios da Formação Profissional

O curso objetiva formar um profissional atento às problemáticas regionais e nacionais e estudiosos dos temas nacionais e internacionais, sensível às necessidades da comunidade e apto a integrar equipes interdisciplinares de estudos e pesquisas, visando à atuação competente nas questões sociais. A formação do profissional de Serviço Social tem como eixo a compreensão do homem, enquanto ser social e histórico que enfrenta problemas sociais no desenvolvimento do processo civilizatório. A primeira consideração diz respeito à ordem social vigente, com sua carga de novas exigências de conhecimento, competências e habilidades face às inovações tecnológicas que acabam alterando todo o perfil da sociedade, imprimindo-lhe um ritmo diferenciado, criando novas necessidades e impondo a pesquisa de novos referenciais para a vida social, de novos instrumentos conceituais de se pensar a realidade e de novas práticas humanas. Para responder às exigências da formação do profissional de Serviço Social, nos contextos acima referidos, a Universidade Anhanguera UNIDERP elaborou um programa curricular que permite oferecer conhecimentos gerais e específicos, bem como proporcionar a construção contínua de novos conhecimentos, com vistas a garantia de direitos sociais da população vulnerabilizada no enfrentamento da questão social.

Perfil Profissional

Refletir criticamente sobre as técnicas utilizadas em seu trabalho e sua aplicabilidade para cada uma das problemáticas e comunidades específicas a que se destinam; • Ter atitude de confiança, com capacidade criativa e propositiva, dotado de preparo intelectual e cultural generalista crítica, para atuar em situações que envolvam impasses e conflitos, dentro de um contexto que transcenda o âmbito local; • Atuar direto nas questões sociais formulando e implementando propostas de intervenção e enfrentamento, por meio de políticas públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais; • Promover o exercício da cidadania e comprometer-se com os princípios norteadores da ética, especialmente com o código de ética do Assistente Social.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Apreender os determinantes históricos que justificam a profissão, por meio do acesso do acadêmico ao conhecimento científico, as tecnologias da comunicação e da informação, possibilitando a formação desse profissional para o exercício da profissão. Compreender e identificar os problemas sociais de forma crítica, numa perspectiva da totalidade, estudá-los autonomamente e participar e responder ao grande debate ético e político da sociedade brasileira.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPECÍFICAS DOS FORMANDOS DE SERVIÇO SOCIAL

- Ser comprometido com a elaboração, coordenação e avaliação do planejamento, programas e projetos da área social;
- Assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino;
- Intermediar a participação dos usuários do Serviço Social nas decisões de encaminhamentos das problemáticas que lhes envolvem;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- Realizar pesquisas de reconhecimento da realidade e bibliográfica para formulações de políticas e ações profissionais consistentes;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Orientar a população na identificação de recursos, órgãos e instituições de atendimento e defesa de seus direitos;
- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
- Dominar as tecnologias da informação e comunicação;
- Ter Capacidade de julgamento e tomada de decisões;
- Interpretação e análise crítica de dados;
- Habilidade para atender às mudanças de demanda social;
- Capacidade de atuar em equipes multidisciplinares;
- Capacidade de administração e gestão responsáveis, crítica e criativamente, com relação às questões humanas, sociais, culturais e ambientais.

Componentes Curriculares

Atividades Acadêmicas Curriculares: 2.284 horas

Trabalho de Conclusão de Curso: 102 horas

Estágio Curricular Obrigatório: 450 horas

Atividades Complementares Obrigatórias – ACO: 70 horas

Carga Horária Total: 2.924 horas

Matérias Básicas

DISCIPLINAS E EMENTAS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

<p>1º SEMESTRE Educação a Distância Homem, Cultura e Sociedade Responsabilidade Social e Ambiental Metodologia Científica Psicologia e Políticas Públicas Seminário Interdisciplinar I</p>
<p>2º SEMESTRE Ética, Política e Cidadania Sociologia Filosofia Psicologia Social Seminário Interdisciplinar II</p>
<p>3º SEMESTRE Formação Social, Histórica e Política do Brasil Acumulação Capitalista e Desigualdade Social Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I Estatística e Indicadores sociais Seminário Interdisciplinar III</p>
<p>4º SEMESTRE Sociologia Crítica Antropologia Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II Ciência Política Seminário Interdisciplinar IV</p>
<p>5º SEMESTRE Comunicação na Prática do Assistente Social Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III</p>

Fundamentos das Políticas Sociais e Políticas Sociais
Administração e Planejamento em Serviço Social
Ética Profissional em Serviço Social
Estágio em Serviço Social I
Seminário Interdisciplinar V

6º SEMESTRE

Pesquisa Social e Oficina de Formação
Políticas Setoriais e Políticas Setoriais Contemporâneas
Gestão Social e Análise de Políticas Sociais
Instrumentalidade em Serviço Social
Estágio Curricular Obrigatório II
Seminário Interdisciplinar VI

7º SEMESTRE

Serviço Social na Área da Saúde, Previdência Social e Assistência Social Serviço Social e Processo de Trabalho Direito e Legislação
Trabalho de Conclusão de Curso I
Estágio Curricular Obrigatório III
Seminário Interdisciplinar VII

8º SEMESTRE Terceiro Setor, Meio Ambiente e Sustentabilidade

Movimentos Sociais
Serviço Social na Educação
Economia Política
Trabalho de Conclusão de Curso II
Seminário Interdisciplinar VIII
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (Optativa)

Atividades Complementares

São atividades a serem cumpridas por você aluno no decorrer do curso. As AC têm como objetivo ampliar a formação e a vivência acadêmica dos alunos, favorecendo práticas de autoaprendizagem e autoestudo. Elas privilegiam sua progressiva autonomia profissional e intelectual; conhecimentos teórico-práticos por meio de atividades de pesquisa e extensão; e conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, bem como experiências profissionalizantes julgadas relevantes para a área de formação. São normatizadas por regulamento próprio. No curso de Serviço Social a carga horária a ser cumprida pelo aluno é de 240 horas. Você tem todo o período de integralização do curso para completar as horas exigidas, mas não deixe para a última hora, organize-se e vá realizando as atividades, aos poucos, em cada semestre. Assim não pesará para você e você poderá acrescentar conhecimento no decorrer de seu percurso educativo.

Duração e Organização do Curso

Curso de Serviço Social, tem duração de 4 (quatro) anos, organizados em 8 (oito) semestres. Para garantir a comunicação entre alunos, professores e tutores, o desenho do curso propõe o seu desenvolvimento nas modalidades à distância e presencial, tendo como base uma metodologia interativa e problematizadora. Esta metodologia caracteriza-se pela articulação entre conceitos e situações problema, levantamento de hipóteses, orientações e proposições de planejamento de situações experimentais para testagem de hipóteses através do desenvolvimento compartilhado e que culminem em atividades e projetos interdisciplinares. No decorrer da semana, o desenvolvimento das disciplinas ocorrerá conforme cronograma apresentado em seu ambiente virtual de Aprendizagem AVA. Para sua organização de tempo e prazos a serem cumpridos para a entrega das atividades, é necessário que você aluno, tenha disciplina e administre seu tempo e também tenha responsabilidade no cumprimento das atividades propostas.

Infra estrutura/ organização do ensino a distância/ Polos/ Bibliotecas digitais

Nesta modalidade de educação a distância, o aluno vai ao polo 1 vez por semana para assistir às teleaulas e interagir com seu tutor e colegas. Nos outros dias, as atividades são desenvolvidas pela internet. Os alunos dos cursos na modalidade a distância da Universidade Anhanguera-Uniderp têm acesso à biblioteca virtual. Trata-se de uma série de coleções organizadas de documentos eletrônicos, onde cada fonte de informação é organizada quanto ao seu conteúdo e identificação de forma descritiva. A biblioteca virtual trabalha com o conceito “Informação ao Alcance de Todos” com a vantagem de direcionar os usuários às fontes de dados disponíveis no meio virtual, incluindo ferramentas para pessoas com necessidades especiais como: aumento de fonte, contrastes de telas e Você deve participar semanalmente do fórum de discussão da disciplina que ocorre no Ambiente Virtual de Aprendizagem AVA. Consulte semanalmente sua agenda e seu cronograma de atividades para que você não deixe de realizar o que foi programado no curso, perdendo o prazo estabelecido pelos professores. Sintetizador de voz e funciona como uma rede mundial, na qual são depositados diversos conteúdos, e-books, normalização de

TCC, monografias, imagens e vídeos, entre outros.

Corpo Docente e Profissionais Envolvidos

PROFESSORES EAD - responsáveis por ministrar as teleaulas; selecionar, planejar e desenvolver o conteúdo das aulas; elaborar, redigir o material de apoio e da aula-atividade; acompanhar a aula-atividade e participar no planejamento, na organização e na orientação das atividades de estágio e Trabalho de Conclusão de Curso quando houver. Você terá contato com o docente por meio das teleaulas, que ocorrem semanalmente no polo de apoio presencial e ficam disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, por meio das aulas, nos fóruns de discussão, e mensagens, disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem AVA em que você irá realizar as atividades previstas em seu curso.

TUTOR A DISTÂNCIA - Profissional com formação na área do curso, que acompanha o processo de ensino e aprendizagem do aluno como mediador e responsável pela aproximação e articulação entre os alunos, tutores de sala e professores EAD. Desempenha papel importante no atendimento ao aluno, acompanhando o processo de construção da aprendizagem em conjunto com o docente. Esse Tutor tem como função, orientar os alunos, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem, na realização das atividades, prestando esclarecimentos das dúvidas e procedimentos e orientando os estudos dos alunos. Você terá contato com seu tutor a distância, no ambiente virtual de aprendizagem, espaço no qual o tutor estará a disposição para orientá-lo e responder suas dúvidas. Além disso, pelo sistema de mensagens você receberá e poderá enviar mensagens ao seu tutor a distância.

TUTOR PRESENCIAL - Profissional com formação na área do curso, que acompanha presencialmente, no polo de apoio presencial, o processo de ensino e aprendizagem do aluno. Atua como mediador no processo de construção do conhecimento encaminhando dúvidas, sugestões, comentários e a participação dos alunos durante as teleaulas e aulas-atividade. É também responsável pelo registro da frequência dos alunos, a aplicação das provas, e o acompanhamento das atividades de práticas pedagógicas, estágio e trabalho de conclusão do curso, sempre que houver. Suas ações devem motivar os alunos a progredir no curso, como também estimular a responsabilidade, comprometimento, disciplina e organização da sala de aula.

O COORDENADOR ACADÊMICO EAD é um profissional graduado, preferencialmente com experiência como tutor presencial de um dos cursos de graduação a distância da Anhanguera - Uniderp, com a função de representar a Universidade aos alunos, tutores presenciais, professores locais, secretários e gestores de polos. O Coordenador Acadêmico EAD atende às solicitações e necessidades manifestadas pelos alunos e tutores presenciais, reportando-as previamente a gerência acadêmica e colaborando com as soluções adotadas. Presta assessoria às atividades pedagógicas, garantindo o comprometimento dos docentes com o processo de aprendizagem dos estudantes. Supervisiona o trabalho dos tutores presenciais, inclusive verificando a pontualidade e o bom atendimento destes aos alunos. A interatividade entre os Coordenadores de Curso, docentes EaD, tutores presenciais e

tutores a distância é estimulada e realizada permanentemente e de forma integrada por meio das novas tecnologias de comunicação e informação, tanto para a capacitação dos envolvidos como para a orientação e acompanhamento das atividades a distância.

Estágio Supervisionado

O estágio obrigatório é a exteriorização do aprendizado acadêmico fora dos limites da Universidade. É o lócus onde o acadêmico confrontará os conhecimentos adquiridos ao longo do curso com a prática da futura profissão. As atividades do estágio obrigatório estão regulamentadas de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. No curso de Serviço Social observa-se ainda a Resolução CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) nº 533, de 29 de setembro de 2008. As atividades de estágio deverão ser orientadas para que os alunos atinjam alguns objetivos, tais como: analisar a realidade social e a dimensão do Serviço Social na sociedade brasileira contemporânea.

Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), quando for parte integrante do currículo dos cursos de graduação da Instituição, é uma disciplina de cumprimento obrigatório, normatizada por instrumento próprio. O TCC constitui uma atividade acadêmica de pesquisa e sistematização do conhecimento que é desenvolvida pelo aluno mediante controle, orientação e avaliação docente. Permite ao aluno, entre outras aprendizagens, revelar sua capacidade de interpretação e crítica do objeto de estudo; discutir e usar conceitos pertinentes ao quadro teórico escolhido – que deve ser relativo à futura profissão - e aprofundar conhecimentos referentes a aspectos da realidade social e/ou de âmbito profissional. No Curso de Serviço Social, o TCC está contemplado em duas disciplinas, Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II, nas 7ª e 8ª séries, respectivamente.

Fonte: dados sistematizados pela pesquisadora a partir dos levantamentos de dados coletados no site da Instituição: http://www.uniderp.br/uniderp/vw_curso.aspx?CodCurso=69

Quadro 2 - IES: Universidade Pitágoras (UNOPAR)

Site: www.unoparead.com.br

PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO

O curso de Bacharelado em Serviço Social tem por objetivo geral formar profissionais com sólidos conhecimentos teórico-práticos, capacidade de examinar, analisar e interpretar a sociedade capitalista – base estrutural da produção da “questão social” e suas expressões –, assumindo as responsabilidades pertinentes à profissão, com uma visão crítica e analítica e o compromisso com a justiça, a ética e a cidadania, capazes de colaborar ativamente para o desenvolvimento e a transformação da realidade social que estiver inserido.

Núcleo de Fundamentação

Não consta no site.

Princípios da Formação Profissional

O desenvolvimento de seu curso tem como objetivos específicos:

I. Capacitar o aluno a situar historicamente o ser social, apreendendo os elementos de continuidade e ruptura no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade capitalista; II. Dotar o aluno de formação intelectual, cultural e ética, capacitando-o para a intervenção positiva na realidade social; III. Formar profissionais comprometidos com os valores éticos, que possam contribuir e ampliar direitos sociais de usuários e comunidades; IV. Permitir ao futuro profissional aproximar-se dos elementos constitutivos do serviço social; V. Desenvolver habilidades que permitam ao aluno identificar as manifestações da “questão social” peculiares à realidade brasileira; VI. Oportunizar a compreensão da categoria trabalho como eixo central da produção e reprodução da vida social, fundamentado na formação da linguagem da consciência, da sociabilidade e da liberdade; VII. Capacitar o aluno para análise dos elementos constitutivos da realidade econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, bem como da constituição do estado e as relações estabelecidas com a sociedade civil; VIII. Fornecer conhecimentos que permitam ao aluno compreender o serviço social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho coletivo, sua institucionalização, legitimação e desenvolvimento; IX. Permitir ao aluno apropriar-se dos modos de apreensão e intervenção no real a partir do desenvolvimento de uma postura investigativa crítica; X. Garantir a interpretação do projeto ético-político profissional nas suas dimensões éticas, políticas, econômicas, social e cultural; XI. Oportunizar a análise da ação profissional no âmbito das condições e das relações sociais historicamente estabelecidas, como partícipe do trabalho coletivo, considerando os organismos

<p>empregadores, públicos e privados, os usuários, os recursos materiais – humanos e financeiros –, bem como a articulação com outros trabalhadores; XII. Fomentar, por meio das atividades de pesquisa e de extensão, as práticas de síntese teórico-analítica inseridas no processo de iniciação científica; XIII. Formar profissionais capazes de formular, desenvolver e avaliar políticas, programas e projetos sociais; e XIV. Desenvolver competências e habilidades para que o assistente social possa intervir na realidade social com as competências e habilidades apreendidas no processo de formação profissional, no contexto do projeto ético-político profissional.</p>	<p>Perfil Profissional</p> <p>O profissional estará apto a elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social ; planejar organizar e administrar benefícios e serviços sociais; realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais; prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.</p>
<p>Componentes Curriculares</p> <p>Não consta no site.</p>	<p>Matérias Básicas</p> <p>1º SEMESTRE Educação a Distância Homem, Cultura e Sociedade Responsabilidade Social e Ambiental Psicologia e Políticas Públicas Metodologia Científica Seminário Interdisciplinar I ED – Gramática</p> <p>2º SEMESTRE Ética, Política e Cidadania Sociologia Filosofia Psicologia Social</p>

Seminário Interdisciplinar II
Ed – Interpretação de Texto

3º SEMESTRE

Formação Social, Histórica e Política do Brasil
Acumulação Capitalista e Desigualdade Social
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social
Estatística e Indicadores Sociais
Seminário Interdisciplinar III
ED – Comunicação Oral e Escrita

4º SEMESTRE

Sociologia Crítica
Antropologia
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II
Ciência Política
Seminário Interdisciplinar IV
ED – Lógica Matemática

5º SEMESTRE

Comunicação na Prática do Assistente Social Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III Fundamentos das Políticas Sociais e Políticas Sociais
Administração e Planejamento em Serviço Social
Ética Profissional em Serviço Social
Estágio em Serviço Social I
Seminário Interdisciplinar V
ED – Empregabilidade

6º SEMESTRE

Pesquisa Social e Oficina de Formação
Políticas Setoriais e Políticas Setoriais Contemporâneas
Gestão Social e Análise de Políticas Sociais Instrumentalidade em Serviço Social

<p>Estágio em Serviço Social II Seminário Interdisciplinar VI ED – Educação Ambiental 7º SEMESTRE</p> <p>Serviço Social na Área da Saúde, Previdência Social e Assistência Social Serviço Social e Processo de Trabalho Direito e Legislação Trabalho de Conclusão de Curso I Estágio em Serviço Social III Seminário Interdisciplinar VII ED – Políticas Públicas</p> <p>8º SEMESTRE</p> <p>Terceiro Setor, Meio Ambiente e Sustentabilidade Movimentos Sociais Serviço Social na Educação Língua Brasileira de Sinais* (Optativa) Economia Política* (Optativa) Trabalho de Conclusão de Curso II Seminário Interdisciplinar VIII ED – Democracia, Ética e Cidadania</p>	<p>Atividades Complementares</p> <p>São atividades a serem cumpridas por você, aluno, no decorrer do curso, por meio da participação em atividades promovidas pela UNOPAR ou por outras instituições de ensino. No curso de bacharelado em Administração, a carga horária a ser cumprida pelo aluno é de 80 horas. Você tem todo o período de integralização do curso para completar as horas exigidas, mas não deixe para a última hora. Organize-se e vá realizando as atividades, aos poucos, em cada semestre. Assim, não pesará para você, que poderá acrescentar conhecimento no decorrer de seu percurso educativo. São consideradas Atividades Complementares Obrigatórias – ACO, para efeito de integralização dos currículos dos cursos de graduação, as seguintes atividades desenvolvidas pelos discentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estágio Curricular não obrigatório; • Visitas técnicas; • Monitoria acadêmica;
--	--

<ul style="list-style-type: none"> • Programas de iniciação científica, projetos de ensino, pesquisa e extensão; • Participação em cursos, seminários, simpósios, conferências, palestras e encontros; • Programas pedagógicos especiais, • Atividades desenvolvidas nos Órgãos Suplementares de vinculação dos cursos, desde que não caracterizadas como inerentes às disciplinas da graduação e cumpridas em horário não coincidente com o regular da matrícula do discente; • Disciplina(s) ou semestre(s) cumprido(s) em outros cursos da UNOPAR, na condição de aluno especial, desde que seja(m) inerente(s) ao curso e que haja concordância do Colegiado de Curso respectivo; e • Outras atividades, desde que justificadas e consideradas pelo Colegiado de Curso como de pertinência para a formação acadêmica do discente. Para o cômputo de ACO no curso, os alunos vinculados ao Sistema de Ensino Presencial Conectado – SEPC e modalidade à distância – EAD devem enviar à Coordenação do Curso o pedido e documentação comprobatória de participação em atividades para cômputo de carga horária de ACO, até o término do período letivo. O cômputo de carga horária de ACO, quando referente a uma única atividade, não pode ser superior a 50% (cinquenta por cento) da carga horária exigida curricularmente para a modalidade. O não cumprimento da carga horária prevista em Atividades Complementares Obrigatórias implica a não integralização curricular e, portanto, a não conclusão do curso e a não participação do aluno no ato de colação de grau.
<p>Duração e Organização do Curso</p> <p>O curso tem duração de 8 semestres que equivale a 4 anos, com carga horária de 2.950 horas.</p> <p>Encontros Presenciais para Teleaulas nas Terça-feira e Sexta-feira das 19:50h as 22:35h no polo de apoio presencial de sua preferência (horário de Brasília)</p> <p>As horas de atividades relativas aos conteúdos curriculares estão organizadas e distribuídas dentro dos 8 (oito) semestres de duração do curso, da seguinte forma:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Encontros presenciais do aluno nas teleaulas e aulas-atividades; 2) Webaulas e atividades web que são realizadas pelo aluno conforme programação agendada;
<p>Infra estrutura/ organização do ensino a distância/ Polos/ Bibliotecas digitais</p> <p>Ambas as metodologias oferecem material didático impresso totalmente gratuito e suas aulas e conteúdos são preparados por equipe multidisciplinar, que os organiza pedagogicamente, tornando-os interativos e didáticos.</p>
<p>Corpo Docente e Profissionais Envolvidos</p> <p>Além de você, fazem parte do Sistema de Ensino Presencial Conectado a modalidade de educação a distância ofertada pela UNOPAR e profissionais específicos, organizados em uma equipe multidisciplinar capacitados e qualificados, que promovem, acompanham e orientam você, aluno, em seu percurso. Dentre esses profissionais, destacamos os mais próximos a você.</p> <ul style="list-style-type: none"> •

Professores especialistas: docentes com formação na área do curso e em áreas afins de acordo com as disciplinas que compõem a matriz curricular, com titulação que privilegia mestres e doutores, são responsáveis por ministrar as teleaulas; selecionar, planejar e desenvolver o conteúdo das aulas; elaborar, redigir o material de apoio e da aula-atividade; acompanhar a aula-atividade e participar no planejamento, na organização e na orientação das atividades de estágio e trabalho de conclusão de curso quando houver. Você terá contato com o docente por meio das teleaulas ao vivo e das aulas-atividades, que ocorrem semanalmente no polo de apoio presencial, por meio da leitura das webaulas, nos fóruns de discussão, e por meio do Sistema de Mensagens, disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem “Colaborar”, em que você irá realizar as atividades previstas em seu curso.

- Tutor a distância: profissional com formação na área do curso, que acompanha o processo de ensino e aprendizagem do aluno como mediador e responsável pela aproximação e articulação entre os alunos, tutores presenciais e professores especialistas. Desempenha papel importante no atendimento ao aluno, acompanhando o processo de construção da aprendizagem, em conjunto com o docente. Esse tutor tem como função orientar os alunos, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem “Colaborar”, na realização das atividades, prestando esclarecimentos das dúvidas e procedimentos, orientando os estudos e buscando dirimir as dúvidas que possam surgir. Você terá contato com seu tutor a distância, no Ambiente Virtual de Aprendizagem, na Sala do Tutor, espaço no qual ele estará à disposição para orientá-lo e responder a suas dúvidas. Além disso, pelo Sistema de Mensagens você receberá e poderá enviar mensagens ao seu tutor a distância. A mediação pedagógica a distância também pode ser realizada por um professor, que, além de acompanhá-lo em seu processo de ensino e aprendizagem, poderá desenvolver as atividades de pesquisa e extensão previstas pela coordenação em seu curso.

• Tutor presencial: profissional com formação na área do curso, que atua como mediador, acompanhando dúvidas, sugestões, comentários e a participação dos alunos durante as teleaulas e aulas-atividades. É também responsável pelo registro da frequência dos alunos, aplicação das provas e acompanhamento das atividades de práticas Guia de Percursos - 11 pedagógicas, estágio e trabalho de conclusão de curso, sempre que houver. Suas ações devem motivar os alunos a progredir no curso, como também estimular a responsabilidade, comprometimento, disciplina e organização da sala de aula. O tutor presencial também participa dos fóruns das disciplinas junto com os docentes responsáveis pelas disciplinas, professores que realizam a mediação a distância, tutores a distância e alunos.

Estágio Supervisionado

O Estágio Curricular obrigatório do curso tem carga horária total de 450 que deve ser realizada em 3 semestres, intitulado Estágio em Serviço Social I, II e III. O estágio inicia-se a partir do 5º semestre, com carga horária de 150 horas semestrais, realizadas individualmente pelo aluno. O Estágio em Serviço Social I do curso de graduação em Serviço Social corresponde ao início do contato de aluno estagiário ao campo/espaço socioinstitucional de estágio, consequentemente espaço de intervenção do profissional assistente social. Esse espaço se constrói voltado para o conhecimento das expressões da questão social, que constituem o objeto de intervenção profissional e da realidade socioinstitucional ou territorial. Essa primeira etapa do estágio

permitirá ao aluno identificar, compreender e ir se familiarizando com o cotidiano do processo de trabalho do assistente social, composto pelo conhecimento geral e particular da realidade social específica, através da observação da atuação do profissional de campo. Nesse semestre, o estágio é compreendido como eixo de estudo da realidade que engloba aspectos conhecimentos da população da instituição e do serviço social permEaDo pela supervisão de campo e pela orientação acadêmica realizada por assistentes sociais no pleno exercício de suas atividades profissionais. É esperado que, a partir do plano de estágio construído conjuntamente pelo aluno, supervisor de campo e pelo orientador acadêmico, o aluno se aproprie de conhecimentos preliminares através de sistemática coleta de dados, elaboração de relatórios com vista à elaboração e caracterização do âmbito socioinstitucional através da observação e acompanhamento da intervenção profissional. No 6º semestre do curso de graduação em Serviço Social, será realizado o estágio em Serviço Social II, dando continuidade às proposições do plano de estágio realizado no campo/espço socioinstitucional de estágio, consequentemente espaço de ação do profissional assistente social. Partindo da experiência da investigação e dos conhecimentos acerca da realidade socioinstitucional acumulados na etapa anterior, o aluno exercitará a elaboração de proposta de ação profissional. O projeto de ação consiste em um planejamento sistemático e metodológico das ações. Dessa forma, busca-se levar o aluno a realizar uma leitura crítica da realidade socioinstitucional, refletir e propor ações que tragam modificações objetivas e subjetivas na realidade dos sujeitos sócio-históricos. O planejamento da ação possibilitará, através do processo formativo, que os alunos sejam levados a se reportarem ao projeto ético-político e ao referencial teórico-metodológico da profissão. O 7º semestre, intitulado estágio em Serviço Social III, deverá contemplar experiência prática de Estágio em campo, ou seja, na execução da ação direcionada pelo conteúdo do plano de estágio, pelo projeto de ação proposto, devendo estar articulado com a população-alvo das ações. A execução da ação visa levar o aluno estagiário a construir conhecimentos acerca das singularidades do trabalho do serviço social, relacionando-o com a totalidade da realidade social, bem como a desenvolver reflexão teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política

Trabalho de Conclusão de Curso

A elaboração do TCC tem como finalidade envolver o aluno na iniciação científica, com uma reflexão temática que possa unir os saberes do aluno às contribuições da ciência e às vivências realizadas durante o curso. A meta desse trabalho é contribuir com o pensamento acadêmico e a realidade estudada. No curso de graduação em Serviço Social, o TCC é condição para que o aluno receba o diploma de conclusão de curso emitido pela UNOPAR. Nesse sentido, o trabalho elaborado é avaliado por um tutor a distância, que revisa e sugere mudanças durante a elaboração, assim como atribui um conceito de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos, observando os prazos para entrega do TCC. O tutor eletrônico é orientado por um professor especializado.

Fonte: dados sistematizados pela pesquisadora a partir dos levantamentos de dados coletados no site da Instituição: <https://vestibular.unoparEaD.com.br/curso/45/SERVICO-social>

Quadro 3 - IES: Universidade Paulista (UNIP)

Site: www.unip.br

Princípios Norteadores dos Cursos

O curso de Serviço Social tem por finalidade formar assistentes sociais competentes e comprometidos com o planejamento, a implementação, a coordenação e a avaliação de políticas e projetos sociais junto a indivíduos, grupos, comunidades e instituições. Como profissional indispensável ao atendimento dos grandes desafios da atualidade brasileira, a formação do assistente social implica a compreensão crítica dos problemas sociais e suas relações com movimentos e demandas populares. Além dessa compreensão, ao assistente social cabe o domínio de um conjunto de teorias, métodos e procedimentos ético políticos e metodológicos para ação nos processos sociais.

Núcleo de Fundamentação

Observação: O detalhamento do PPC está à disposição nas bibliotecas e no Setor de atendimento.

Princípios da Formação Profissional

Não consta no site.

Perfil Profissional

Não consta no site.

Componentes Curriculares

Não consta no site.

Matérias Básicas

Antropologia e Cultura Brasileira
Atividade Complementar
Atividades Práticas Supervisionadas
Ciências Sociais
Comunicação e Expressão
Consultoria em Serviço Social
Direito Constitucional
Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso
Direitos Humanos (Optativa)
Educação Ambiental (Optativa)
Educação Inclusiva
Elaboração de Projetos de Pesquisa
Estágio Curricular
Estatística
Estudos Disciplinares
Ética Profissional
Formação Sócio Histórica do Brasil
Fundamentos da Gestão Social
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social
História do Pensamento Filosófico
Homem e Sociedade
Interpretação e Produção de Textos
Legislação Social e Previdência
Língua Brasileira de Sinais (Optativa)
Metodologia do Trabalho Acadêmico
Métodos de Pesquisa
Monitoramento, Avaliação e Instrumentalidade em Serviço Social
Movimentos Sociais Contemporâneos
Observação Orientada
Perspectivas Profissionais em Serviço Social
Planejamento Social e Controle Social
Política Social no Brasil

<p>Princípios Gerais da Economia</p> <p>Projetos de Pesquisa em Contextos Específicos</p> <p>Projetos Sociais no Terceiro Setor</p> <p>Psicologia dos Grupos e Subjetividade</p> <p>Relações Étnico-Raciais no Brasil</p> <p>Serviço Social e a Questão Social</p> <p>Serviço Social e Realidade Regional</p> <p>Serviço Social em Equipe Multidisciplinar</p> <p>Serviço Social Integrado</p> <p>Serviço Social Interdisciplinar</p> <p>Serviço Social: Surgimento e Institucionalização no Brasil</p> <p>Supervisão de Formação Profissional</p> <p>Supervisão de Intervenção Profissional</p> <p>Supervisão de Estágio Acadêmico</p> <p>Teoria Geral do Serviço Social</p> <p>Teoria Política</p> <p>Tópicos de Atuação Profissional-Serviço Social</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso</p> <p>Trabalho de Pesquisa em Serviço Social</p> <p>Atividades Complementares</p> <p>Não consta no site.</p> <p>Duração e Organização do Curso</p> <p>3 anos e meio equivale a 7 semestres com carga horária total de 3.040 horas</p> <p>Infra estrutura/ organização do ensino a distância/ Polos/ Bibliotecas digitais</p> <p>Não consta no site.</p> <p>Corpo Docente e Profissionais Envolvidos</p> <p>Não consta no site.</p>
--

Estágio Supervisionado

Estágio Obrigatório O Estágio Obrigatório é aquele previsto no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma. Importante: A assinatura do Termo de Compromisso de Estágio – TCE e Plano de Atividades de Estágio, pela Coordenação de Estágios, será feita em até 15 (quinze) dias úteis após a sua entrega no campus em que o aluno estiver regularmente matriculado. Esse período é necessário para a análise da documentação.

Trabalho de Conclusão de Curso

Não consta no site.

Fonte: dados sistematizados pela pesquisadora a partir dos levantamentos de dados coletados no site da Instituição:
https://www.unip.br/EaD/ensino/graduacao/SERVIÇO_social

Quadro 4 - IES: Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)

Site: www.ulbra.br

Princípios Norteadores dos Cursos
Não consta no site.
Núcleo de Fundamentação
Não consta no site.
Princípios da Formação Profissional
O curso forma profissionais capazes de responder as demandas sociais através de práticas competentes, da capacidade de produzir conhecimentos e propor alternativas para a realidade social, junto as organizações públicas, privadas e de terceiro setor. o profissional pode atuar, também, como profissional liberal em diferentes áreas de assessoria e consultoria.
Perfil Profissional
Não consta no site.
Componentes Curriculares
Não consta no site.
Matérias Básicas
ATIVIDADES COMPLEMENTARES INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL FILOSOFIA SOCIAL SOCIEDADE E CONTEMPORANEIDADE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CULTURA RELIGIOSA INSTRUMENTALIZAÇÃO CIENTÍFICA FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I

FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL FUNDAMENTOS DA VIDA SOCIAL
ÉTICA PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II
QUESTÃO SOCIAL
FUNDAMENTOS DE CIÊNCIA POLITICA FUNDAMENTOS DA ECONOMIA DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL
PROCESSO DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL POLITICA SOCIAL I
GESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL
FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS CONTEMPORÂNEOS I
PSICOLOGIA SOCIAL
FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS CONTEMPORÂNEOS II
COMPETÊNCIA TÉCNICO-OPERATIVA EM SERVIÇO SOCIAL I
POLITICA SOCIAL II
PRATICAS INTERVENTIVAS SUPERVISIONADAS PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL I
PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL II
COMPETÊNCIA TÉCNICO-OPERATIVA EM SERVIÇO SOCIAL II
POLITICAS SOCIAIS ESPECIFICAS
ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL I
ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL II
GESTÃO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL LABORATÓRIO DE PRODUÇÃO CIENTIFICA EM SERVIÇO SOCIAL
OPTATIVA I
MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA ESTUDOS DAS RELAÇÕES ÉTNICAS AFRO BRASILEIRAS E
INDÍGENAS
DIREITOS HUMANOS
SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO
SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE
SERVIÇO SOCIAL E VIOLÊNCIA
SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIAS
SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO
DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE
OPTATIVA II
MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA ESTUDOS DAS RELAÇÕES ÉTNICAS AFRO BRASILEIRAS E
INDÍGENAS

<p>LIBRAS DIREITOS HUMANOS SERVIÇO SOCIAL E GERONTOLOGIA SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO URBANA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</p>	<p>Atividades Complementares</p> <p>Não consta no site.</p>	<p>Duração e Organização do Curso</p> <p>Duração 8 semestres 4 anos com carga horaria Total de 3.000 horas. A metodologia de ensino reúne atividades e avaliações à distância e presenciais, além da disponibilização de recursos adicionais de interação como livros-textos de Bibliotecas virtuais e videoaulas exclusivas. Através da ferramenta NetAula, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) próprio da Ulbra, alunos e docentes interagem entre si e constroem juntos os caminhos da capacitação profissional. Dentro da plataforma, você recebe atividades e materiais de apoio, além de acompanhar datas e informações do Calendário Acadêmico EAD. Participe de fóruns e realize avaliações em salas virtuais criadas para cada disciplina do seu curso. Tire dúvidas com um Tutor Virtual e aproxime-se ainda mais de colegas e professores. Mesmo com tanta praticidade tecnológica, o contato pessoal ainda é fundamental para educar jovens e adultos. Por isso, a Ulbra conta com uma série de polos credenciados, onde equipes de orientadores acompanham e ajudam a aplicar provas e trabalhos presenciais.</p>	<p>Infra estrutura/ organização do ensino a distância/ Polos/ Bibliotecas digitais</p> <p>Infraestrutura</p> <p>O aluno da EAD fica vinculado a um polo credenciado, que oferece o apoio administrativo e logístico para o aluno, além de servir como referência para as atividades de estudo dos grupos de alunos. As Instalações físicas dos polos compreendem salas de orientação, sala de atendimento aos alunos em serviços de secretaria e coordenação de polo. Possuem recursos computacionais, de áudio, de vídeo e biblioteca, atendendo as necessidades dos alunos, orientadores presenciais e coordenação de polo.</p>	<p>Corpo Docente e Profissionais Envolvidos</p> <p>Coordenação do Curso - Ana Patrícia Barbosa</p>
---	--	--	--	---

Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (2007). Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade FEEVALE. Mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade FEEVALE (2013). Especialista em Intervenção Familiar e Comunitária no Âmbito das Políticas Sociais pela Universidade Luterana do Brasil (2009) e Especialista em Terapias Individual, Familiar e de Casal - abordagem sistêmico-integrativa. Como pesquisadora desenvolve projetos relacionados a temática da infância e juventude.

Coordenação Adjunta - Michelle Bertoglio Cios

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (2005) e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010). Atualmente é professora no Centro Universitário Metodista e professora adjunta na Universidade Luterana do Brasil. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: gerontologia social, serviço social, políticas públicas e educação a distância.

Núcleo Docente Estruturante - Ana Patrícia Barbosa

Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (2007). Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade FEEVALE. Mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade FEEVALE (2013). Especialista em Intervenção Familiar e Comunitária no Âmbito das Políticas Sociais pela Universidade Luterana do Brasil (2009) e Especialista em Terapias Individual, Familiar e de Casal - abordagem sistêmico-integrativa. Como pesquisadora desenvolve projetos relacionados a temática da infância e juventude.

Arno Vorpapel Scheunemann

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (1994), graduado em Teologia - Seminário Concórdia (1988), integralizado nas Faculdades EST em 2012, doutor em Teologia pela Escola Superior de Teologia (2000). Atualmente é professor de graduação e pós-graduação na Universidade Luterana do Brasil, onde coordena o curso de Serviço Social EAD. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase na Docência de Pesquisa em SS, Processo de Trabalho no SS, Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do SS, Estratégias Metodológicas em SS, Recursos Tecnológicos em SS, Redes, Filosofia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: redes, fortalecimento, complexidade, violência, família, aconselhamento libertador, promoção da saúde e educação à distância.

Ivone Rheinheimer

Assistente Social Graduada pela Universidade Luterana do Brasil, Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do RGS, na temática da Responsabilidade Social Empresarial. Coordenadora e Professora de Graduação e Especialização do Curso de Serviço Social da Universidade Luterana do Brasil em Canoas. Coordenadora do Curso de Serviço Social da Universidade Luterana do Brasil em Gravataí. Professora Convidada da FGV Management - MBA em Marketing - Especialização em Gestão de Marcas e Responsabilidade Social. Assistente Social, possui formação em Dinâmica dos Grupos pela SBDG - Sociedade Brasileira de Dinâmica dos Grupos, Consultora em Gestão Social atua na Temática de Aspectos legais das Organizações da Sociedade Civil, Elaboração de Projetos Sociais, Captação de Recursos, Sensibilização para Voluntariado, Treinamento e Desenvolvimento Humano no Primeiro Segundo e Terceiro Setor.

Maria Suzete Müller Lopes

Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul(1980), especialização em Metodologia do Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul(1985) e mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul(2006). Atualmente é ASSISTENTE SOCIAL do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1ª Secretária do CRESS 10ª Região do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e professor titular da Universidade Luterana do Brasil. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Fundamentos do Serviço Social.

Michelle Bertógllo Cios

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (2005) e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010). Atualmente é professora no Centro Universitário Metodista e professora adjunta na Universidade Luterana do Brasil. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: gerontologia social, serviço social, políticas públicas e educação a distância.

Ruthe Corrêa da Costa

Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1994). Especialização em Gerontologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1996) Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1998) e Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005). Atualmente é professor titular da Universidade Luterana do Brasil. Tem experiência na área de Serviço

Social, com ênfase em Serviço Social do Trabalho e Gerontologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: envelhecimento humano, direitos, cotidiano, família, criança e assistência social. Graduanda do Curso de Direito na Universidade Luterana do Brasil Campus Canoas RS, previsão de formatura 2014/1.

Estágio Supervisionado

Não consta no site.

Trabalho de Conclusão de Curso

Não consta no site.

Fonte: Dados sistematizados pela pesquisadora a partir dos levantamentos de dados coletados no site da Instituição:
<http://www.ulbra.br/EaD/graduacao/EaD/SERVIÇO-social/bacharelado>

Quadro 5 - IES: Centro Universitário Planalto Leonardo da Vinci (UNIASSELVI)

Site: portal.uniassearvi.com.br

Princípios Norteadores dos Cursos
No curso a distância de Serviço Social - EAD visa formar profissionais capacitados para atuar na elaboração, implementação, execução, gestão, planejamento e avaliação de políticas sociais visando o fortalecimento de indivíduos e grupos sociais e o desenvolvimento social. A graduação EAD em Serviço Social forma um profissional com habilidades para atuar na prestação de consultoria e assessoria em instituições governamentais e não governamentais visando a defesa da cidadania, equidade e justiça social. Entre os diferenciais do curso está a flexibilidade oferecida pela modalidade a distância. No curso EAD, o aluno poderá contar com estudos online e encontros presenciais uma vez por semana. Além disso, a graduação possui professores e tutores capacitados e matriz curricular atualizada.
Núcleo de Fundamentação
Não consta no site.
Princípios da Formação Profissional
A graduação em Serviço Social, na modalidade EAD, possibilita a atuação em organizações públicas, privadas, não governamentais e nos movimentos sociais, através de contratação direta ou através de assessoria e consultoria. O profissional, ao cursar Serviços Sociais, poderá atuar como assistente social para a gestão de planos, programas e projetos sociais.
Perfil Profissional
Não consta no site.
Componentes Curriculares
Não consta no site.

Matérias Básicas

1º Semestre

- Perspectivas Profissionais
- Multiculturalismo
- Filosofia
- Sociologia
- Direitos Humanos e Cidadania

2º Semestre

- Metodologia Científica
- Formação Social, Histórica e Política do Brasil
- Antropologia Social e Cultural
- Economia Política
- Seminário Interdisciplinar: Introdução à Pesquisa

3º Semestre

- Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social
- O Serviço Social no Capitalismo
- Questão Social e Serviço Social
- Trabalho e Contemporaneidade
- Seminário Interdisciplinar: Reconhecimento dos Espaços de Atuação do Assistente Social

4º Semestre

- Ética Profissional em Serviço Social
- Instrumentos e Processo de Trabalho do Serviço Social
- Planejamento e Administração em Serviço Social
- Ciência Política
- Seminário Interdisciplinar: Gestão, Dimensões e Aplicabilidade Técnico-operativa

5º Semestre

- Estágio em Serviço Social I

<ul style="list-style-type: none"> - Estatística e Indicadores Sociais - Ações, Dimensões e Aplicabilidade do Instrumental Técnico-operativo do Serviço Social - Movimentos Sociais - Psicologia Social <p>6º Semestre</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estágio em Serviço Social II - Políticas Sociais da Assistência Social - Políticas Sociais da Saúde e Previdência Social - Pesquisa em Serviço Social - Políticas Sociais - Família, Criança, Adolescente, Idoso e Pessoa com Deficiência <p>7º Semestre</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estágio em Serviço Social III - Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso - Optativa - Assessoria e Consultoria nas Instituições e Projetos Sociais - Políticas Sociais em Habitação <p>8º Semestre</p> <ul style="list-style-type: none"> - Trabalho de Conclusão de Curso - Terceiro Setor, Responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável - Políticas Sociais em Educação - Legislação e Prática Trabalhista <p>Atividades Complementares</p> <p>Não consta no site.</p> <p>Duração e Organização do Curso</p> <p>O curso tem duração de 8 semestres que equivale a 4 anos. Com carga horária de 3.080 horas.</p>
--

Infraestrutura/ organização do ensino a distância/ Polos/ Bibliotecas digitais

O material didático é enviado para as turmas sem custo adicional. Sempre será entregue no primeiro encontro da disciplina. O material disponibilizado ao aluno é o seguinte:

- Manual do acadêmico que é entregue no início do curso.
- Documento com todas as orientações acadêmicas, administrativas e financeiras.
- Caderno de Estudos que é entregue no início da disciplina. Para cada disciplina do curso é entregue um Caderno de Estudos.

Todo esse material não tem nenhum custo adicional. Esse material é enviado pela UNIASSELVI ao tutor externo que irá entregar aos alunos.

Além desses materiais, é claro, o tutor externo recebe um manual de orientações pedagógicas no início de cada módulo. Os materiais de estudos, avaliações, requerimentos e outras documentações necessárias são enviados para a UNIASSELVI através do tutor. O tutor externo irá receber um cartão de postagem que dá direito de enviar os materiais sem desembolso nenhum.

Corpo Docente e Profissionais Envolvidos

Não consta no site.

Estágio Supervisionado

É aquele que faz parte da carga horária do curso e que o acadêmico precisa cumprir para se formar.

Todas as informações e documentos relacionados a estágio obrigatório estão disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, na trilha de aprendizagem

Trabalho de Conclusão de Curso

Não consta no site.

Fonte: Dados sistematizados pela pesquisadora a partir dos levantamentos de dados coletados no site da Instituição: <https://portal.uniasselvi.com.br/graduacao/go/goiania/cursos/SERVIÇO-social-bacharelado/EaD>

Quadro 6 – IES: Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN)

Site: portal.unigranet.com.br

Princípios Norteadores dos Cursos
O curso de Serviço Social tem o compromisso de formar assistentes sociais comprometidos com o processo de construção de uma nova ordem societária, atuando de maneira qualificada e eficiente, visando a efetivação dos direitos sociais. Na Unigran Net, a graduação foi aberta em 2008 e a profissão está regulamentada conforme Lei 8.662/93.
Núcleo de Fundamentação
Não consta no site.
Princípios da Formação Profissional
Formar assistentes sociais que tenham uma visão humanista crítica e reflexiva da sociedade, que compreendam as relações socioeconômicas, políticas e culturais e que sejam aptos a desenvolver projetos que subsidiem as políticas públicas, com vistas a provocar a transformação social.
Perfil Profissional
Não consta no site.
Componentes Curriculares
Não consta no site.

Matérias Básicas

Disciplinas 1º Semestre:

Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia)

Filosofia

Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I

Introdução ao Serviço Social

Linguagem e Argumentação

Disciplinas 2º Semestre:

Direito e Legislação Social

Formação Sócio-Histórica do Brasil

Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II

Metodologia Científica Aplicada ao Serviço Social

Teoria Política

Disciplinas 3º Semestre

Economia Política Aplicada ao Serviço Social Ética Geral e Profissional

Política Social Brasileira

Psicologia Social Trabalho, Sociabilidade e Questão Social

Disciplinas 4º Semestre

Instrumentalidade do Serviço Social

Planejamento em Serviço Social

Política da Criança e do Adolescente

Política Setorial da Assistência Social

Política Setorial de Previdência Social

Disciplinas 5º Semestre

Estágio Supervisionado em Serviço Social I

Gestão em Serviço Social

Pesquisa Social I

Política Setorial da Saúde do Idoso

<p>Serviço Social e Família</p> <p>Disciplinas 6º Semestre</p> <p>Estágio Supervisionado em Serviço Social II Pesquisa Social II</p> <p>Processo de Trabalho em Empresa</p> <p>Processo de Trabalho: Abordagem Individual e Coletiva</p> <p>Processo de Trabalho: Abordagem Institucional</p> <p>Disciplinas 7º Semestre</p> <p>Classes e Movimentos Sociais</p> <p>Estágio Supervisionado em Serviço Social III</p> <p>Processos de Trabalho na Educação</p> <p>Questão Urbana Rural e Meio Ambiente</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso I</p> <p>Disciplinas 8º Semestre</p> <p>Atividades Complementares</p> <p>Direitos Humanos Gênero, Raça e Etnia no Brasil</p> <p>Indicadores Sociais no Serviço Social</p> <p>Tópicos Especiais em Serviço Social</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso II</p> <p>Atividades Complementares</p> <p>Não consta no site.</p> <p>Duração e Organização do Curso</p> <p>O curso tem duração de 8 semestres que equivale a 4 anos. Com carga horária de duração de 3.080 horas</p> <p>Infra estrutura/ organização do ensino a distância/ Polos/ Bibliotecas digitais</p> <p>Art.12- As aulas são disponibilizadas sob duas formas, a primeira pela internet no ambiente de aprendizagem denominado “UNIGRANet”. O aluno pode copiar em seu computador a versão dessas aulas em PDF, e a segunda, por material impresso,</p>

denominado “Guia de Estudos”. § 1º Para receber o material impresso o aluno deve efetivar sua matrícula em todas as disciplinas do período, até 10 dias antes da data marcada para o início das aulas. § 2º Alunos que tenham solicitado aproveitamento de estudos terão apenas o material online no Ambiente Virtual de Aprendizagem para seus estudos e não o material impresso. Art. 13- Além da linguagem escrita, com o propósito de potencializar a aquisição da aprendizagem, disponibiliza-se dentro do ambiente de aprendizagem, vídeoaula gravadas pelos professores, com conteúdos abordados ao longo do curso. Esses vídeos servem como reforço das web aulas a fim possibilitar maior aprendizagem aos alunos. Art. 14- O ambiente colaborativo de aprendizagem também procura incentivar interesses comuns entre o grupo, relacionados com a vida dos participantes utilizando modalidades sincrônicas como: chats, fórum de discussões, MSN, mural, portfólio, e-mail, telefones, para promover a interação em tempo real entre docentes e alunos.

Art. 15- Nos cursos em EAD da UNIGRAN a plataforma atende aos alunos com as seguintes ferramentas: Sala Virtual – É o ambiente virtual em que o aluno tem as seguintes opções: Webaula, Portfólios, Fóruns e Atividades. OWebaula - Espaço disponibilizado ao aluno com o conteúdo da disciplina, em formato digital também disponibilizado em PDF, para download. o Portfólios - Ferramenta utilizada pelos alunos para o envio das atividades, disponibilizadas para as devidas correções. O acadêmico também acompanha e visualização as correções e considerações feitas pelo professor. O Fórum - É um recurso utilizado para a realização de discussões e debates que pode ser utilizado pelos alunos para expor ideias e opiniões. As Atividades - Neste espaço o aluno visualiza as atividades propostas pelo professor referentes à disciplina, assim como o prazo máximo de entrega de cada atividade e o valor de cada atividade.

Corpo Docente e Profissionais Envolvidos

Não consta no site.

Estágio Supervisionado

Não consta no site.

Trabalho de Conclusão de Curso

Não consta no site.

Fonte: Dados sistematizados pela pesquisadora a partir dos levantamentos de dados coletados no site da Instituição:
<https://portal.unigranet.com.br/?pgn=curso&acao=ler&id=84>

QUADRO 7- IES: Universidade Estácio de Sá (UNESA)

Site: portal.estacio.br

Princípios Norteadores dos Cursos
Não consta no site.
Núcleo de Fundamentação
Não consta no site.
Princípios da Formação Profissional
Com esse bacharelado, o aluno passa a compreender a realidade social e ter ferramentas para ser capaz de estabelecer políticas públicas para soluções de problemas. As aulas são ministradas por professores com inserção no mercado de trabalho e são realizadas atividades práticas nos laboratórios destinados ao curso.
Perfil Profissional
O curso oferece formação que permite ao profissional atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais, além de oferecer uma formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.
Componentes Curriculares
Não consta no site.

Matérias Básicas

1º SEMESTRE
FUNDAMENTOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
INTRODUÇÃO A QUESTÃO SOCIAL
INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL
LÍNGUA PORTUGUESA
PLANEJAMENTO DE CARREIRA E SUCESSO PROFISSIONAL

2º SEMESTRE
ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E QUESTÃO SOCIAL
ANTROPOLOGIA CULTURAL
ECONOMIA POLÍTICA
FILOSOFIA E ÉTICA
FUNDAMENTOS HIST. TEÓ. MET. DO SERVIÇO SOCIAL I
METODOLOGIA CIENTÍFICA

3º PERÍODO
FILOSOFIA DA CIÊNCIA
FUND. HIST. TEOR. METOD. DO SERVIÇO SOCIAL II
PENSAMENTO POLÍTICO
POLÍTICA SOCIAL I
PRODUÇÃO TEXTUAL I
PSICOLOGIA SOCIAL I

4º SEMESTRE
ÉTICA PROFISSIONAL
FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E POLÍT. DA SOCIEDADE BRASILEIRA
FUND. HIST. TEÓRICO MET. DO SERVIÇO SOCIAL III
LEGISLAÇÃO SOCIAL I
ORIENTAÇÕES PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL
PROCESSO DE TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL I

5º SEMESTRE
ELETIVA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO SERVIÇO SOCIAL I
LEGISLAÇÃO SOCIAL II
PESQUISA EM SERV. SOCIAL I
POLÍTICA SOCIAL II

6º SEMESTRE
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO SERV. SOCIAL II
PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL II
PROCESSO DE TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL II
PSICOLOGIA SOCIAL II
SEMINÁRIO EM SERVIÇO SOCIAL

7º PERÍODO

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO SERVIÇO SOCIAL III
ESTATÍSTICA BÁSICA
PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL III
SEMINÁRIOS INTEGRADOS EM SERVIÇO SOCIAL

8º PERÍODO
ELETIVA
TÓPICOS ESPECIAIS EM SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Atividades Complementares

Têm como objetivo qualificar você, nosso aluno, a desenvolver de forma complementar competências bastante procuradas pelo mercado, tais como: perfil empreendedor, liderança, autoconhecimento, perseverança e habilidade em lidar com obstáculos, mudanças e transformações. Verifique ao final da Estrutura Curricular se existe um número de horas obrigatórias a serem compostas por Atividades acadêmicas complementares.

Duração e Organização do Curso

4 anos equivalente a 8 semestres. Duração da carga horária de 3.020 horas.

Infra estrutura/ organização do ensino a distância/ Polos/ Bibliotecas digitais

De acordo com o Instrumento de Avaliação para o Credenciamento de Polo de Apoio Presencial para o Ensino à Distância disponibilizado pelo MEC/Inep, o polo deve disponibilizar a seguinte infraestrutura mínima para o seu funcionamento:

- Coordenação de Polo EAD
- Sala de Atendimento para Tutoria;
- Secretaria do Aluno;
- Auditório ou Sala de Aula / Conferência;
- Laboratório de Informática;
- Biblioteca;
- Espaço de Convivência;
- Sistemas/Softwares específicos;
- Sinalização das áreas comuns;

Conforme definido pelo Ministério da Educação, o tutor presencial:

Atende os estudantes no polo, especialmente no desenvolvimento das atividades acadêmicas, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas pedagógicas, notadamente quanto ao uso das tecnologias de comunicação e informação disponíveis. Auxilia nos momentos presenciais obrigatórios, tais como avaliações, atividades coletivas ou individuais, dentre outras. Deve ser capacitado para lidar com as especificidades da Educação a Distância em sintonia com o projeto pedagógico do curso, do material

didático e do conteúdo específico das disciplinas

O Material didático das disciplinas pode ser acessado através da Sala de Aula Virtual. Você tem duas opções para acessar o Material didático das disciplinas. Através do ambiente da disciplina, na opção “Acessar Livro didático”. Através do Item “ACERVO” direto na sala de aula virtual.

Aula Teletransmitida

Essas aulas são transmitidas via satélite, uma vez por semana, conforme o curso. São ministradas por professores, em sua maioria, mestres e doutores. O aluno vai ao polo para assistir à transmissão dessas aulas, podendo tirar dúvidas. Orientado pelo tutor presencial, o aluno deve participar das atividades e dinâmicas propostas pelo docente.

Corpo Docente e Profissionais Envolvidos

Não consta no site.

Estágio Supervisionado

Estágio Supervisionado em Serviço Social Quando inicia o Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social? Ao ser inscrito nas Disciplinas de Prática Supervisionada I,II, III ou Estágio Supervisionado I,II, III. Como devo encontrar o Estágio Supervisionado Obrigatório? O aluno poderá tomar a iniciativa de procurar um campo de estágio ou contar com o auxílio do Tutor Presencial. Nos casos específicos e impossibilidades, poderá comunicar a Coordenação de Estágio, por meio do e-mail estágio.SERVIÇOsocial.EaD@estacio.br Quais as condições para que um Campo de estágio seja válido? A instituição deve contar com um Assistente Social em seu quadro funcional, com vínculo empregatício e registro ativo no CRESS;A instituição deve atender às orientações da Resolução CFESS 493 de 2006.● Qual a documentação necessária para início do estágio? A documentação necessária: 3 vias do Termo de Compromisso, assinadas e carimbadas, contendo número da apólice de seguro e Carta de Aceitação, assinada e carimbada, pelo Assistente Social, que será o Supervisor de Campo. Qual a documentação necessária para validação do estágio supervisionado? Plano de Estágio, Fichas de Acompanhamento Mensal comprovando realização de 154h em cada período de estágio, Avaliação Final do Supervisor de campo, assinada e carimbada pelo supervisor de campo. Qual a documentação necessária para avaliação nas disciplinas de Prática Supervisionada e Estágio Supervisionado? Participação nos fóruns A ou B e C ou D valendo até 2 pontos e Relatório final de estágio tematizado por período de estágio valendo até 8 pontos, além dos documentos mencionados no item 5.

Trabalho de Conclusão de Curso

É um componente curricular obrigatório ao final dos bacharelados e licenciaturas, como forma de efetuar uma avaliação final dos graduandos, que contemple a diversidade dos aspectos de sua formação. O TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) pode ser uma monografia, um artigo científico, um projeto, dependendo do projeto pedagógico de cada curso. Alguns cursos da Graduação Tecnológica possuem obrigatoriedade de TCC, portanto o aluno deve consultar o projeto pedagógico de seu curso.

Fonte: Dados sistematizados pela pesquisadora a partir dos levantamentos de dados coletados no site da Instituição: <http://portal.estacio.br/graduacao/servi%C3%A7o-social>

Quadro 8 - IES: Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Site: conteúdo.online.universo.edu.br

Princípios Norteadores dos Cursos
Não consta no site.
Núcleo de Fundamentação
Não consta no site.
Princípios da Formação Profissional
O curso de graduação em Serviço Social tem o objetivo de: democratizar o acesso e capacitar permanente a formação cidadã e profissional do indivíduo, despertando-o para o desenvolvimento de atitudes éticas de aprendizado crítico e propositivo; entender que o ambiente social é elemento constitutivo da “questão social”, devido às relações de exploração e de degradação tanto do meio natural, quanto do meio construído que o configuram na atualidade; qualificar o indivíduo como profissional com vistas a garantir o acesso de seus usuários a melhores condições de vida, e o desenvolvimento de uma ética ambiental e social; formar novos profissionais para intervenção no enfrentamento da questão social, fato este de alta complexidade e que exige conhecimentos transdisciplinares nas diferentes regiões brasileiras.
Perfil Profissional
Não consta no site.
Componentes Curriculares
Não consta no site.

Matérias Básicas

Introdução ao Serviço Social
Seminário Temático
História do Serviço Social
Filosofia e Lógica
Metodologia da Pesquisa
Psicologia Social
Língua Portuguesa
Antropologia Cultural
Direito e Legislação Social
Estatística
Construção das Identidades
Seminário Temático II
Fundamentos da Economia
Cultura Brasileira
O Imaginário: linguagem e construção textual
Formação Sócio-Histórica do Brasil
Seminário Temático III
Instrumentalidade e Serviço Social
Conflitos Étnicos, Culturais e Territoriais
Fund. Hist. Teóricos e Met. Do Serv. Social
Organização Econômica do Espaço Mundial
Ética Profissional e Serviço Social
Estudos sobre Políticas Sociais Brasileiras
Redes Sociais
Seminário Temático IV
Proteção Social e Seguridade
Estado e Classes Sociais
Intervenções Profissionais Contemporâneas
Relações de Gênero, Grupos Sociais e Relações de Convívio
Planejamento e Administração em Serviço Social

<p>Violência, Direitos Humanos e Serviço Social Oficina Temática I Estágio Supervisionado I Serviço Social Contemporâneo Planejamento e Administração em Serviço Social II Gestão de Programas Internacional e Multilateral Orientação e Treinamento Profissional Fundamentos da Neurociência para o Serviço Social Oficina Temática II Estágio Supervisionado II Gestão de Políticas Sociais em Empresas Gestão de Políticas Sociais Captação de Recursos para Projetos Proj. de Prod. Científica em Serviço Social Estágio Supervisionado III Trabalho de Conclusão de Curso Oficina Temática III Estágio Supervisionado IV</p>
<p>Atividades Complementares</p> <p>Não consta no site.</p>
<p>Duração e Organização do Curso</p> <p>O curso tem duração de 8 semestres que equivale a 4 anos. Carga horária Total: 3.090 horas</p>
<p>Infra estrutura/ organização do ensino a distância/ Polos/ Bibliotecas digitais</p> <p>Recursos Disponíveis: Polos de Apoio Presencial Todos os Polos de Apoio Presencial atendem de forma excelente a disponibilização de recursos de informática, dimensão, limpeza, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade. Espaço de Trabalho para a Gestão do Curso e Serviços Acadêmicos O espaço destinado às atividades de coordenação e serviços acadêmicos atende de maneira excelente nos quesitos dimensão, equipamentos, conservação, gabinete para coordenador,</p>

<p>número de funcionários e atendimento aos alunos e aos professores. Salas de Aula Em todos os polos as salas de aula apresentam espaço adequado para a realização dos encontros presenciais, assim como dispõem dos recursos necessários para o mesmo. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática Em todos os polos há laboratórios de informática disponíveis durante todo o horário de funcionamento do polo, para a realização de estudos, pesquisas e avaliações. A quantidade de equipamentos é adequada ao número total de usuários, e atende também nos quesitos acessibilidade, velocidade de acesso à internet, política de atualização de equipamentos e softwares e adequação do espaço físico.</p> <p>Bibliografia Os alunos, têm acesso aos exemplares físicos existentes nas bibliotecas dos oito campi da Universo e em seus Polos de Apoio Presencial. De acordo com os “Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância”, os polos podem dispor de um acervo mínimo para consulta dos estudantes, e disponibilizar um sistema de empréstimo de livros para os alunos matriculados em polos que ficam situados fora da sede. Na Universo, os polos regionais dispõem dos maiores acervos, e os estudantes têm à sua disposição acesso ao sistema de bibliotecas, através do qual pode solicitar um livro ou periódico de seu interesse no site no qual fazem a consulta e a reserva. Uma vez solicitado, a biblioteca identifica a reserva e encaminha o livro ao coordenador do polo, a fim de que seja entregue ao aluno que o reservou. Cada biblioteca dos polos sede da Universo dispõe de bibliotecárias e auxiliares capacitados, que são responsáveis por cuidar do acervo da própria sede e dos polos supervisionados pela mesma.</p> <p>Bibliografia Complementar A bibliografia complementar está disponível na biblioteca virtual Pearson, como previsto no Instrumento de Avaliação do MEC/INEP</p>
<p>Corpo Docente e Profissionais Envolvidos</p> <p>Não consta no site.</p>
<p>Estágio Supervisionado</p> <p>Não consta no site.</p>
<p>Trabalho de Conclusão de Curso</p> <p>Não consta no site.</p>
<p>Fonte: Dados sistematizados pela pesquisadora a partir dos levantamentos de dados coletados no site da Instituição: http://conteudo.online.universo.edu.br/graduacao-SERVIÇO-social1</p>

Quadro 9 - IES: Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto (ESTÁCIO RIBEIRÃO PRETO)

Site: www.estacioribeirao.com.br

Princípios Norteadores dos Cursos
Não consta no site.
Núcleo de Fundamentação
Não consta no site.
Princípios da Formação Profissional
Com esse bacharelado, o aluno passa a compreender a realidade social e ter ferramentas para ser capaz de estabelecer políticas públicas para soluções de problemas. As aulas são ministradas por professores com inserção no mercado de trabalho e são realizadas atividades práticas nos laboratórios destinados ao curso
Perfil Profissional
O curso oferece formação que permite ao profissional atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais, além de oferecer uma formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.
Componentes Curriculares
Não consta no site.

Matérias Básicas

1º SEMESTRE

FUNDAMENTOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
INTRODUÇÃO A QUESTÃO SOCIAL
INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL
LÍNGUA PORTUGUESA
PLANEJAMENTO DE CARREIRA E SUCESSO PROFISSIONAL

2º SEMESTRE

ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E QUESTÃO SOCIAL
ANTROPOLOGIA CULTURAL
ECONOMIA POLÍTICA
FILOSOFIA E ÉTICA
FUNDAMENTOS HIST. TEÓ. MET. DO SERVIÇO SOCIAL I
METODOLOGIA CIENTÍFICA

3º PERÍODO

FILOSOFIA DA CIÊNCIA
FUND. HIST. TEOR. METOD. DO SERVIÇO SOCIAL II
PENSAMENTO POLÍTICO
POLÍTICA SOCIAL I
PRODUÇÃO TEXTUAL I
PSICOLOGIA SOCIAL I

4º SEMESTRE

ÉTICA PROFISSIONAL
FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E POLÍT. DA SOCIEDADE BRASILEIRA
FUND. HIST. TEÓRICO MET. DO SERVIÇO SOCIAL III
LEGISLAÇÃO SOCIAL I
ORIENTAÇÕES PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL
PROCESSO DE TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL I

5º SEMESTRE

ELETIVA

ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO SERVIÇO SOCIAL I

LEGISLAÇÃO SOCIAL II

PESQUISA EM SERV. SOCIAL I

POLÍTICA SOCIAL II

6º SEMESTRE

ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO SERV. SOCIAL II

PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL II

PROCESSO DE TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL II

PSICOLOGIA SOCIAL II

SEMINÁRIO EM SERVIÇO SOCIAL

7º PERÍODO

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL

ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO SERVIÇO SOCIAL III

ESTATÍSTICA BÁSICA

PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL III

SEMINÁRIOS INTEGRADOS EM SERVIÇO SOCIAL

8º PERÍODO

ELETIVA

TÓPICOS ESPECIAIS EM SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Atividades Complementares

Têm como objetivo qualificar você, nosso aluno, a desenvolver de forma complementar competências bastante procuradas pelo mercado, tais como: perfil empreendedor, iniciativa, liderança, autoconhecimento, perseverança e habilidade em lidar com obstáculos, mudanças e transformações. Verifique ao final da Estrutura Curricular se existe um número de horas obrigatórias a serem compostas por Atividades acadêmicas complementares.

Duração e Organização do Curso

4 anos equivale a 8 semestres, duração da carga horária de 3.000 horas

Infra estrutura/ organização do ensino a distância/ Polos/ Bibliotecas digitais

De acordo com o Instrumento de Avaliação para o Credenciamento de Polo de Apoio Presencial para o Ensino à Distância disponibilizado pelo MEC/Inep, o polo deve disponibilizar a seguinte infraestrutura mínima para o seu funcionamento:

- Coordenação de Polo EAD
- Sala de Atendimento para Tutoria;
- Secretaria do Aluno;
- Auditório ou Sala de Aula / Conferência;
- Laboratório de Informática;
- Biblioteca;
- Espaço de Convivência;
- Sistemas/Softwares específicos;
- Sinalização das áreas comuns;

Conforme definido pelo Ministério da Educação, o tutor presencial:

Atende os estudantes no polo, especialmente no desenvolvimento das atividades acadêmicas, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas pedagógicas, notadamente quanto ao uso das tecnologias de comunicação e informação disponíveis. Auxilia nos momentos presenciais obrigatórios, tais como avaliações, atividades coletivas ou individuais, dentre outras. Deve ser capacitado para lidar com as especificidades da Educação a Distância em sintonia com o projeto pedagógico do curso, do material didático e do conteúdo específico das disciplinas

O Material didático das disciplinas pode ser acessado através da Sala de Aula Virtual. Você tem duas opções para acessar o Material didático das disciplinas. Através do ambiente da disciplina, na opção “Acessar” Livro didático”. Através do Item “ACERVO” direto na sala de aula virtual.

Aula Teletransmitida

Essas aulas são transmitidas via satélite, uma vez por semana, conforme o curso. São ministradas por professores, em sua maioria, mestres e doutores. O aluno vai ao polo para assistir à transmissão dessas aulas, podendo tirar dúvidas. Orientado pelo tutor presencial, o aluno deve participar das atividades e dinâmicas propostas pelo docente.

Corpo Docente e Profissionais Envolvidos

Não consta no site.

Estágio Supervisionado

Estágio Supervisionado em Serviço Social Quando inicia o Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social? Ao ser inscrito nas Disciplinas de Prática Supervisionada I,II, III ou Estágio Supervisionado I,II, III.

Como devo encontrar o Estágio Supervisionado Obrigatório? O aluno poderá tomar a iniciativa de procurar um campo de estágio ou contar com o auxílio do Tutor Presencial. Nos casos específicos e impossibilidades, poderá comunicar a Coordenação de Estágio, por meio do e-mail estagio.SERVICIOSocial.EaD@estacio.br

Quais as condições para que um Campo de estágio seja válido? A instituição deve contar com um Assistente Social em seu quadro funcional, com vínculo empregatício e registro ativo no CRESS; A instituição deve atender às orientações da Resolução CFESS 493 de 2006.

Qual a documentação necessária para início do estágio? A documentação necessária: 3 vias do Termo de Compromisso, assinadas e carimbadas, contendo número da apólice de seguro e Carta de Aceitação, assinada e carimbada, pelo Assistente Social, que será o Supervisor de Campo.

Qual a documentação necessária para validação do estágio supervisionado? Plano de Estágio, Fichas de Acompanhamento Mensal comprovando realização de 154h em cada período de estágio, Avaliação Final do Supervisor de campo, assinada e carimbada pelo supervisor de campo.

Qual a documentação necessária para avaliação nas disciplinas de Prática Supervisionada e Estágio Supervisionado? Participação nos fóruns A ou B e C ou D valendo até 2 pontos e Relatório final de estágio tematizado por período de estágio valendo até 8 pontos.

Trabalho de Conclusão de Curso

É um componente curricular obrigatório ao final dos bacharelados e licenciaturas, como forma de efetuar uma avaliação final dos graduandos, que contemple a diversidade dos aspectos de sua formação. O TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) pode ser uma monografia, um artigo científico, um projeto, dependendo do projeto pedagógico de cada curso. Alguns cursos da Graduação Tecnológica possuem obrigatoriedade de TCC, portanto o aluno deve consultar o projeto pedagógico de seu curso.

Fonte: Dados sistematizados pela pesquisadora a partir dos levantamentos de dados coletados no site da Instituição: <http://www.estacionibeirao.com.br/>

Quadro 10 – IES: Universitário Potiguar (UNP)

Site: www.eadlaureate.com.br

Princípios Norteadores dos Cursos

O curso de Serviço Social da UnP tem o objetivo de somar nas transformações que a sociedade exige, formando um profissional competente em seu exercício profissional, generalista em sua formação intelectual e cultural, com domínio de um conjunto de informações que devem ser mediatizadas pelas dimensões teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-política da profissão, permitindo-lhe pensar e desenvolver ações criativas e inovadoras no campo das políticas sociais públicas e privadas, voltadas para os segmentos vulneráveis socioeconomicamente.

Nesse sentido, o processo de formação, deve garantir um profissional capaz de responder às exigências teórico-profissionais do Projeto Ético-Político da profissão, atendendo aos desafios postos para o Serviço Social, particularmente no que se refere à inserção e intervenção da questão social brasileira, em especial, a nordestina e do Rio Grande do Norte.

Núcleo de Fundamentação

Não consta no site.

Princípios da Formação Profissional

O objetivo do curso de Serviço Social, na modalidade a distância, é formar profissionais capazes de desenvolver, além de uma visão ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, uma visão sistêmica e interventiva da questão social, buscando a compreensão dos significados humanístico, técnico e social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional. O curso também visa desvelar as possibilidades de ação contidas na realidade e formar profissionais que busquem a identificação das demandas presentes na sociedade, com o objetivo de formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, de maneira a incentivar o indivíduo a exercer e promover a cidadania, a participação, a justiça social e a gestão estratégica com foco na sociedade atual, nas suas variáveis e oportunidades.

Perfil Profissional

O egresso do curso de Bacharelado em Serviço Social da Instituição deve:

a) Investigar e analisar criticamente a realidade e compreender as expressões da questão social, identificando os espaços

<p>sócioocupacionais e as possibilidades de intervenção profissional;</p> <p>b) Estar apto ao exercício pleno da cidadania e à inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho;</p> <p>c) Investigar e analisar criticamente a realidade e compreender as expressões da questão social, identificando os espaços sócioocupacionais e as possibilidades de intervenção profissional;</p> <p>d) Estar consciente da provisoriedade do conhecimento e manter-se empenhado em sua formação continuada. A proposta da formação acadêmica da Instituição para o curso de Serviço Social EAD prevê que o bacharel em Serviço Social seja capaz de atuar junto a sujeitos, grupos ou comunidades vítimas da refração da questão social em instituições de natureza pública, privada ou do terceiro setor, com vistas a garantir a sua cidadania, bem como elaborar, implantar e avaliar políticas sociais. A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas.</p> <p>As competências e habilidades estão estabelecidas como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; • Identificar as demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social; • Fazer uso dos recursos da informática; • Desenvolver o pensamento crítico, a comunicação, o trabalho em equipe, a aprendizagem autônoma e a adaptabilidade; • Desenvolver, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social; • Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais; • Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; • Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em questões relacionadas às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; • Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos. • Dominar a norma culta da Língua Portuguesa nas modalidades oral e escrita. 	<p>Componentes Curriculares</p>
<p>Não consta no site.</p>	<p>Matérias Básicas</p> <p>Economia Política</p> <p>Psicologia Social</p> <p>Questão Social no Contexto Brasileiro e Local</p>

Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II

Práticas em Serviço Social II

Antropologia e Cultura Brasileira

Classes e Movimentos Sociais

Ética e Profissionalismo

Trabalho e Sociabilidade

Direitos Humanos e Serviço Social

Práticas em Serviço Social III

Estilo de Vida, Saúde e Meio Ambiente

Programação de Integração Saúde Comunidade

Políticas Sociais

Serviço Social e Processo de Trabalho

Serviço Social e Interdisciplinaridade

Práticas em Serviço Social IV

Metodologia Científica

Política Setorial I – Seguridade Social

Atividade de Orientação de Estágio I

Estágio Supervisionado I

Desafios Contemporâneos

Política Setorial II- Políticas Setoriais e Ações Afirmativas

Pesquisa em Serviço Social

Atividade de Orientação de Estágio II

Estágio Supervisionado II

Saúde Coletiva

Trabalho de Conclusão de Curso

Seminários Integrativos

Atividade de Orientação de Estágio III

Estágio Supervisionado III

Atividades Complementares

Atividades Complementares

As atividades complementares se constituem em componentes curriculares indispensáveis do seu curso de enriquecer o processo

de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social, cultura e profissional. O que caracteriza esse conjunto de atividades é a flexibilidade de carga horária semanal, com controle do tempo total durante o semestre ou ano letivo. Compreende-se como Atividade Complementar toda e qualquer atividade não prevista entre as disciplinas, obrigatórias e eletivas, do currículo pleno dos cursos de graduação. As atividades complementares poderão ser ofertadas pela própria instituição ou por qualquer órgão ou entidade pública ou privada, de forma presencial ou a distância. Podem ser citados como exemplos de atividades complementares: a participação em eventos internos e externos a instituição de educação superior, tais como semanas acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências e atividades culturais; a integralização de cursos de extensão e/ou atualização acadêmica e profissional; atividades de iniciação científica, assim como de monitoria.

Duração e Organização do Curso

Duração de 4 anos equivalente a 8 semestres com carga horária final de 3.038 horas.

Infra estrutura/ organização do ensino a distância/ Polos/ Bibliotecas digitais

MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL:

Os materiais didáticos de cada disciplina estão organizados em quatro unidades de aprendizagem e são estruturados em dois grupos: Material Referencial e Material Complementar.

Material Referencial: é composto pelo Conteúdo de Referência da disciplina, desenvolvido por um Docente-autor e disponibilizado aos Estudantes por meio de 4 recursos digitais: Texto em PDF (e-book), Videoaula, Game e Quiz.

a) Textos em PDF (e-book): apresentam os conteúdos previstos nas Ementas das disciplinas e respeitam o respectivo Plano de Ensino. São formatados no modelo de e-book, permitindo a impressão ou visualização eletrônica.

b) Videoaula: desempenham o papel de traduzir os conceitos teóricos abordados no e-book para a linguagem audiovisual, por meio de cases e exemplos práticos. As videoaulas são elaboradas pelos mesmos autores dos e-books, que ainda contam com o apoio de pedagogos e designers instrucionais incumbidos de traduzir para a linguagem característica da mídia o conteúdo que o autor desenvolve.

c) Game: aplica na prática, vivencia e imerge o Estudante nos principais conceitos tratados na disciplina, fazendo com que aprenda por meio de suas próprias escolhas. Os roteiros dos games são resultado de uma parceria entre autor e game designer que, juntos, planejam e traçam estratégias pedagógicas capazes de proporcionar a voluntariedade e engajamento dos Estudantes, tornando o processo de ensino e de aprendizagem, além de enriquecedor, divertido e dinâmico.

d) Quiz: testam a aquisição de informação e transformação do conhecimento. O Quiz é composto por perguntas de múltipla-escolha, “clique e arraste”, “relacione”, “complete as lacunas” etc.

ENCONTROS PRESENCIAIS

Os encontros presenciais são momentos em que Estudantes e Tutores Mediadores Presenciais se reúnem para: socializar o

conhecimento; promover a integração; apresentar novos conteúdos; realizar trabalhos em grupo, avaliações individuais (e/ou em grupo), webconferências e fóruns de discussão. Além das atividades e atribuições supracitadas, o Tutor Mediador Presencial organiza, desenvolve e mantém o devido registro dos Encontros Presenciais. **Durante os Encontros Presenciais, os Tutores não têm como função “dar aulas”**. Eles orientam os Estudantes, visando ajudá-los a superar as dificuldades de aprendizagem do conteúdo, de inserção no curso, de organização do tempo de estudo, e de realização das atividades planejadas. Desse modo, faz-se necessário desenvolver a vocação pedagógica dos Polos de Apoio Presencial como espaço de integração dos aspectos abordados a distância.

BIBLIOTECA VIRTUAL

A Biblioteca Virtual é um repositório de acervo bibliográfico e funciona como um filtro para acessar materiais de qualidade. A Biblioteca Virtual é um espaço que facilita o acesso à informação científica, filosófica e cultural, além de ser flexível, eliminando barreiras de espaço e de tempo. A Biblioteca é referencial de pesquisa contemplando todas as áreas do conhecimento para promoção da difusão intelectual. O acesso à Biblioteca Virtual ocorre no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), mais especificamente na disciplina, e a interface de publicação permite, além da visualização do conteúdo, o uso de outros recursos, como marcadores de texto e memorização da última página lida.

INFRAESTRUTURA DOS POLOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS

São compromissos do Polo de Apoio Presencial, por intermédio de seus parceiros estabelecidos em contrato, a adequação do local e as seguintes especificações mínimas das instalações, todas acessíveis conforme Decreto N. 5296/2004: • Instalações Administrativas: uma sala administrativa para recepção e atendimento dos candidatos do processo seletivo e estudantes do referido polo. • Sala de Aula: uma sala de aula equipada para atender às necessidades didático-pedagógicas dos cursos com capacidade para aproximadamente 30 estudantes. • Sala de Coordenação do Polo: uma sala ou espaço próprio para recepção e atendimento de estudantes, bem como para administrar a implantação e o funcionamento local.

- Sala de Tutoria: uma sala ou espaço próprio para recepção e atendimento de estudantes do referido polo.
- Auditório/Sala de Conferência: o polo poderá disponibilizar uma área (sala) destinada para uso como auditório e/ou sala de conferência (se necessário).
- Instalações Sanitárias: para o funcionamento ideal, os polos devem possuir no mínimo 2 sanitários (masculino e feminino) com acesso independente.
- Área de Convivência: deve-se dispor de uma área equipada para a convivência dos estudantes durante ou mesmo fora do período dos encontros presenciais. Esse ambiente pode ou não contar como cantina.
- Recursos de Informática: um laboratório de informática para o desenvolvimento de atividades diversas. Os recursos de informática do polo devem ter acesso à internet em banda larga com velocidade mínima de 5 Mbps de taxa de download e upload.

<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca / Sala de Estudo: a biblioteca deverá estar localizada em um local de fácil acesso com o acervo controlado pela administração do polo e poderá ter em seu acervo a bibliografia indicada no material pedagógico em quantidade suficiente, levando em consideração que as bibliografias básica e complementar são garantidas na sua totalidade nas bases de acesso virtuais a esse acervo. O mobiliário desse espaço (estantes, mesas e cadeiras) deve ser adequado para uso de uma biblioteca, considerando o espaço para sala de estudo. • Laboratórios didáticos especializados: de acordo com o(s) curso(s) ofertado(s), deverão constar laboratórios didáticos específicos em consonância com a proposta pedagógica do curso.
<p>Corpo Docente e Profissionais Envolvidos</p> <p>Docentes</p> <p>Alicia Margarita Sousa- Especialista Aline Vilela de Mello- Mestre André Luis Nakamura – Mestre Arley Regina Lobo – Mestre Carlos Alberto Chagas Teixeira – Mestre Cassia Mazeti Rossi – Mestre Cristina Quiteria de Brito – Especialista Debora Vilela de Oliveira Rocha – Mestre Denise Cordeiro Gonçalves Canal – Mestre Denise Sawaia Tofik – Mestre Eleni Barani – Mestre Roberta Andrea de Oliveira – Mestre Sergio Krakowiak – Mestre Tatiana Machado Boulhosa – Doutor Tatiane Monteiro da Cruz – Especialista Vilma Aparecida Frois Lima Alves – Mestre</p>
<p>Estágio Supervisionado</p> <p>Não consta no site.</p>
<p>Trabalho de Conclusão de Curso</p> <p>O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais e aprovado pelo Colegiado do Curso, é</p>

componente curricular obrigatório para o curso de Graduação em Serviço Social. O orientador de TCC, que deverá necessariamente ter formação técnica e conhecimento metodológico para desenvolver essa atividade, terá papel fundamental na supervisão da elaboração do trabalho de cada estudante. O Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido no 7º e 8º semestres da matriz curricular, consumindo 100 horas e normatizado pelo Manual de Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso, deve ter o formato de um artigo. Nesse sentido, deverá ser estruturado de acordo com as normas atualizadas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para apresentação de trabalho acadêmico. Os estudantes devem registrar o TCC no Ambiente Virtual Blackboard, em disciplina específica, sendo posteriormente avaliado por uma banca. Com orientação realizada pelo Docente que compõe o corpo docente do curso, o TCC se constitui na elaboração de um Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Textual. A orientação aos estudantes é para que a escolha do tema e do objeto de estudo leve em consideração critérios que incluem: afinidade com o assunto; relevância para a comunidade científica e para a sociedade; propósitos acadêmicos e profissionais; existência de bibliografia suficiente; inovação; resposta a uma questão ou dúvida pertinente. Cabe ao orientador: • Acompanhar o desenvolvimento do trabalho e estimular os estudantes para que desenvolvam e apresentem o seu TCC no prazo estipulado; • Estabelecer contato com os estudantes mediante o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem Blackboard; Avaliar os trabalhos, observando o cumprimento das orientações, o alinhamento do conteúdo do texto, a coerência e a profundidade do referencial teórico com o tema da pesquisa. O Estudante será o principal responsável pela elaboração do seu TCC e, dentre as suas responsabilidades, destacam-se: • A preparação de um roteiro de trabalho e de um cronograma de execução, a fim de nortear as etapas necessárias à sua conclusão; • A interação com o orientador por meio do ambiente virtual Blackboard.

Fonte: Dados sistematizados pela pesquisadora a partir dos levantamentos de dados coletados no site da Instituição: https://www.EaDlaureate.com.br/curso/SERVIÇO-social/?EDM=UnP&EDC=Institucional&EDG=Site_IES&utm_source=UnP&utm_medium=Site_IES&utm_campaign=Institucional&utm_content=Banner_grad_EaD&utm_term=Curso_serv_social*obs: quando entro no site da universidade potiguar ele redimensiona para o site da LEURETE
<https://www.EaDlaureate.com.br/curso/SERVIÇO-social/>

Quadro 11 – IES: Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR)

Site: www.unicesumar.edu.br

Princípios Norteadores dos Cursos
<p>O curso segue as diretrizes curriculares para os cursos de Graduação em Serviço Social. Desse modo, o aluno poderá atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho, com foco na formação generalista prepara você para atuar na elaboração, planejamento, execução e gestão das políticas públicas e privadas.</p> <p>Formação focada na perspectiva de direitos humanos e sociais e de cidadania.</p> <p>Forte atuação em prefeituras e ONGs.</p>
Núcleo de Fundamentação
<p>Não consta no site.</p>
Princípios da Formação Profissional
<p>Não consta no site.</p>
Perfil Profissional
<p>Não consta no site.</p>
Componentes Curriculares
<p>Atividades complementares: 100 horas</p>

Matérias Básicas

1º MÓDULO

GO - PROJETO DE VIDA
POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS
MOTIVAÇÃO DE INDIVÍDUOS E GRUPOS DE TRABALHO
LIBRAS (*OPTATIVA) (OPTATIVA)

2º MÓDULO

GO - IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES
ECONOMIA E SOCIEDADE
SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

3º MÓDULO

GO - PREPARAÇÃO PARA OPORTUNIDADES
SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

4º MÓDULO

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I
GO - OPORTUNIDADES E RESULTADOS
FILOSOFIA

5º MÓDULO

DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL
SEMINÁRIO TEMÁTICO EM SAÚDE, EDUCAÇÃO E HABITAÇÃO

6º MÓDULO

FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICOS E SOCIOLÓGICOS
ESTADO, SOCIEDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS

7º MÓDULO

**FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II
SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR**

8º MÓDULO

**GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS
PSICOLOGIA SOCIAL**

9º MÓDULO

**TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIAL APLICADA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ORIENTAÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS
FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL E ÉTICA I**

10º MÓDULO

**FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL E ÉTICA II
ESTÁGIO SUPERVISIONADO: POLÍTICAS PÚBLICAS
ÉTICA PROFISSIONAL**

11º MÓDULO

**ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL
ESTÁGIO SUPERVISIONADO: OBSERVATÓRIO SOCIAL**

12º MÓDULO

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO: TERCEIRO SETOR E CONSELHOS GESTORES
OFICINA DE INSTRUMENTOS TÉCNICOS OPERATIVOS**

13º MÓDULO

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO: SERVIÇO SOCIAL E EMPREENDEDORISMO
PRODUÇÃO TEXTUAL**

<p>14º MÓDULO GESTÃO EM PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS DIREITO E SERVIÇO SOCIAL</p> <p>15º MÓDULO TÓPICOS ESPECIAIS GERONTOLOGIA SOCIAL</p> <p>16º MÓDULO PROCESSO DE TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL PRÁTICAS FORMATIVAS EM EXTENSÃO</p> <p>* As disciplinas optativas não estão incluídas na matriz e serão disponibilizadas somente mediante solicitação e pagamento adicional.</p> <p>Atividades Complementares</p> <p>Não consta no site.</p> <p>Duração e Organização do Curso</p> <p>O curso tem duração de 8 semestres que equivale a 4 anos, carga horária de 3.320 horas.</p> <p>Infra estrutura/ organização do ensino a distância/ Polos/ Bibliotecas digitais</p> <p>O curso de Serviço Social da EAD Unicesumar é organizado de forma modular, permitindo que os ingressos sejam, basicamente, trimestrais, totalizando quatro novas turmas durante o ano letivo, além de agrupar conteúdos inter-relacionados, de forma a garantir a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.</p> <p>Durante as disciplinas, você pode desenvolver todas as suas atividades onde preferir, através da internet. Os momentos presenciais obrigatórios são as avaliações, tanto a avaliação da disciplina quanto provas de segunda oportunidade ou substitutivas.</p> <p>Cada módulo é composto por disciplinas curriculares, cada qual com cem horas/aula distribuídas em dez semanas. Nessas semanas acontecem os momentos de autoestudo, os interativos e os presenciais obrigatórios.</p> <p>Corpo Docente e Profissionais Envolvidos</p> <p>Não consta no site.</p>
--

Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado obrigatório faz parte da sua grade curricular, sendo indispensável para a aprovação e conclusão do curso. Ele é o exercício da experiência profissional que leva o aluno à interpretação da realidade. Por meio dos estágios, é possível consolidar os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso e estabelecer a relação entre a teoria e a prática. Sendo assim, o estágio supervisionado se torna um componente curricular que proporciona ao aluno a reflexão contextualizada, dando condições para que ele se torne autor de sua própria prática

Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso é um trabalho acadêmico de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo relacionado ao seu curso. Ele pode ser realizado durante ou ao final do processo de formação acadêmica e, além de conhecimento específico, deve apresentar autonomia, senso investigativo, flexibilidade, entre outras qualidades. Para desenvolver um bom trabalho, é necessário que você empregue os saberes assimilados ao longo do curso e aponte uma contribuição efetiva no avanço científico e tecnológico da área escolhida.

Fonte: Dados sistematizados pela pesquisadora a partir dos levantamentos de dados coletados no site da Instituição:
<https://www.unicesumar.edu.br/EaD/cursos-graduacao/SERVIÇO-social/>